

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

TACIANE IENK

**O ESTIGMA DA LOUCURA EM FICÇÕES DE MACHADO DE ASSIS E DE LIMA  
BARRETO, ECOS NO AGORA**

PONTA GROSSA  
2020

TACIANE IENK

**O ESTIGMA DA LOUCURA EM FICÇÕES DE MACHADO DE ASSIS E DE LIMA  
BARRETO, ECOS NO AGORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da linguagem, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Sanches Neto

PONTA GROSSA  
2020

122      lenk, Taciane  
            O estigma da loucura em ficções de Machado de Assis e de Lima Barreto,  
            ecos no agora / Taciane lenk. Ponta Grossa, 2020.  
            174 f.

            Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem - Área de Concentração:  
            Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta  
            Grossa.

            Orientador: Prof. Dr. Miguel Sanches Neto.

            1. Loucura. 2. Literatura brasileira. 3. Ciência positivista. 4. "O alienista". 5.  
            "Diário do Hospício". I. Sanches Neto, Miguel. II. Universidade Estadual de Ponta  
            Grossa. Linguagem, Identidade e Subjetividade. III.T.

CDD: 808.3



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

## TERMO

TACIANE IENK

### O estigma da loucura em ficções de Machado de Assis e de Lima Barreto, Ecos no agora

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de  
Mestre em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa,  
Área de concentração em Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 29 de setembro de 2020.

Miguel Sanches Neto – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Maurício Wisniewski - Instituto de Ensino Superior Sant'Ana

Fábio Augusto Steyer - Universidade Estadual de Ponta Grossa



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Wisniewski, Professor(a)**, em 05/10/2020, às 13:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Augusto Steyer, Professor(a)**, em 05/10/2020, às 14:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Miguel Sanches Neto, Professor(a)**, em 05/10/2020, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **0316665** e o código CRC **8F8D7B30**.

*aos que foram recolhidos, maltratados, explorados,  
privados, silenciados e ocultados;  
aos que não conheceram o sentido da subjetividade.  
aos que, ao serem soterrados nas ruínas do tempo,  
construíram o que chamamos hoje de História.*

## AGRADECIMENTOS

sou grata a Deus por Ele por ter colocado em meu caminho pessoas que me deixaram e deixam escolher. Sou grata por Ele ter me dado a dádiva de ter ao meu redor pessoas que me respeitam, que acreditam em mim e que me edificam. Muito obrigada, Senhor, por ter me feito nascer em uma sociedade – que apesar dos defeitos, dificuldades, tragédias e dissabores – permite que eu escolha o caminho que quero percorrer.

sou grata pelos meus pais, Germano e Roseni, que investiram em mim não só o dinheiro que conquistaram com o suor do trabalho, mas a confiança, o cuidado, o amor e o zelo. Obrigada, mãe, por ser minha primeira leitora e por mostrar entusiasmo em cada conquista minha. Obrigada, pai, por ser meu confidente e por me conhecer tão bem. Obrigada pelas irmãs, Taline e Tanaane, que me tiraram a paciência inúmeras vezes, mas que nunca me incentivaram a parar no meio do caminho. Tali, obrigada pelos livros e por ouvir minhas divagações e possibilidades de novas discussões. Tana, obrigada por ouvir meus desabafos, choros e reclamações nesses anos de pesquisa e escrita.

sou grata aos meus gatos, Mitsky, Tobias e Babalu, por terem esquentado meus pés nas noites frias de escrita, por cada *ronrom* e por todas as vezes que vocês deitaram no meu computador me impedindo de escrever. Bilbo, Lilica, Branquinha (*in memoriam*) e Pingo, meus doguinhos, obrigada por me considerarem uma boa humana, pela alegria de vocês ao ouvirem minha voz, por me amarem genuinamente.

à minha tia Irene (*in memoriam*), o ser humano mais sereno que conheci e que me incentivou, sem mesmo estar neste plano há tantos anos, a falar sobre a loucura.

ao meu ingresso na UEPG em 2014, que permitiu o reencontro com meus queridos amigos Raquel e Martinho (*in memoriam*) que para mim são como pais de alma.

à instituição, por ter permitido que o meu caminho cruzasse com os de professores (hoje amigos) tão queridos e apaixonados pela literatura. Aos professores Diego, Bira, Keli, Fábio, Rosana, Rosangela e Silvana.

à literatura, que me permite conhecer novos mundos, mundos possíveis.

aos que me presentearam ou me indicaram livros. Graças a vocês meu vício tomou proporções incalculáveis.

à professora Ma. Sara S. Soriano, professora da IESSA, por ter me permitido participar do projeto de extensão “Saúde mental e psicanálise: Vamos ao museu?” e por ter me dado a oportunidade de visitar o Museu da Loucura em Barbacena, MG, o Polo Experimental, o Museu Arthur Bispo do Rosário e o Museu de Imagens do Inconsciente Nise da Silveira, no estado do Rio de Janeiro.

à Daniela Arbex, pelo tato e olhar astuto, por nos lembrar que não podemos esquecer das vítimas da omissão coletiva.

à minha amiga Carol, que caminha comigo desde 2010, sempre me amparando nos momentos possíveis. Agradeço por todo o drama da adolescência e as incertezas da vida adulta que partilhamos... sem você tudo teria sido tão amargo.

ao Luis por me ajudar a perceber que sou corajosa e capaz, por ser um entusiasta das minhas poesias ruins, por me incentivar a retomar a escrita e por todas as nossas conversas profundamente profundas (sim!). Pelo melhor abraço do mundo.

à CAPES, que em meio aos tempos difíceis financiou esta pesquisa em 2019, pela confiança e pela responsabilidade depositadas em mim.

ao Prof. Dr. Miguel, que em meio as reuniões e dias de agenda cheia me deu suporte para que eu pudesse alicerçar e construir esta dissertação. Obrigada pela paciência, pela prontidão e por sempre me tratar com humanidade. Por acreditar.

à banca examinadora, que gentilmente leu meu trabalho e me deu ânimo para levar esse projeto adiante. Obrigada Prof. Dr. Maurício e Prof. Dr. Fábio!

ao PPGEL, professores e funcionários, especialmente à Vilma que sempre me tratou com gentileza e paciência nas correrias com as papeladas do mestrado.

aos funcionários do Museu Campos Gerais, sobretudo ao Prof. Dr. Niltonci que me acolheu e disponibilizou a mesa em que escrevi as primeiras linhas da dissertação.

à mim, pela força que, nos momentos de verdadeiro caos, encontrei para seguir adiante. Apesar de não merecer nada nessa vida, sou imensidão, um universo.

à incerteza e à dúvida, porque sem elas os atos de investigar e de pesquisar não seriam possíveis.

ao verbo renunciar, o qual tenho estampado na parede do meu quarto. Se não fosse o ato da renúncia, de abrir mão, eu jamais teria cumprido a jornada.

obrigada aos que me disseram sim, aos que me acolheram e compreenderam meus sumiços nesses últimos dois anos e meio.

aos que cultivaram em mim as sementes do bem, meus agradecimentos.

*Não somos assim tão livres e tão diferentes quanto imaginávamos. É a suspeita de que há outras 'forças invisíveis' nos controlando e de que não conseguimos espontaneamente ver com clareza as causas e os significados de nossas ações que nos leva a investigar o que há por detrás das aparências.*  
Figueiredo & Santi, professores doutores em Psicologia

*Discurso para todos os homens, exceto os loucos*

*Quando o homem teve consciência de que dominava a agricultura, ele condenou o infanticídio, exceto o assassinato da criança louca.*

*Quando o homem teve consciência de que era capaz de civilizar-se, ele condenou o homicídio, exceto o assassinato do adulto louco.*

*Quando o homem teve consciência de que fazia parte do gênero humano, ele inventou a solidariedade, exceto para com o homem louco.*

*Quando o homem propôs indulgência para quem beijasse uma ferida, ele inventou o hospital, exceto o asilo de loucos.*

*Quando o homem levou milhares de anos para ter consciência de sua razão, ele ousou declarar universais os direitos de qualquer homem, exceto os dos loucos.*

*Quando o homem teve consciência de que os agrupamentos humanos dispunham cada vez mais de conforto e lazer, maior foi sua necessidade de se livrar da presença e até da lembrança dos loucos – daí que a segregação dos loucos é intrínseca e não contraditória à modernização da sociedade.*  
João Amílcar Salgado, médico e historiador



## RESUMO

A partir de uma leitura anacrônica, a presente dissertação de mestrado tem como foco possibilitar uma reflexão acerca do estigma da loucura e de seus ecos no agora, dentro e fora das obras literárias. Voltando-se à Literatura Brasileira, trago como objeto de análise as obras *O alienista*, de Machado de Assis, e *Diário do Hospício*, de Lima Barreto. Percebendo que ambas as obras de ficção revelam ao leitor o grande mito dos séculos XIX e XX, isto é, a ciência, sobretudo a positivista, pretendo estabelecer uma ponte com o presente, com os fatos acontecidos durante os anos da pesquisa – 2018 a 2020 – a partir de questionamentos como: Quem é o louco? Por que a loucura é uma ameaça? Qual ser humano a psiquiatria defendia? Qual é sua relação com o hoje? E se a história se repetir? A fim de situar o leitor a respeito da história da Loucura, trago o clássico *História da loucura*, de Michel Foucault, como principal fundamentação teórica. Partindo do pressuposto de que não posso analisar obras de ficção sem ao menos investigar e questionar as atrocidades cometidas fora da literatura, trago para a discussão *Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*, de Daniela Arbex. Acreditando que a loucura tem a ver com as questões raciais e, a fim de discuti-las, chego a *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil – 1870-1930*, de Lília Moritz Schwarcz. O objetivo último deste trabalho é encontrar uma forma, dentre tantas, de se refletir acerca do tema da loucura, para que a ponte entre passado e presente – independentemente de quando seja o momento presente – nunca se quebre, porque mudam-se as nomenclaturas, mas no fim, a repressão é a mesma.

**Palavras-chave:** Loucura; Literatura Brasileira; Ciência Positivista; “O alienista”; “Diário do Hospício”.

## RESUMEN

Partiendo de una lectura anacrónica, la presente tesis de maestría se centra en posibilitar una reflexión acerca del estigma de la locura y de sus ecos en el ahora, dentro y fuera de obras literarias. Direccionándose a la Literatura Brasileña, traigo como objeto de análisis las obras *O alienista*, de Machado de Assis, y *Diário do Hospício*, de Lima Barreto. Percibiendo que las dos obras de ficción revelan al lector el gran mito de los siglos XIX y XX, es decir, la ciencia, especialmente la positivista, pretendo establecer una puente con el presente, con los hechos ocurridos en los años de pesquisa – 2018 a 2020 – a partir de preguntas como: ¿Quién es el loco? ¿Por qué la locura es una amenaza? ¿Cuál ser humano defendió la psiquiatría? ¿Cuál es la relación con hoy? ¿Y si la historia se repite? Para situar el lector sobre la historia de la Locura, traigo el clásico *História da loucura*, de Michel Foucault, como principal fundamentación teórica. Partiendo del supuesto de que no puedo analizar obras de ficción sin al menos investigar y cuestionar las atrocidades cometidas fuera de la literatura, traigo a la discusión *Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*, de Daniela Arbex. Creyendo que la locura tiene que ver con cuestiones raciales, llego a obra *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil – 1870-1930*, de Lilia Moritz Schwarcz, para discutir las. El objetivo final de este trabajo es encontrar una manera, entre muchas, de reflexionar sobre el tema de la locura, para que el puente entre el pasado y el presente – independientemente de cuando sea el momento presente – nunca se rompa, porque al fin, se cambian las nomenclaturas, pero la represión es la misma.

**Palabras-clave:** Locura; Literatura Brasileña; Ciencia Positivista; “O alienista”; “O cemitério dos vivos”.

## ABSTRACT

From an anachronistic reading, the present master's thesis focuses on the possibility of reflecting on the stigma of madness and its echoes in the now, inside and outside of literary works. Turning to Brazilian Literature, I bring as an object of analysis the works *O alienista*, by Machado de Assis, and *Diário do Hospício*, by Lima Barreto. Realizing that both works of fiction reveal to the reader the great myth of the 19th and 20th centuries, that is, science, especially the positivist one, I intend to establish a bridge with the present, with the facts that happened during the years of the research – 2018 to 2020 – from questions such as: Who is crazy? Why is madness a threat? Which human being did psychiatry defend? What is your connection with today? What if history repeats? In order to situate the reader about the history of Madness, I bring the classic *História da loucura*, by Michel Foucault, as the main theoretical foundation. Assuming that I cannot analyze works of fiction without even investigating and questioning the atrocities committed outside of literature, I bring to the discussion the *Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*, by Daniela Arbex. Believing that madness has to do with racial issues and, in order to discuss them, I arrive at *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil – 1870-1930*, by Lilia Moritz Schwarcz. The ultimate goal of this work is to find a way, among many, to reflect on the theme of madness, so that the bridge between past and present - regardless of when the present moment is - never breaks, after all, the nomenclatures change, but in the end, the repression is the same.

**Key-words:** Madness; Brazilian Literature; Positivist Science; “O alienista”; “Diário do Hospício”.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1: Camisa de força .....</b>	<b>27</b>
<b>Imagem 2: Aparelho de eletrochoque. Ao lado, índice de mortes devido ao eletrochoque .....</b>	<b>28</b>
<b>Imagem 3: Heinz Lehmann. Psiquiatra canadense que popularizou o Thorazine na década de 1950 .....</b>	<b>28</b>
<b>Imagem 4: Egas Moniz, inventor da lobotomia. Ao lado, aparelho que cortava o cérebro para a cirurgia.....</b>	<b>28</b>
<b>Imagem 5: Pátio masculino do Hospital Colônia de Barbacena .....</b>	<b>37</b>
<b>Imagem 6: Pátio feminino do Hospital Colônia de Barbacena.....</b>	<b>37</b>
<b>Imagem 7: Camas de palha .....</b>	<b>38</b>
<b>Imagem 8: Como era feito o preparo da carne .....</b>	<b>38</b>
<b>Imagem 9: Trecho da canção de Sueli Rezende .....</b>	<b>41</b>
<b>Imagem 10: Última foto de Machado de Assis – 1908 .....</b>	<b>110</b>
<b>Imagem 11: Luta antimanicomial .....</b>	<b>123</b>

## LISTA DE SIGLAS

*DH* – *Diário do Hospício*

L.B. – Lima Barreto

M.A. – Machado de Assis

OA – *O alienista*

## SUMÁRIO

<b>O QUE ME TROUXE ATÉ AQUI .....</b>	<b>13</b>
<b>1 O PERIGO DA LOUCURA .....</b>	<b>19</b>
1.1 OS RASTROS DA LOUCURA .....	20
1.2 O PROCESSO DE HIGIENIZAÇÃO SOCIAL.....	30
1.3 SOBRE AS VOZES SOTERRADAS NAS RUÍNAS DO TEMPO.....	35
<b>2. O PODER DO DISCURSO MÉDICO EM O ALIENISTA.....</b>	<b>44</b>
2.1 É PRECISO CURAR A RAÇA?.....	45
2.2 A CASA DE ORATES: DISCURSO E INTERESSE CIENTÍFICO .....	48
2.3 SILVIO ROMERO: UMA CRÍTICA INFUNDADA.....	61
<b>3 O OLHAR DO LOUCO EM DIÁRIO DO HOSPÍCIO .....</b>	<b>74</b>
3.1 ESCRITA DE ESCAPE .....	90
3.2 O PECADO DA COR .....	96
<b>4 CONTRASTES .....</b>	<b>101</b>
4.1 POR QUE A LOUCURA É UM PERIGO? .....	102
<b>PARA ONDE ME LEVARAM MACHADO DE ASSIS E LIMA BARRETO .....</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>127</b>
<b>ANEXO A – DECRETO N. 82 – DE 18 DE JULHO DE 1841.....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXO B – DECRETO Nº 1.132, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1903 .....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXO C – PRONTUÁRIO DO HOSPÍCIO NACIONAL DE ALIENADOS .....</b>	<b>143</b>
<b>ANEXO D – “A SUCURSAL DO INFERNO” – O CRUZEIRO.....</b>	<b>146</b>
<b>ANEXO E – FOLDER DO MUSEU DA LOUCURA.....</b>	<b>154</b>
<b>ANEXO F – CONTO O PECADO .....</b>	<b>158</b>
<b>ANEXO G – LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001 .....</b>	<b>161</b>
<b>ANEXO H – PERFIL DE MACHADO DE ASSIS, 1904 .....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXO I – QUATRO FOTOS DE LIMA BARRETO.....</b>	<b>167</b>
<b>ANEXO J – FOTO E RELATO DE NISE DA SILVEIRA .....</b>	<b>169</b>
<b>ANEXO K – FRASE DO PSQUIATRA LOPES RODRIGUES .....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXO L – MORTE EM HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS .....</b>	<b>173</b>

## O QUE ME TROUXE ATÉ AQUI

Um recorte do tempo.

Olho<sup>1</sup> por cima do ombro, meio que de soslaio, e não enxergo as imagens dos anos de 1839 a 1922. Não vejo as imagens desse período que delineia a vida de dois autores. Não enxergo porque não as vivi.

Minha intenção é, justamente, fazer um recorte do tempo e tentar, de alguma forma, reunir textos que me ajudem a vislumbrar essas datas que delimitam os anos em que viveram Joaquim Maria Machado de Assis e Afonso Henriques de Lima Barreto. Busco, sobretudo, unir literatura e loucura. Busco entender o abismo que se abriu quando pessoas começaram a ser capturadas como animais e presas em cadeias e hospitais.

1996, o ano que nasci. Um século e meio entre nós três. Um século e meio e ainda há o que dizer. Ainda há estudiosos que dedicam e dedicaram suas pesquisas a quem deixou no tempo, há muitos anos, inquietações de teor profundamente existencial. Temas tão explorados e mistificados. Um século e meio e a nossa realidade segue dialogando com o passado... passado que ecoa no agora.

Loucura. Hospício.

Palavras fortes, que assustam. Bom, pelo menos me assustavam até certo tempo. Com uma tia doente na família, ou melhor, com uma tia que apresentava um quadro de transtorno mental, essas palavras mexiam comigo. Seus surtos se desencadeavam a cada sete anos. De cinquenta e um anos, pelo menos trinta e quatro ela viveu assim. Não soubemos ao certo o gatilho disparado, os primórdios, a causa, mas imaginá-la louca, no hospício, totalmente fora de si – era assim que eu imaginava o comportamento dos loucos –, me assustava muito. Ela faleceu em sua última crise, ou surto. Faleceu no hospital, que até pouco tempo atrás funcionava como hospício e se chamava Hospital Franco da Rocha. Meus familiares dizem que ela morreu em decorrência de um ataque cardíaco, no entanto, quando foram ver seu corpo no hospital, seus pés e mãos estavam amarrados. A figura que me vem à mente é de um animal capturado, imóvel, sem defesa. Fico pensando, qual a origem

---

<sup>1</sup> Assim como Lima Barreto em *O cemitério dos vivos*, optei por dissertar em primeira pessoa. Além da área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguagem ser: Linguagem, Identidade e Subjetividade, acredito que numa dissertação apresentamos nossas reflexões e análises a respeito de um determinado tema. Dessa forma, acredito que devemos nos aproximar do texto e não nos distanciarmos. O texto é meu, minha identidade está impressa nele, por isso o uso da primeira pessoa do discurso.

da loucura? Ela despertaria no homem sua animalidade? O que é isso que tanto me assustava? Essa doença fantasmagórica, que não é exatamente num órgão do corpo humano. É na mente, é névoa.

Bom, a vida seguiu de uma forma tão inesperada que em 2014 minha irmã do meio, Taline, ingressou na faculdade de Psicologia. Ouvi incansável e sucessivamente os termos técnicos, transtornos, medicamentos, teoria cognitiva e sabe Deus o que mais. Ouvi o caso de minha tia ser proferido dezenas de vezes. Cogitações e especulações, parecia a preparação de um júri. Quem imaginaria que em 2016 e em 2017 eu estaria viajando com a turma de Psicologia, da Instituição de Ensino Superior Sant'Ana, para os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Minha presença foi apenas para preencher o lugar de alguém que não poderia ir, mas, na verdade, se tornou algo maior. Em 2016, eu dei o primeiro passo para adentrar nesse universo da “mente humana”. Visitei o Museu da Loucura, onde funcionava o Hospital Colônia de Barbacena - MG. O maior hospital psiquiátrico do Brasil, conhecido como o local do Holocausto Brasileiro<sup>2</sup>. Caminhando pelos corredores, vendo instrumentos, fotos, história, meu coração se tornava cada vez mais inquieto. Nas paredes daquele lugar era possível ouvir vozes. Vozes desesperadas... daquelas pessoas que sequer foram ouvidas ou vistas.

Alguns meses depois dessa viagem, a professora Dr.<sup>a</sup> Keli Pacheco me deu um presente, ainda que sem a intenção, a escrita de um ensaio tendo como ponto de partida *O cemitério dos vivos*. Foi aí que tudo começou de fato. Escrevi um ensaio sobre essa obra de Lima Barreto e sobre *O alienista*, de Machado de Assis. Ficou péssimo. A ideia era boa, mas, não saiu nada como esperado. Eu estava tão empolgada e deu tudo errado! Pelo menos no final fui aprovada na disciplina, mas me senti culpada durante um tempo.

No ano seguinte, em 2017, conheci, também com a turma de Psicologia, o Museu de Imagens do Inconsciente Nise da Silveira, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Conheci o Hospital em que Lima Barreto e Arthur Bispo do Rosário estiveram internados. A emoção de ter pisado no mesmo chão que Lima Barreto pisou foi imensa. Me senti uma tiete, por mais que eu saiba que minha relação com ele vai além do “paparicar”, o coração ficou acelerado. Minha relação com a loucura se estreitava diariamente.

---

<sup>2</sup> Vide a obra de Daniela Abex, *Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*, publicada em 2013 pela editora Geração.



Loucura, uma palavra que tanto ouvi nas vezes em que participei das semanas de Psicologia, das palestras, das vezes que ouvia Taline tagarelar pela casa. Foi em 2017 que pensei: *vou provar que sou capaz de escrever algo descente, vou mostrar a importância desse tema, de como ele é frágil, marcante e comovente*. Passei no mestrado. Estou escrevendo sobre o que me propus. Agora com o olhar mais apurado, sigo a linha daquele ensaio meia boca que escrevi em 2016. As vozes abafadas que ouvi nos corredores dos hospícios que visitei me fortaleceram e comoveram muito. Pensar num aglomerado de pessoas nuas, de pessoas com uma doença em algo que não é palpável, de pessoas que não entendiam o que estava acontecendo e que simplesmente foram recolhidas ou abandonadas, me deixa inquieta. Realmente me incomoda. O sentimento de inconformação é inevitável.

Em todas as visitas que fiz aos museus e antigos hospitais psiquiátricos eu não deixava de pensar na minha tia Irene. Eu não deixava de pensar: *meu Deus do céu, o que não fizeram com essa mulher? O que não fizeram com os outros?* Eu não conseguia entender como uma doença dessa era capaz de atingir o mais calmo e sereno ser vivo.

Loucura, essa palavra deixou de me provocar medo, agora ela me dá vontade de falar.

\* \* \*

Ao longo desses últimos três anos eu me olhei no espelho inúmeras vezes, me encarei e disse: *menina, o que você está fazendo aqui?* Inúmeras vezes me vi perdida no meio do caminho, me vi percorrendo inúmeros livros, páginas, letras. Perdi a conta de quantas vezes busquei respostas, mas me lembro claramente de quantas vezes li relatos sobre a loucura e perdi minhas certezas. Me lembro, com certeza e clareza, das lascas que deixei junto a esses relatos.

A gente aprende, depois de muito quebrar a cabeça, que há progresso e que há regresso (ou seria retrocesso?). Lidando com a história é inevitável percorrer os caminhos da memória, daquilo que fez e faz de nós o que somos hoje. Lidando com a história e fitando o Brasil de hoje, é inevitável pensar “e se tudo acontecer de novo? E se a história se repetir? Sobreviveremos a isso?” Temer pelo passado não é desmerecê-lo, é ter o discernimento para dizer que as coisas não iam bem. Temer pelo passado é querer que ele continue sendo história, memória. É optar pelo novo,

pelo desenvolvimento. É olhar o passado e sentir vontade de evoluir, de andar para frente.

Mas, por onde começamos esse desenvolvimento?

Não tenho uma resposta concreta para isso, mas ofereço a literatura como uma resposta, uma alternativa de repensar o mundo.

Inquieta, começo analisando duas obras da literatura brasileira, *O alienista*, de Machado de Assis, e *Diário do Hospício*, de Lima Barreto. Pretendo tratar a literatura da forma que ela mais me comove: como sendo uma resposta diferente da percepção do mundo. Como sendo uma leitura das minúcias que deixamos passar. Pretendo mostrar uma literatura além do preceito Horaciano<sup>3</sup> de deleitar ensinando. Busco encarar a literatura como um armamento que tem a “função social” da denúncia, que desvenda, critica e mostra o avesso do real.

Como a literatura pode ser tudo isso? Como ela pode ser sempre tão atual? Esbarrando na delicada questão das relações entre literatura e cultura é o que busco vislumbrar.

\* \* \*

Agora sim passo à formalidade dos capítulos que dão suporte para todo esse projeto.

Como essa pesquisa é de fato uma pesquisa científica, eu vejo a necessidade de trazer, primeiramente, a história da psiquiatria e, posteriormente, a ficção. Dessa maneira, o capítulo que abre essa dissertação intitula-se ‘O perigo da loucura’ e se divide em três tópicos:

- 1) Os rastros da loucura;
- 2) O processo de higienização social;
- 3) Sobre as vozes soterradas nas ruínas do tempo.

Neste primeiro capítulo eu não busco discutir sobre a razão e a loucura, a lucidez e sua perda. Eu pretendo trazer, rapidamente, informações a respeito da história da loucura, tendo como alvo: o perigo que ela representou e representa; a corrente filosófica do positivismo em que a medicina é vista como combate à

---

<sup>3</sup> Princípio enunciado por Horácio (2014, p. 65) em sua Poética: “deleitar e ao mesmo tempo instruir o leitor”. HORÁCIO. Arte poética. In ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. Introd. Roberto de Oliveira Brandão; Tradução Jaime Bruna. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2014. p. 55-68.

desordem social e as suas relações com a sociedade. Pretendo, também, discorrer a respeito da maior tragédia brasileira: o *holocausto brasileiro*.

É no segundo capítulo, ‘O poder do discurso científico em *O alienista*’, que chego à literatura. Começando com a obra *O alienista*, de Machado de Assis, percorro os caminhos da Casa Verde de Itaguaí em três tópicos:

- 1) É preciso curar a raça?
- 2) A casa de Orates do Dr. Bacamarte: o discurso e o interesse científico;
- 3) Silvio Romero: uma crítica infundada.

A obra de Machado aparece em primeiro lugar devido à ordem cronológica de publicação, ao contexto histórico e ao fato de que achei mais interessante o movimento de olhar a casa de Orates através de seus portões para depois, no capítulo terceiro, vislumbrar as instalações do Hospício de Pedro II pelos olhos de Lima Barreto. Neste capítulo trago à tona a crítica de Silvio Romero a respeito de Machado, em que o bacharel buscava desqualificar o escritor por questões de preconceito de raça, vendo sua obra como uma “obra de mestiço”.

N’O olhar do louco em *Diário do hospício*, busco explorar a relação entre loucura e escrita, ressaltando aspectos sobre as concepções de asilo e exílio destacadas por Edward Said e Jean-Luc Nancy, tendo como ponto de partida as vivências de Lima Barreto no Hospício de Pedro II. Para isso, o capítulo se divide em duas partes:

- 1) Escrita de escape;
- 2) O pecado da cor.

Para fechar todas as considerações feitas no decorrer dessa jornada, encerro a pesquisa com um quarto capítulo, ‘Contrastes’, que se divide em um tópico intitulado:

- 1) Por que a loucura é um perigo?

À luz das obras literárias, eu pretendo oferecer um contraste entre o passado e o presente no que se refere ao poder e à prática psiquiátrica.

Para encerrar a dissertação, trago um último tópico: Para onde me levou Machado de Assis e Lima Barreto. Não ofereço uma seção intitulada “Conclusão”, pois acredito que a possibilidade de desenvolver outros temas e discussões é infinita e, portanto, este é um trabalho sem fim, mas que, em determinado momento, precisou chegar em algum lugar.

Suponho que agora o leitor esteja a se perguntar “por que esses dois autores? Por que essas obras tão diferentes?”

39 anos separam as obras de Machado de Assis e Lima Barreto aqui analisadas.

Ainda que abordem a temática da loucura e temas como a prática da medicina positivista e a higienização social, as obras se diferem no que diz respeito a estrutura, e a linguagem. Enquanto Lima Barreto relata, em primeira pessoa, suas vivências nas vestes de interno do Pedro II, Machado dá vida a um médico fictício, o Dr. Simão Bacamarte, homem da ciência e da retórica. Contudo, os textos ficcionais revelam poderes que atravessam a sociedade e suas relações. É uma força do código moral vigente na época. Eles nos mostram o lugar e o não lugar do louco, a privação da autonomia do ser. A abertura dos textos exige uma leitura anacrônica para não incorreremos no erro de reafirmar as condutas da época e fazermos do passado o presente.

Como posso admitir que personagens sejam recolhidos nos hospícios dentro da literatura exatamente da mesma forma como homens, mulheres e crianças foram recolhidos fora dela, sem questionarmos nenhum único aspecto das “cenas do crime”?

Dessa forma, não posso assumir o tom moralista do passado e fazer uma leitura que fique estagnada no tempo... afinal de contas, sou uma mulher, uma mulher ocupando um lugar público, defendendo minha pesquisa.

\* \* \*

Espero que no término da leitura e da tessitura dessa dissertação fique claro o porquê desse assunto ser tão relevante, valioso, preocupante, grave e difuso.

\*\*\*

## 1 O PERIGO DA LOUCURA

*A ciência moderna está baseada na  
suposição de que um homem é o senhor que tem o  
poder e o direito de colocar a natureza a seu serviço.*  
Figueiredo & Santi

Louco, alienado, lunático, demente, desequilibrado, doido, maluco.

Esses são os vocábulos utilizados para nos referirmos àqueles que são desprovidos da razão, àqueles que não respondem por seus corpos, mentes e ações. Me pergunto... “em pleno Brasil do século XXI, é somente o louco quem não possui domínio sobre si mesmo? Nessa perspectiva, em pleno século XXI, não estaríamos todos loucos?”.

Quais são as origens da loucura? Como curá-la? Como tratá-la? O que fazer com o louco? Certamente, médicos e governantes se perguntavam o mesmo quando a loucura foi vista e encarada como um problema social – em toda a história. Sendo assim, é exatamente neste ponto que a loucura traz consigo complicações (inquietações) que envolvem diferentes áreas, como a medicina, a história, a filosofia e a sociologia. Por muito tempo, quiçá séculos, a dissonância mais suscitada foi: o problema é a loucura em si ou o indivíduo enlouquecido?

Ainda em 2019 as ciências da mente são consideradas recentes. Contudo, quando e como a medicina passou a estudar – e efetivamente tratar – a mente humana, a *psiqué*?

Quem é o louco?

\* \* \*

Foi no século XIX, na chamada Idade Moderna, que as ciências da sociedade começaram a ser constituídas, como por exemplo a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, a Política e a História (FIGUEIREDO; SANTI, 2008, p. 14)<sup>4</sup>. Essas ciências estavam fundamentadas no positivismo, uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX, tendo como precursores Auguste Comte (1798–1857) e Stuart Mill (1806-1873). Na ótica do positivismo, a tese do conhecimento científico deveria ser reconhecida como o único conhecimento

---

<sup>4</sup> Devido ao grande referencial teórico a respeito da psiquiatria, sobretudo a psiquiatria no Brasil, escolhi a obra *Psicologia: uma (nova) introdução*, de Luís Cláudio M. Figueiredo e Pedro Luiz Ribeiro de Santi, pela clareza e fluidez com que trata do assunto. Por ser apenas uma curiosa dos estudos psicológicos, entendi que seria melhor ler com clareza para poder discutir o assunto com clareza.

verdadeiro, tendo em vista o desenvolvimento da humanidade. A ciência era, ou deveria ser, superior a tudo.

Depois de um parágrafo já é possível vislumbrar o problema. O que fazer com as causas sociais e psicológicas?

Comte percebeu que a *psiqué* (a mente) não era observável, o que se opunha e não se “encaixava” nas ciências positivistas, pois elas eram baseadas apenas em análises e observações científicas. As causas sociais e psicológicas terminam sendo, de certo modo, relegadas a segundo plano, pois parecem menos científicas ao novo olhar médico. Para moldar-se a essa corrente filosófica, cientistas e filósofos do século XIX iniciaram a demarcação de um novo domínio de conhecimento, a psicologia científica.

Partindo do princípio da observação do indivíduo “nu e cru”<sup>5</sup>, a análise da loucura passou a implicar em outras questões, como por exemplo a higienização social e ao tratamento do indivíduo como mero instrumento de análise e não de cura e tratamento. Os indivíduos passaram a ser moldados na forma do que se considerava como ideal: tranquilos e boa mão de obra trabalhadora.

\* \* \*

Este é um vislumbre do que será discutido nos próximos tópicos: ‘Os rastros da loucura’ e ‘O processo de higienização social’. Partirei agora em busca das “pegadas” dela, da loucura.

## 1.1 OS RASTROS DA LOUCURA

Durante a busca de bases teóricas que sustentassem a discussão sobre a psiquiatria, cheguei ao *Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica*<sup>6</sup>, organizado por Kaplan, Sadock e Grebb. No compêndio estão reunidos conceitos, índices, causas e sintomas que permeiam as doenças mentais. Elegi alguns capítulos para a leitura, como por exemplo “Transtornos relacionados ao álcool”, “Transtorno delirante”, “A memória e suas alterações”, etc. No entanto, enquanto fazia a leitura dos temas escolhidos me dei conta de que seria necessário

---

<sup>5</sup> Isto é, sem levar em conta sua identidade enquanto sujeito, desconsiderando suas relações com a sociedade.

<sup>6</sup> KAPLAN, Harold I.; SADOCK, Benjamin J.; GREBB, Jack A. *Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica*. Trad. Dayse Batista. 7. ed. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.

um estudo, ainda que breve, das raízes da psiquiatria, dos métodos de tratamento, de como tudo começou.

Me deparei com as obras de Michel Foucault, em especial com o clássico *História da loucura na idade clássica*. A obra oferece ao leitor uma infinidade de informações a respeito da loucura que partem com as *naus dos loucos* no século XV, passam pelos primeiros institutos e hospitais psiquiátricos e desembarcam no início do século XIX com Pinel e Esquirol. No primeiro capítulo, Foucault registra que depois da epidemia de lepra no século XV, a grande doença que repercutiu e ameaçou a população foi a loucura. Como essa doença (ou problema) ainda não era de domínio da medicina, a solução plausível ou mais eficaz foi a da exclusão. Os loucos passaram a ser despachados em naus – mais tarde popularmente chamadas de naus dos loucos – tendo como passe único e destino prisões e/ou as Santas Casas de Misericórdia. Prisioneiros de sua própria partida, os loucos eram eliminados das vistas do homem medieval deixando de ser uma preocupação (visível) dos governantes.

Como a lepra era uma doença transmissível e que provocava a morte, pensava-se o mesmo da loucura. Como os traços da loucura se apresentavam, principalmente, pela perda da consciência, pelo delírio e por um “estar fora de si”, imaginava-se que a loucura representava o grave risco de ser transmitida para a sociedade, assim como a lepra. Privando o doente mental do convívio social estariam todos a salvo do perigo de “adquirir” a doença.

Dois séculos mais tarde, em 1657, Saint Vincent de Paul aprova o projeto de reunir todos os loucos em “lugares próprios para sua manutenção; instruí-los e dar-lhes uma ocupação” (FOUCAULT, 2017, p. 60). Surgiu assim, na França, o Hospital Geral, que era, supostamente, dedicado ao estudo e tratamento da loucura, que até então estava relacionada à “impossibilidade do pensamento” (FOUCAULT, 2017, p. 46).

Para Foucault (2017, p. 53),

O Classicismo inventou o internamento, um pouco com o a Idade Média a segregação dos leprosos; o vazio deixado por estes foi ocupado por novas personagens do mundo europeu: são os ‘internos’. O leprosário tinha um sentido apenas médico; muitas outras funções representaram seu papel nesse gesto de banimento que abria espaços malditos. O gesto que aprisiona não é mais simples: também ele tem significações políticas, sociais, religiosas, econômicas, morais. E que dizem respeito provavelmente a certas estruturas essenciais do mundo clássico em seu conjunto.

Reinando sobre tudo o que há de mau no homem, a loucura estaria ligada, até o século XVIII, às suas “fraquezas, seus sonhos e suas ilusões”. Considerada uma consequência de seus pecados, o internamento dos indivíduos era visto como um castigo, pois, além da medicina ainda não dominar a psiquiatria e a igreja ser decisiva em várias questões sociais, a loucura, uma vez que dizia respeito às paixões dos indivíduos, estava atrelada ao espírito e à sua purificação.

Com o surgimento da corrente filosófica do positivismo no final do XVIII e início do XIX, o louco passou a se destacar sobre

Um fundo formado por um problema de polícia, referente à ordem dos indivíduos na cidade. Outrora ele era acolhido porque vinha de outro lugar; agora será excluído porque vem daqui mesmo, e porque seu lugar é entre os pobres, os miseráveis, os vagabundos. A hospitalidade que o acolhe se tornará, num novo equívoco, a medida de saneamento que o põe fora do caminho (FOUCAULT, 2017, p. 63).

Como destacado na abertura deste capítulo, o positivismo estava pautado, basicamente, no ideal de “ordem e progresso”. Nessa forma de pensamento, a ciência deveria ser absoluta, sendo superior a tudo. Como a ideia principal era a de progresso moral e científico da sociedade por meio da ordem social e do desenvolvimento das ciências e o “problema” dos loucos implicava na ordem dos outros indivíduos tidos como “saudáveis”, viu-se, mais do que nunca, a necessidade de privá-los ainda mais do convívio social, prendendo-os nas cadeias e nas enfermarias de hospitais sem o intuito de tratá-los, apenas de classificar a doença. Na França, o hospício procurava ser o espaço onde a teoria seria aplicada, além disso, “apresentava-se como um rico material para a elaboração científica, suscitando questões de cunho teórico, de ordem conceitual e de cunho prático” (PORTOCARRERO, 2002, p. 35).

Até então a medicina buscava distinguir o físico do mental. Para que essa tese fosse comprovada e para que a psiquiatria ganhasse um ‘ar’ mais científico, era necessário que os hospitais psiquiátricos passassem por uma reforma. Foi então que, na passagem do século XVIII para o XIX, a loucura passou a ser referida como doença mental, uma nova categoria psiquiátrica classificada por Philippe Pinel e Jean Etienne Dominique Esquirol.

A reforma dos hospitais visava atribuir ao internamento uma significação médica, uma vez que até então os hospitais causavam morte e doença



(FOUCAULT, 2017, p. 200-201). Como passou a ser uma ciência e a corrente do positivismo já estava alicerçada nessa passagem de século, o hospício passou a representar o ponto fundamental da prática psiquiátrica do XIX, uma vez que dominar as patologias e suas respectivas curas só seria possível por meio do hospício. Vista pela ótica do positivismo, a medicina esteve sempre na busca da cura. Não se tinha a preocupação de tratar, o curar era a palavra de domínio.

Buscando, justamente, o domínio, a partir do século XIX, a medicina é considerada uma prática política específica e com poder especializado para assumir o cuidado dos indivíduos e da população. A desculpa para o internamento e para as medidas de contenção assumidas não foi outra senão a de precaução social. Devido ao conhecimento das supostas causas sociais da doença, o médico afirma sua função de auxiliar na manutenção do equilíbrio da sociedade. A ordem resultaria no progresso da nação<sup>7</sup>.

\* \* \*

Aos moldes franceses<sup>8</sup>, o sistema de internamento brasileiro se desenvolveu de forma semelhante, ainda que tardiamente:

Os loucos eram isolados nos hospícios, na prisão ou nas enfermarias da Santa Casa, onde não recebiam tratamento médico especializado. Como ressalta Paulo Amarante (1983), foi somente com a chegada da família real no Brasil que se exigiu uma intervenção propriamente estatal com o objetivo de ordenar a sociedade, tornando a loucura objeto de intervenção específica por meio do Estado e da medicina: ‘Em 1830, uma comissão da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro realizou um diagnóstico da situação dos loucos. Só então é que estes passaram a ser considerados como doentes mentais, merecedores de um espaço social próprio para sua reclusão e tratamento. Antes, eram encontrados em todas as partes, menos nos hospitais: ora nas ruas, ora nas prisões e casas de correção, ora em

---

<sup>7</sup> Sobre isso, Roberto Machado destaca, em *Danação da norma*, que “a experiência da anormalidade funda, na observação e intervenção que deve desencadear, a prescrição normativa, o que mantém entre as duas a perpétua tensão de uma correlação de forças. O discurso psiquiátrico ganha, aqui uma espessura: é nele que se repensam, a cada instante, as condições de possibilidade de implantação, na sociedade, de uma estratégia de normalização que deve fornecer um corpo concreto – no caso o corpo do louco enquanto indivíduo social reduzido à condição de doente mental – à ação do Estado. O governo dos loucos – o governo dos presos, doentes, prostitutas, escolares, soldados, operários – permite a aplicação de técnicas médico-políticas de controle em proveito de um Estado cuja ação legal é medicamente orientada. A ação da norma se desencadeia tanto mais eficazmente quanto mais íntima for a relação entre medicina e Estado: é à luz da ordem normativa que se concebe o progresso da nação” (MACHADO, 1978, p. 492).

<sup>8</sup> No prefácio de *História da Psiquiatria no Brasil*, Jurandir Freire Costa afirma a possibilidade de que a psiquiatria no Brasil nunca tenha formulado uma teoria original sobre a alienação mental. Contudo, ressalva que isso “não nega nem a especificidade de seu pensamento psiquiátrico, nem a singularidade de sua História” (COSTA, 2007, p. 18-19).

asilos de mendigos, ora nos porões' (AMARANTE, 1983, p. 149 *apud* PORTOCARRERO, 2002, p. 24).

A psiquiatria se consolidou no Brasil somente no início do século XIX<sup>9</sup>, a assistência aos alienados ainda era algo incipiente no país, que teve o seu primeiro hospício, o Pedro II, instituído por decreto (nº 82 de 18/07/1841 - anexo A) em 1841. O louco já havia sido retirado, tanto quanto possível, das prisões e das enfermarias das Santas Casas de Misericórdia, e não perambulavam mais pela cidade desde o início do funcionamento do Pedro II<sup>10</sup>, em 1852. O hospício era dirigido pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. No entanto, “com o advento da República em 1890, a criação de um projeto de assistência científico, baseado numa medicina científica, os alienistas conseguiram que o Hospício de Pedro II fosse subordinado à administração pública” (CARVALHO, 2000 *apud* PORTOCARRERO, 2002, p. 47).

O argumento dos psiquiatras era o de que a psiquiatria era de grande valia na construção da nova sociedade. Sendo assim, na nova estratégia de governo, a urbanização das cidades e os projetos sanitários aparecem como prioritários, pois visavam um maior controle da ordem social, então abalada por antagonismos entre os diversos setores da população e por manifestações das classes populares. A ideia de profilaxia se intensifica no final do século XIX e se estende até o XX:

Medicalizar o hospício e o louco já não é mais objetivo único da psiquiatria, embora continue sendo uma meta importante, conforme se pode inferir das reivindicações de Teixeira Brandão. Torna-se fundamental a psiquiatrização não somente do louco propriamente dito, mas do louco em potencial, representado por todo e qualquer indivíduo normal, na medida em que este pode, por um processo de degeneração, adquirir uma doença mental; e, principalmente, dos anormais, degenerados – alcoólatras, epiléticos, sífilíticos etc. – mais vulneráveis e sujeitos, pela decadência moral e degenerescência física, à loucura. A psiquiatria começa a dedicar seu saber

---

<sup>9</sup> Para Roberto Machado, o século XIX assinala para o Brasil “o início de um processo de transformação política e econômica que atinge igualmente o âmbito da medicina, inaugurando duas das suas características, que não só têm vigorado até o presente, como têm se intensificado cada vez mais: a penetração da medicina na sociedade, que incorpora o meio urbano como alvo da reflexão e da prática médicas, e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício de poder do Estado. O ‘médico-político’ deve dificultar ou impedir o aparecimento da doença, lutando, ao nível de suas causas, contra tudo o que na sociedade pode interferir no bem-estar físico e moral. [...] O médico torna-se cientista social integrando à sua lógica a estatística, a geografia, a demografia, a topografia, a história; torna-se planejador urbano: as grandes transformações das cidades estiveram a partir de então ligadas à questão da saúde; torna-se, enfim, analista de instituições: transforma o hospital – antes órgão de assistência aos pobres – em ‘máquina de curar’; cria o hospício como enclausuramento disciplinar do louco tornado doente mental; inaugura o espaço da clínica, condenando formas alternativas de cura; oferece um modelo de transformação à prisão e de formação à escola” (MACHADO, 1978, p. 155-156).

<sup>10</sup> É válido ressaltar que, é a partir da assinatura do decreto, em 1841, que a psiquiatria nasce, de fato, no Brasil.

ao conhecimento da anormalidade, dos desviantes – criminosos e degenerados (PORTOCARRERO, 2002, p. 79).

O olhar da psiquiatria deixou de se limitar apenas ao sujeito louco e passou a contemplar os indivíduos que apresentavam qualquer traço de vulnerabilidade. Com o projeto de limpeza social a doença do indivíduo era como um reflexo direto da doença da sociedade, que precisava, portanto, ser modificada. Lutando contra “a ameaça que os doentes e deficientes mentais constituem para o desenvolvimento moral e econômico da sociedade brasileira”, a medicina mental “atua [atuava] cientificamente sobre as causas da doença mental e da anormalidade mental e moral como a delinquência, o alcoolismo etc” (PORTOCARRERO, 2002, p. 26).

Diante as várias mudanças do campo psiquiátrico, João Carlos Teixeira Brandão, considerado o primeiro alienista do Brasil, “fez severas críticas ao primeiro hospício no país, o D. Pedro II, no Rio de Janeiro, do qual foi nomeado diretor médico em 1890” (AMARANTE, 2006, p. 31). Nesse mesmo ano, “assumiu também a direção da Assistência Médico-Legal aos Alienados, o primeiro órgão nacional de normatização e coordenação da assistência psiquiátrica” (AMARANTE, 2006, p. 32). Eleito deputado federal em 1903, ficou conhecido como “Pinel brasileiro” por escrever o decreto nº 1.132 (anexo B), de 22 de dezembro de 1903, que visava a Reorganização a Assistência aos alienados<sup>11</sup>. Este é o primeiro documento legal específico sobre alienação mental, baseado na legislação francesa e inspirado nos preceitos defendidos por Esquirol.

\* \* \*

A medicina positivista do século XIX considerava a loucura como sendo uma não sabedoria, desordem do mundo, uma ameaça escatológica, uma doença. No entanto, assim como o louco, alcoolistas, epiléticos e andarilhos também representavam uma ameaça à ordem social. Esses indivíduos eram recolhidos no hospício, pela polícia, por duas razões: porque os psiquiatras acreditavam que se tratavam de degenerados e que poderiam desenvolver a doença mental posteriormente, e, na maioria dos casos, a limpeza social de fato.

---

<sup>11</sup> De acordo com o 2º artigo, inciso 1º a, quando um paciente fosse admitido no asilo, uma guia deveria ser criada, contendo “o nome, filiação, naturalidade, idade, sexo, côr, profissão, domicílio, signaes physicos e physiomicos do individuo suspeito da alienação, ou a sua photographia, bem como outros esclarecimentos, quantos possa colligir e façam certa a identidade do enfermo” (BRASIL, Decreto nº 1.132, de 22 de dezembro de 1903). Vide anexo C.

Por serem indivíduos vulneráveis, Foucault observa que:

Nosso saber positivo nos deixa incapazes para decidir se se trata de vítimas ou doentes, de criminosos ou loucos: estavam todos ligados a um mesmo modo de existência, que podia levar eventualmente tanto à doença quanto ao crime, mas que não lhes pertencia desde o início (FOUCAULT, 2017, p. 108).

Buscando uma prática psiquiátrica mais humanizada, o psiquiatra Juliano Moreira<sup>12</sup> trouxe para o Brasil, no começo do século XX, as contribuições do professor Kraepelin<sup>13</sup>, também psiquiatra. Ele foi o grande reformador da psiquiatria clássica na Alemanha. O método de Kraepelin constitui-se num contexto teórico em que “a ciência médica se fazia por meio da descrição e da classificação. Descrição minuciosa dos sintomas e da evolução de diversos tipos de doença e constituição de agrupamentos que garantissem um julgamento diagnóstico e prognóstico” (PORTOCARRERO, 2002, p. 53). Essa categorização de sintomas e o agrupamento de nomes das doenças era organizada em uma tabela chamada de “quadro nosográfico”. Os psiquiatras tentaram, por muito tempo, preencher o quadro nosográfico da loucura, pois havia a necessidade de uma classificação da doença.

Como até o início do século XX a medicina estava fundamentada na corrente do positivismo, a necessidade de se dissociar a medicina científica da assistência era crucial. Era necessário manter nos hospícios somente os verdadeiros doentes, “assim chamados por ser a alienação considerada uma doença como outra qualquer, que deve ser tratada com meios que se aproximem ao máximo da medicina comum, em lugares que se pareçam com outros hospitais” (PORTOCARRERO, 2002, p. 78-79). Os verdadeiros doentes serão diferenciados dos “normais” por determinadas características de comportamento – incapacidade

---

<sup>12</sup> Sobre o psiquiatra: “O magnífico sonhador da cura da alienação mental e sentindo que a consecução dessa tarefa exigia a compreensão das suas causas e dos seus mecanismos, incrementou a pesquisa, orientou estudos e verificações que formam hoje grande parte da notável bibliografia brasileira concernente à patologia mental, investigou a natureza dos fatos clínicos, estudou e difundiu doutrinas e conceitos, interessando em todas essas questões discípulos e colaboradores e fazendo do Hospital Nacional de Alienados um respeitável núcleo de trabalhadores, cientistas e professores” (Professor Juliano Moreira, 1933, p. 3 *apud* PORTOCARRERO, 2002, p. 82). Nesse sentido, Costa (2007, p. 41) observa que, “até Juliano Moreira, a Psiquiatria tinha se limitado a reproduzir o discurso teórico da Psiquiatria Francesa”.

<sup>13</sup> Emil Kraepelin (1856-1926) foi um psiquiatra alemão. Ele defendia que as doenças psiquiátricas eram causadas por distúrbios genéticos e biológicos. Considerado o criador da moderna psiquiatria e da genética psiquiátrica, Kraepelin desenvolveu um novo sistema diagnóstico. Para o psiquiatra, a doença mental afetava o indivíduo em três níveis: intelectual, afetivo ou moral e físico. A base de suas teorias psiquiátricas é utilizada até hoje.

de bem julgar, de se conduzirem do ponto de vista moral, ingestão de tóxicos etc (PORTOCARRERO, 2002, p. 46).

A psiquiatria amplia, então, seu objeto, estabelecendo desde logo uma separação fundamental entre os considerados degenerados e os “verdadeiros” doentes mentais, e propõe para cada caso um tipo especial de assistência:

Estes, uma vez diferenciados, devem ser agrupados em asilos especiais, onde possam ser recuperados para a vida em sociedade e para o trabalho, ao invés de ficarem sem nenhuma assistência, o que permite que consequências mais graves o tornem irrecuperáveis e perigosos (PORTOCARRERO, 2002, p. 85).

Com as propostas<sup>14</sup> de Juliano Moreira e a partir do decreto nº 1.132, o Hospital de Pedro II passa por uma reforma em 1903 que se baseia na prática psiquiátrica do século XX. Com essa reforma os loucos desfrutavam de uma ilusão de liberdade, isto é, o conceito de *open door* (portas abertas) possibilitou a retirada das grades, a negação das camisas-de-força e o fim das células de isolamento. No entanto, os degenerados ainda eram agrupados nos hospícios e submetidos a tratamentos violentos<sup>15</sup>, como o eletrochoque, ingestão de psicofármacos e a cirurgia de lobotomia.

Figura 1: Camisa de força



Fonte: Psiquiatria, uma indústria de morte.

<sup>14</sup> Juliano Moreira assume, em 1902, a direção do Hospício Pedro II (após a Proclamação da República é denominado Hospital Nacional dos Alienados).

<sup>15</sup> O tratamento moral consistia em um conjunto de medidas que submetiam o alienado ao jugo da ordem e da norma. Dessa forma, a instituição disciplinar regida por regulamentos, normas, rotinas, mecanismos vários de gestão da vida cotidiana, reordenaria o mundo interno do alienado e o resgataria para a razão. A tese era a de esvaziar o *ser* a fim de torna-lo tranquilo. Cabeças vazias, obstinadas e ordenadas. Assim, a loucura era vista como meio de produzir consciência.

Figura 2: Aparelho de eletrochoque. Ao lado, índice de mortes devido ao eletrochoque



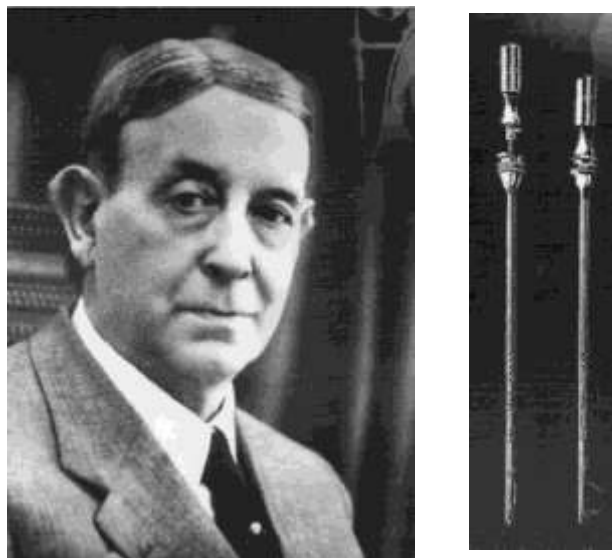
Fonte: Psiquiatria, uma indústria de morte.

Figura 3: Heinz Lehmann. Psiquiatra canadense que popularizou o Thorazine na década de 1950



Fonte: Psiquiatria, uma indústria de morte.

Figura 4: Egas Moniz, inventor da lobotomia. Ao lado, aparelho que cortava o cérebro para a cirurgia



Fonte: Psiquiatria, uma indústria de morte.

A principal diferença entre a reforma do campo psiquiátrico<sup>16</sup> foi a de que a anormalidade era vista no XIX como oposta à norma, à ordem, e no XX como patológica e científica, que deveria ser submetida ao tratamento racional. Em linhas gerais, a prática psiquiátrica do século XX estava firmada na prevenção da loucura. Ainda que submetidos a tratamentos racionais, os loucos e degenerados seguiam sendo vistos como empecilhos para o desenvolvimento da nação.

No decorrer dos séculos os governantes percebem nos loucos um elemento de desordem urbana e preveem um lugar institucional para sua correção, pois o governo seria responsável por oferecer à sociedade meios para a solução desse problema social. Com recursos fornecidos pelos poderes públicos para a hospitalização dos doentes mentais, a psiquiatria poderia transformar esses indivíduos perigosos em inofensivos, em mão de obra trabalhadora. A psiquiatria impõe-se como instância de controle social dos indivíduos e das populações.

\* \* \*

O que compreendo é como se a loucura, o alcoolismo e a epilepsia fossem os responsáveis por estarmos chegando na idade de ferro<sup>17</sup>.

No final da leitura da *História da Loucura*, aprendemos com Foucault que a psiquiatria é um saber situado historicamente. A história da loucura é basicamente a luta pelo poder da psiquiatria sobre o louco. No entanto, a história da psiquiatria é apenas a dos psiquiatras, seu prestígio e carreira.

O estigma deixado pela loucura foi o de contenção e intimidação, além, é claro da terrível herança, os manicômios. Esse pareceu ser o lema da 'bandeira' da

---

<sup>16</sup> Somente em 1908 a sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal foi criada no Rio de Janeiro.

<sup>17</sup> Para explicar a condição humana, Hesíodo categoriza os homens em cinco raças, sendo quatro delas nomeadas por metais: a raça de ouro, a raça de prata, a de bronze e a de ferro. Entre a raça de prata e a raça de bronze está a quarta raça, a dos semideuses, que não se refere a metais. Cada raça tem especificidades que simbolizam uma progressiva degradação da condição humana. Com o poema de Hesíodo é possível compreender que a raça de ferro é marcada pela dor, decorrente da violência, da injustiça e dos falsos juramentos. Não haverá apreço a aqueles que forem justos e bons, pois o mal prevalecerá. No mito, pode-se perceber que a desvalorização dos metais expressa a degradação da condição humana, pois na primeira raça havia pureza e os homens viviam sem sofrimento ou miséria. Porém, na quinta, que supostamente permanece até a atualidade, os homens são afligidos pela miséria e pela dor, um tempo perverso em que "contra o mal, não haverá defesa" (HESÍODO, 2011, p. 63). Vale ressaltar que na raça de ferro os homens padecem do próprio mal. Segundo o estudo crítico de Luiz Otávio de Figueiredo Mantovaneli para a obra de Hesíodo, o poema grego "narra as condições fundamentais da existência humana, envolvendo trabalho, ansiedade, sofrimento, num mundo que, cedo ou tarde, pune a violência" (MANTOVANELI (ed.), 2011, p. 28).

psiquiatria até os primórdios do século XX. O rastro que a loucura deixou na história perpassa os séculos e ameaça o agora. Mas, por quê?

## 1.2 O PROCESSO DE HIGIENIZAÇÃO SOCIAL

A principal característica do anormal será sempre a periculosidade, mesmo que de forma latente. Foi o que relatou Foucault na *História da Loucura*. Bom, acredito que é por essa razão que ao longo da história milhares de pessoas foram abandonadas nas ruas, deixadas em hospitais, despachadas em trens, recolhidas e privadas de si.

No início do século XIX, a Europa vivia um momento de transição para a modernidade, tornando-se cada vez mais urbana e industrial. É nesse contexto que nasce a corrente filosófica do positivismo, formulada pelo francês Auguste Comte, e que tinha como principal objetivo o desenvolvimento social por meio da ciência. Com esse novo olhar, a preocupação dos governantes estava atrelada ao ideal de “imposição da ordem social” para o progresso – seu lema era, basicamente, o de “Ordem e Progresso”. A medicina, além de ser vista como combate à desordem social, era uma aliada do Estado. Com a ideia de que seria necessário subtrair o alienado de todas as causas que produzissem alienação mental, o governo e as leis foram e são importantes catalisadores da prática psiquiátrica, pois são instâncias com poder de decisão sobre os problemas sociais e que podem intervir na questão da assistência ao alienado.

Como discutido no tópico anterior, loucos e degenerados, assim chamados os epiléticos, alcoolistas e sífilíticos, eram vistos como importantes perturbadores da ordem social. Como esses indivíduos não eram homogêneos à sociedade e precisavam ser eliminados das vistas, com o positivismo foi possível assegurar, cientificamente, o poder e a autonomia do psiquiatra.

A prática psiquiátrica do XIX deixa de ser “o discurso científico sobre a loucura e suas causas somente: ela é o saber médico sobre todo desvio da normalidade – criminalidade, degeneração, doença mental” (PORTOCARRERO, 2002, p. 69). Uma vez que o louco perturbava a ordem do espaço social, dificultando



(ou poluindo) o projeto de construção de um novo Brasil<sup>18</sup>, o argumento dos psiquiatras era o de que a psiquiatria tinha grande valia na construção da nova sociedade.

Apesar de ser uma necessidade social para a defesa da coletividade, as internações eram um problema para as autoridades. Internar o louco era, também, sinônimo de injustiça, pois atentava contra o princípio de liberdade individual, base da organização social da República.

Buscando livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar, os hospitais tornavam-se destinos de: desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres e todos os tipos de indesejados. Como os hospitais psiquiátricos se tornaram um depósito de pessoas que ameaçavam a ordem e apresentavam risco para o desenvolvimento da nação, surgiu a concepção de “doenças sociais”. Essas doenças eram representadas, principalmente, pelo alcoolismo, pela epilepsia e pela sífilis (PORTOCARRERO, 2002, p. 88-89).

Para os psiquiatras, as doenças sociais seriam causas possíveis de delírios que levariam à loucura e, sobretudo, a causas de delinquência e criminalidade. O degenerado, mesmo não alienado, passa a ser objeto da psiquiatria, que não se restringe apenas ao alienado, mas que abrange a todos aqueles que podem representar um risco de desordem para a norma social (PORTOCARRERO, 2002, p. 44). A psiquiatria estabelece uma distinção entre os casos de degenerescência moral e os de doença mental, ampliando, assim, seu campo de intervenção:

Os psiquiatras classificam então todos os indivíduos considerados irredutíveis à disciplina; classificam o que, no sistema disciplinar do século XIX, era inclassificável, a partir da noção de anormalidade, a qual surge, no final do século passado, como uma categoria médica, relativa a todos os indisciplináveis – os anormais. O conceito da anormalidade como uma forma de psicopatologia surge, então, como uma maneira de justificar em termos médicos as tentativas de submetê-los ao poder disciplinar, viabilizando a inserção da criminalidade e de tudo o que possa a ela estar ligado – suas causas, os meios de curá-la e preveni-la – no domínio do psiquiátrico. Todo indisciplinável, e não só o louco, passa a ser considerado do ponto de vista da doença (PORTOCARRERO, 2002, p.29).

Claramente o grande projeto do século XIX foi o de normalização e medicalização da sociedade. Padronizando diagnósticos, os médicos não

---

<sup>18</sup> O projeto da construção do “novo” país estava pautado no Ideal de sociedade moderna e civilizada, em que “a carta de apresentação da nação: [seria uma] imagem moderna, industrial, civilizada e científica” (SCHWARCZ, 1993, p. 42).

precisavam de muitos critérios científicos para permitir a internação dos “anormais” degenerados e perturbadores da ordem. Para Foucault, o louco era reconhecido e isolado como tal, mesmo fora de um estatuto médico preciso (FOUCAULT, 2017, p. 123). A patologização do comportamento dos loucos os tornaria produtivos e inofensivos.

Ainda que fossem distinguidos dos “verdadeiros loucos” e houvesse a premissa do tratamento adequado, os degenerados seguiam sendo recolhidos para um tratamento moral a fim de se tornarem trabalhadores tranquilos, pois acreditava-se que durante as crises os indivíduos se tornariam improdutivos e, se não fossem afastados da vida em sociedade, poderiam transmitir esse “mal” a seus descendentes<sup>19</sup>, até mesmo ter maus filhos, gerando um infortúnio para o futuro do país:

Se a alienação é sobretudo uma desordem do comportamento, se ela se insurge contra a ordem social por meio de atos involuntários, a cura só pode ser obtida pela imposição de certas normas transmitidas por um processo de reeducação do alienado, de um tratamento moral. De acordo com o princípio de isolamento de Esquirol, a possibilidade de êxito nesse tipo de tratamento depende do afastamento do louco num espaço que o separa das causas de sua loucura, inscritas na sociedade e principalmente na família, espaço medicalizado, terapêutico, organizado, sendo ele mesmo instrumento de cura (PORTOCARRERO, 2002, p.33).

A tese da eliminação de elementos que não eram homogêneos ou nocivos está presente desde o século XV, no entanto, como no XIX a medicina buscava desvendar os mistérios da mente humana, essa eliminação ocorreu de forma mascarada pelo suposto tratamento e por justificativas científicas. Com essa desculpa e com a ideia de uma purificação racial/social, a ciência do XIX pode ser chamada de “ciência do melhoramento do patrimônio hereditário”.

Os estudos científicos comprovavam que o “cruzamento de raças próximas costumavam dar bons resultados no tocante ao físico e também para o lado psíquico, ao passo que a mistura de raças mui diversas entre si dá resultados desfavoráveis” (LOPES, 1940, p. 7-8 *apud* PORTOCARRERO, 2002, p. 49). Visando o progresso, o governo viu a necessidade de eliminar loucos e pobres do convívio

---

<sup>19</sup> Com todas essas preocupações, surgem “as proibições aos casamentos inter-raciais, as restrições que incidiam sobre ‘alcólatras, epiléticos e alienados’, visavam, segundo essa ótica, a um maior equilíbrio genético, ‘um aprimoramento das populações’, ou a identificação precisa das características físicas que apresentavam grupos sociais indesejáveis” (GALTON, 1869, p. 1979 *apud* SCHWARCZ, 1993, p. 79).

social, uma vez que a classe dos pobres era tida como a principal fonte da degenerescência:

O caráter social do conceito de hereditariedade faz o combate à mestiçagem aparecer sob uma roupagem de cientificidade. A mestiçagem será considerada negativa para a composição de uma sociedade civilizada em que os padrões de progresso não devem ser ameaçados pela geração de indivíduos suscetíveis de degeneração física e moral, consequência da união de raças diferentes, que ao se cruzarem os transmitem à descendência, formando 'raças mais fracas'. Essas ideias são propugnadas pelos psiquiatras da Liga Brasileira de Higiene Mental, que tomaram o modelo conceitual organicista para fundamentar a proposta preventiva da psiquiatria do século XX (PORTOCARRERO, 2002, p. 40).

Sem loucos e pobres a cidade seria o local “onde imperaria a síntese autoritária da natureza e da virtude” (FOUCAULT, 2017, p. 79). A saúde mental se torna um problema relacionado ao estudo dos fatores físico e intelectual das raças. Mais suscetíveis a degeneração, os mestiços são tidos como improdutivos e vistos como um grupo de alto risco<sup>20</sup>.

É nítido que o ideal de eliminar aqueles que não são homogêneos à sociedade está em vigor desde séculos atrás. Contudo, na virada do século XIX para o século XX, esse ideal se fortificou. Como a medicina positivista era usada como um mecanismo de controle e os psiquiatras buscavam confirmar o caráter de cientificidade de seu saber, indivíduos que não eram declarados como saudáveis e que não ofereciam boa mão de obra trabalhadora eram recolhidos ou simplesmente abandonados em hospitais. A medicina impunha, assim, seu saber às diversas instâncias da sociedade.

Com a promessa de que:

O Estado garantiria a segurança da sociedade, defendendo a coletividade dos possíveis abusos cometidos pelos doentes mentais, considerados incapazes de gerir sua própria pessoa e seus próprios bens. Isso porque o Estado é superior às confrarias, à família e a qualquer estabelecimento particular. Portanto, só o Estado deveria ter o direito de exercer o poder de sequestro, apoiado no saber e na prática psiquiátricos, para que o internamento na instituição asilar não se transformasse em pura exclusão repressiva (PORTOCARRERO, 2002, p. 75).

A ideia era oferecer assistência médica, isso está correto. O equívoco, o “estranho”, está no fato das reclusões, dessa captura de pessoas e de tratamentos extremamente violentos. Não há outra explicação que não seja a de que a medicina

---

<sup>20</sup> Mais adiante trarei *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*, de Lília Moritz Schwarcz para a discussão.

“escondia” bem às vistas de todos sua influência. A medicina representava uma potência, pois lhe fora conferida o poder da decisão, a “missão” de distinguir o normal do insano, o criminoso do alienado (FOUCAULT, 2017, p. 127). A ciência era a desculpa usada para as pessoas que ameaçavam a ordem fossem “confiscadas” e retiradas de circulação. Como melhor resolver um problema que não seja a suspensão da sua circulação? Empurrar para baixo do tapete.

A doença mental, suas causas e focos, prejudicam os preceitos da liberdade individual e do desenvolvimento econômico, social e político, então reconhecidos como imprescindíveis ao progresso do Brasil – um país que, ao tentar ser perfeito, se afunda cada vez mais na areia movediça do terceiro mundo. O ideal positivista de ordem em progresso é engraçado, contraditório... tanta ordem imposta para tanta falta de progresso.

\* \* \*

O fenômeno de exclusão social é cada vez mais grave e difuso. A exclusão do louco é apenas um dos tantos processos de “higienização” social que presenciamos em toda a história da humanidade. Os negros foram excluídos, escravizados. Deficientes físicos foram escondidos. O público LGBTQIAP+<sup>21</sup> excluído, banido, renegado. Os judeus submetidos à experimentos científicos sub-humanos. As vozes de minorias, que na verdade são majorias, são cada vez mais abafadas, silenciadas.

Pensando no cientificismo como filosofia que nega a importância dos problemas que estão fora do alcance da investigação científica e como tese reforçadora dos preconceitos, correríamos o risco de uma nova era cientificista/cientifascista?

\* \* \*

Retomando minha fala da abertura da dissertação: *como, afinal, admitir que personagens sejam recolhidos nos hospícios dentro da literatura exatamente da mesma forma como homens, mulheres e crianças foram recolhidos fora dela, sem questionarmos nenhum único aspecto das “cenas do crime”?*

---

<sup>21</sup> Grupo de pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, e mais.

Como pretender investigar uma obra de caráter confessional e de denúncia, como o *Diário do Hospício*, sem investigar a história do Brasil no que cerne a psiquiatria? Como admitir atrocidades cometidas dentro da literatura sem ao menos questionar os casos fora dela?

### 1.3 SOBRE AS VOZES SOTERRADAS NAS RUÍNAS DO TEMPO

Eu não poderia fechar os meus olhos enquanto pesquisadora. Não poderia e nem posso ignorar as atrocidades que ocorreram em Barbacena, Minas Gerais. Por uma felicidade do destino, durante minhas pesquisas a respeito do hospital psiquiátrico de Barbacena, encontrei um curta-metragem, imagens, reportagens e a obra de Daniela Arbex, jornalista brasileira, que coletou e registrou em *Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil* a história de algumas das vítimas do sistema.

Em 1961, a convite do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, o fotógrafo Luiz Alfredo<sup>22</sup> e o repórter José Franco partem para conhecer o Colônia, pois:

A Imprensa, até então, jamais havia ultrapassado os muros que dão acesso ao Hospital-Colônia de Barbacena. Houve sempre a preocupação, exercida

---

<sup>22</sup> “Luiz Alfredo, com setenta e oito anos, só se rendeu à sua primeira máquina digital em 2011. Apaixonado pelos rolos de filme, ele guardou alguns negativos das mais de 500 matérias que ilustrou durante os vinte e dois anos na *O Cruzeiro*. As imagens do Colônia, feitas em 1961, estão entre as que permaneceram em sua companhia por mais de quatro décadas. Em 2006, após uma das fotos feitas na unidade ter sido publicada numa revista de saúde que fazia uma reportagem sobre o Museu da Loucura, ele foi procurado pelo então diretor do hospital de Barbacena, Jairo Toledo. Apesar de ter recebido várias ofertas de colecionadores e bancos de imagens estrangeiros, o fotógrafo sempre quis que o material histórico ficasse no país e contribuísse para a memória da psiquiatria brasileira. Assim, vendeu o conjunto de fotos por preço simbólico, para a Fundação Municipal de Cultura de Barbacena. As imagens foram impressas no livro *Colônia* [TOLEDO, Jairo Furtado. *Colônia: uma tragédia silenciosa*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <https://ri.art.br/arquivos/5478215.pdf?1449953914>. Acesso em: 9 maio 2019.], publicado em 2008, pelo Governo de Minas, na gestão do secretário de saúde Marcus Pestana. Um ano depois, durante uma entrevista que fiz com o psiquiatra José Laerte, à época vereador em Juiz de Fora (MG), ele tirou o livro da gaveta. - Antes que eu me esqueça, você precisa ver isto. Ao folhear a primeira página, levei um susto: - Não acredito! – repeti, por diversas vezes, ainda no gabinete do vereador. Bastou o contato com aquelas imagens para que a senha da indignação fosse acionada. Saí de lá com certeza de que precisava ver de perto o que havia restado do pior capítulo da história da psiquiatria mineira. Senti-me na obrigação de contar às novas gerações que o Brasil também registrou um extermínio. Quantos personagens restam vivos? O próprio Luiz Alfredo teria que idade? Em 2011, quando as fotos dele completaram meio século, minhas perguntas começaram a ser respondidas. O autor das fotos contava, então, com setenta e sete anos, e suas memórias deram o pontapé inicial à minha investigação. A tragédia provocada pelo Colônia começou a ser revelada pelo olhar dos sobreviventes e de suas principais testemunhas. Toda história tem outra por trás dela. A do *Holocausto Brasileiro* não foge a esta regra” (ARBEX, 2013, p. 169-172).

zelosamente pelos governos, de guardar em segredo, fechado a sete chaves, aquela chaga que é ao mesmo tempo uma vergonha e um atentado à dignidade humana. Apesar do sigilo oficial, tinha-se firmado em Minas a convicção de que doente que entra no manicômio só muito raramente dali sai com vida. [...] Há 57 anos nenhum repórter havia penetrado, com máquina fotográfica, atrás dos muros daquele campo de concentração terrivelmente sinistro. Talvez seja por isto que um dos loucos estranhou o 'flash' e implorou aflito:

- Moço, não mata nós não. Por que ocê vai matar nós? Num mata nós não, moço! (FRANCO, 1961, p. 119-120).

O espanto com a rotina do hospital e os registros fotográficos dos maus tratos resultou na matéria "A sucursal do inferno" (anexo D), publicada em 1961 na revista *O Cruzeiro*, que circulou entre 1928 e 1975. Na matéria, Franco se mostra indignado diante do que vê. Indignado porque, a "Casa da Morte", como se refere ao hospital, era "uma verdadeira fábrica de cadáveres (cinco, em média, por dia) com freguesia certa: Escola de Medicina" (FRANCO, 1961, p. 120). Os corpos eram uma grande fonte de lucro, pois, com tantas mortes, eram vendidos "a rodo".

Franco não entendia como um Estado como o de Minas Gerais "de tão caras tradições" era "um campo de concentração<sup>23</sup> tão repelente, onde os doentes andam nus por falta de roupa" e que havia um "grande número de pessoas que, tidas como débeis mentais, em verdade são apenas alcoólatras e anêmicas" (FRANCO, 1961, p. 120).

As fotografias de Luiz Alfredo reforçam a indignação e a denúncia do abuso e dos maus tratos do hospital para com os pacientes. A reportagem é, explicitamente, um boletim de ocorrência.

---

<sup>23</sup> Em 1979 Franco Basaglia visita o Brasil pela segunda vez, quando conhece o Hospital Colônia de Barbacena. Vendo a situação do hospital, o compara a um campo de concentração. Para Paulo Amarante, essa é a primeira vez que o Colônia é referido como campo de concentração, no entanto, em 1961, José Franco já havia feito essa comparação: "[...] as sombrias paredes do Hospital-Colônia escondem, no silêncio de Barbacena, um campo de concentração nos moldes nazistas, onde criaturas humanas vivem e morrem como animais, no mais sórdido abandono" (FRANCO, 1961, p. 119).

Imagem 5: Pátio masculino do Hospital Colônia de Barbacena.



Crédito: Luiz Alfredo/*Revista O Cruzeiro*.

Imagem 6: Pátio feminino do Hospital Colônia de Barbacena.



Crédito: Luiz Alfredo/*Revista O Cruzeiro*.

Imagem 7: Camas de palha.



Crédito: Luiz Alfredo/Revista O Cruzeiro.

Imagem 8: Como era feito o preparo da carne.



Crédito: Luiz Alfredo/Revista O Cruzeiro.



Além da matéria de Alfredo e Franco, em 1979, o repórter Hiram Firmino<sup>24</sup> e a fotógrafa Jane Faria publicaram uma série de reportagens que, mais tarde, foram publicadas em livro com o título de *Nos porões da loucura*. Filmado em 1979, o curta metragem “Em nome da razão”<sup>25</sup>, de Helvécio Ratton, “tornou-se símbolo da luta antimanicomial” (BRUM, 2013, p. 16). Em 2008, o livro *Colônia: uma tragédia silenciosa*, publicado pelo Governo de Minas, trouxe uma parte das fotografias<sup>26</sup> registradas por Luiz Alfredo, em 1961, bem como artigos de diferentes colaboradores.

Em 2013 Daniela Arbex lançou *Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. De acordo com a jornalista, a ideia de registrar a investigação da história do Colônia surgiu a partir das fotos do fotógrafo Luiz Alfredo:

Bastou o contato com aquelas imagens para que a senha da indignação fosse acionada. Saí de lá com certeza de que precisava ver de perto o que havia restado do pior capítulo da história da psiquiatria mineira. Senti-me na obrigação de contar às novas gerações que o Brasil também registrou um extermínio (ARBEX, 2013, p. 172).

De maneira fluida, Daniela nos pega pela mão e nos guia através da história do maior hospício brasileiro. Confesso que precisei fazer uma leitura parcelada da obra. Fui tomada por lágrimas e pela angústia. É praticamente impossível não ver as lágrimas deslizando face abaixo ao ler os relatos dos ex pacientes do hospício, porém, os olhos se tornam cachoeiras nas passagens em que os sobreviventes relatam suas vidas pós Colônia, nas passagens que, em meio a tamanha falta de humanidade, vemos um fio de compaixão<sup>27</sup>. De acordo com Arbex, a tragédia do maior hospício brasileiro é contada pelo olhar dos sobreviventes e de suas principais testemunhas (ARBEX, 2013, p. 24).

---

<sup>24</sup> Há uma entrevista, de 20 de maio de 2016, muito interessante com Hiram Firmino, repórter e escritor. HIRAM FIRMINO – Livros nos porões da loucura. Radialista: Marco Truibarbari. Minas Gerais: Estação de rádio Expresso 104, 2016. (17'26 minutos). Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/nos-poroes-da-loucura>. Acesso em: 9 maio 2019.

<sup>25</sup> EM NOME DA RAZÃO. Direção Helvécio Ratton. Produção: Tarcísio Vidigal. 1979. 1 vídeo (23'50 minutos). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Pgos7\\_PCpo](https://www.youtube.com/watch?v=Pgos7_PCpo). Acesso em: 9 maio 2019.

<sup>26</sup> As fotografias podem ser acessadas na página do Facebook da Tribuna de Minas. JORNAL TRIBUNA DE MINAS. *Holocausto brasileiro: 50 anos sem punição*. Minas Gerais, 21 nov. 2011. Tribuna de Minas. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.297286210291876.72153.202514946435670&type=3&saved#>. Acesso em: 9 maio 2019.

<sup>27</sup> Muitos funcionários não eram partidários do trato desumano para com os internos, por isso acabavam se aproximando deles, demonstrando-lhes carinho e afeto, coisa que não conheciam ou nem se lembravam que existia.

O hospício, conhecido como Colônia, teve suas portas abertas desde 1903, não tendo critério médico para as internações, o local tornou-se destino de “desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos” (ARBEX, 2013, p. 23). Estima-se que, 70% dos pacientes do Colônia, sequer sofriam de doença mental.

O dito popular “empurrar para debaixo do tapete” nunca foi tão claro se comparado ao Colônia. Para livrar a sociedade da escória, daqueles que ameaçavam a ordem ou daqueles que eram, simplesmente, diferentes, os governantes se desfaziam desses grupos, sustentando, assim, a ideia de higienização social, bem como fortalecendo e justificando os abusos do hospital.

“Dentro do hospital, apesar de ninguém ter apertado o gatilho, todos carregam mortes nas costas” (ARBEX, 2013, p. 39). Este é um dos trechos que ilustram o horror que se passava dentro do Colônia e nos revelam os crimes lá cometidos. Por meio dos relatos de antigos funcionários, percebo que a amordaça que os impedia de questionar e de delatar as atrocidades era o medo. Luiz Felipe Carneiro, neto do administrador do hospital<sup>28</sup>, relata que “ouvia tantas histórias sobre os loucos perigosos, mas não conseguia compreender como aqueles homens que ele via trabalhando sem trégua ofereciam tanto risco. – Mas que loucura eles têm? – perguntava a si mesmo, sem coragem de questionar” (ARBEX, 2013, p. 54).

A exploração humana era tanta que o uso da mão de obra dos internos era utilizado como faturamento, como “conserto de vias públicas, limpeza de pastos, preparação de doces. A venda de roupa – 4 mil peças só naquele ano – também era negócio lucrativo” (ARBEX, 2013, p. 54). Um dos ex funcionários do hospital relata que os internos não pareciam doentes, mas escravos.

O argumento utilizado para justificar os maus tratos com os internos era o de que se comportavam como bichos e por isso eram tratados como tal. Vítimas da loucura dos normais, vítimas dos experimentos psiquiátricos, do poder. Por presenciarem tantas atrocidades, aqueles que entravam em perfeito estado mental acabavam terminando a vida como completos “desequilibrados”. Sim, terminavam a vida, pois, a partir do momento que cruzassem os portões das instituições, homens, mulheres e crianças se tornavam propriedade do Estado.

---

<sup>28</sup> De acordo com Daniela Arbex (2013, p. 53), Luiz Felipe nasceu dentro do hospício. Na data de publicação do livro (06 de julho de 2013), tinha oitenta anos.

Os internos buscavam alento onde podiam. Apartados do convívio com suas famílias e amigos, alguns com brinquedos, outros na companhia dos demais internos e alguns na música, como é o caso da paciente Sueli Rezende (1965-2009). As estrofes de sua canção fazem uma crítica ao modelo manicomial e ao isolamento que aprisiona a alma:

Ô seu Manoel, tenha compaixão  
 Tira nós tudo desta prisão  
 Estamos todos de azulão  
 Lavando o pátio de pé no chão  
 Lá vem a boia do pessoal  
 Arroz cru e feijão sem sal  
 E mais atrás vem o macarrão  
 Parece cola de colar bolão  
 Depois vem a sobremesa  
 Banana podre em cima da mesa  
 E logo atrás vêm as funcionárias  
 Que são umas putas mais ordinárias.  
 (ARBEX, 2013, p. 111).

Na visita que fiz ao Museu da Loucura (mesmo prédio que sediava o Colônia), observei que no piso do segundo andar havia uma frase: “Ô seu Manoel, tenha compaixão, tira nós todos desta prisão, estamos todos de azulão”. Achei interessante o que li, refleti sobre a padronização dos indivíduos institucionalizados, começando com a roupa que eram obrigados a vestir quando davam entrada no hospício, o chamado “azulão”. Registrei uma foto e, somente anos mais tarde, em 2019 (com a pesquisa desta dissertação), entendi que se tratava de uma canção, a canção de Sueli. Somente anos mais tarde me dei conta de que, a partir dos versos é possível perceber que a falta de humanidade no trato dessas pessoas englobava diferentes esferas, sendo a alimentação uma delas. Além de não terem acesso a água potável, a comida era preparada como se fosse destinada aos animais. Demorei a entender o pedido de socorro.

Imagem 9: Trecho da canção de Sueli Rezende.



Fonte: arquivo pessoal.

No término da leitura de *Holocausto brasileiro* é impossível negar o fato de que o Colônia só existiu para fins políticos e não terapêuticos, assim como vários hospitais psiquiátricos no Brasil e ao redor do mundo. É impossível, também, não se perguntar o que os internos teriam vivido se tivéssemos os ouvido e os visto com mais humanidade e menos ciência? Quem seriam eles se não tivessem conhecido, pela força, o avanço da psiquiatria e a história do hospital?

No prefácio da obra, “Os loucos somos nós”, Eliane Brum observa que “apesar da denúncia estampada na revista de maior sucesso da época, a realidade só começaria a mudar – lentamente – duas décadas mais tarde, a partir dos anos 80, quando a reforma psiquiátrica ganhou força” (BRUM, 2013, p. 16).

Como destaquei, nos dias atuais o prédio que sediava o Colônia se transformou em museu<sup>29</sup>. O projeto do museu surgiu a partir da proposta de Edson Brandão, então diretor executivo da Fundação Municipal de Cultura de Barbacena,

---

<sup>29</sup> “- Telefone para o senhor – comunicou a secretária.

- Jairo, aqui é Edson Brandão. Gostaria de conversar pessoalmente com você. Tenho uma proposta a fazer. O encontro com o diretor executivo da Fundação Municipal de Cultura de Barbacena foi marcado para o dia seguinte. O ano era 1995. - Doutor, a fundação está desenvolvendo um ambicioso plano de resgate da memória histórica da cidade. O projeto ‘Memória Viva’, que será financiado pela prefeitura, tem o objetivo de reorganizar os museus do município. A nossa ideia é criar um museu sobre a loucura. Temos o apoio do prefeito Toninho Andrada (PSDB). O que acha? O psiquiatra demonstrou entusiasmo. - Venha, Edson, quero te mostrar uma coisa. Os dois foram caminhando até o pavilhão Antônio Carlos, onde tudo começou. O edifício foi construído sobre o terreno da antiga Fazenda da Caveira, que pertenceu a Joaquim Silvério dos Reis, traidor dos inconfidentes. Ele ganhou as terras pela delação do movimento, e antes de ser Colônia, a Caveira foi um sanatório para tuberculosos. Jairo o convidou para entrar. - Vê isso aqui? O diretor mostrou ao membro da fundação uma sala com aparelhos de eletrochoque, documentos, peças de uniforme e outros materiais que recolheu na instituição e guardou, desde 1979, quando montou o painel sobre a história da psiquiatria no III Congresso Mineiro. Brandão estava surpreso. - Sempre tive vontade de exibir o material que fui juntando ao longo de todos esses anos para que as pessoas pudessem conhecer a história da psiquiatria em Minas Gerais – revelou Jairo. O Museu da Loucura acabara de nascer. Em 16 de agosto de 1996, uma sexta-feira, o prédio que guardava quase um século de memória foi inaugurado. Nada melhor do que transformar em museu um dos mais simbólicos edifícios do Colônia, o local onde foram realizadas as tais duchas escocesas. Construído em 1922, o torreão (foto no anexo E) do antigo Hospital Colônia foi reformado; e suas cinco salas, abertas à visitação. No andar superior, um centro cirúrgico, com instrumentos usados para a lobotomia, recriou o ambiente no qual as intervenções eram realizadas [...] Já a cela vista no primeiro andar foi retirada do hospital, em 1994, durante vistoria realizada por técnicos da Secretaria de Estado da Saúde para a classificação das unidades de saúde no nível P4, considerada, à época, maior titulação de eficiência hospitalar. Ao final da visita, a responsável pela inspeção, Gisele Bahia, considerou as instalações adequadas, mas questionou a existência do espaço de contenção. - O problema é a permanência da cela? – questionou Jairo, enquanto repassava instruções para um grupo de funcionários. - É sim, doutor. Uma hora depois de iniciada a conversa, dois homens bateram à porta da sala da direção. - Olha lá, Gisele. Não há mais empecilho para a conquista do P4 – disse Jairo, sorrindo. Para espanto de todos os presentes, a cela havia sido arrancada e colocada sobre a mesa de reunião. Ao final do processo de verificação, o hospital conseguiu classificar-se dentro das normas técnicas, tornando-se apto a receber novas fontes de financiamento federal. A cela, finalmente, tornou-se peça de museu” (ARBEX, 2013, 218-220).

ao diretor do hospital de Barbacena, Jairo Toledo – psiquiatra que respondeu pela direção do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena até março de 2013.

O museu surgiu como uma forma de manter viva a história da psiquiatria no Brasil, no entanto, a história de Barbacena é uma história esquecida, que não é comentada ou sequer lembrada. Para Brum, “Daniela Arbex salvou do esquecimento um capítulo da história do Brasil. Agora, é preciso lembrar. Porque a história não pode ser esquecida. Porque o holocausto ainda não acabou” (BRUM, 2013, p. 16).

Sobre isso, Arbex (2013, p. 220) relata:

No começo, Barbacena rejeitou seu passado, resistindo a revisitá-lo. Duas placas instaladas na BR-040, com os dizeres ‘Visite o Museu da Loucura’, também foram retiradas da estrada nos anos 90 por ordem de políticos que não desejavam a sua instalação. Apesar dos esforços em negar a tragédia da qual o Colônia foi palco, o museu que se destina a conta-la é o mais visitado por turistas. Tem dimensão educativa, desafiadora, tornando-se tributo às dezenas de milhares de vítimas da lendária instituição. Suas portas incomodamente abertas são a lembrança de que a tragédia do Colônia não vai ser, novamente, esquecida. Não dessa vez.

Eu mesma só fui conhecer a história do Colônia em 2016, quando viajei com a turma de Psicologia para Barbacena. A visita ao museu foi muito proveitosa para o meu enriquecimento pessoal da História do Brasil, mas, certamente, seria cem por cento mais proveitosa se eu fosse ao museu conhecendo sua história, sabendo das barbáries que lá se passaram. Por que a história do holocausto brasileiro não aparece em nenhum livro didático? Por que não falamos sobre?

Vejo que o Brasil tenta esconder sua história, e não, não acredito que seja apenas por ter sido uma catástrofe, mas sim pelo simples fato de que o sistema quer que sejamos cidadãos conformados, resignados. Se pararmos para pensar a respeito de Barbacena, teremos consciência de que existem inúmeras formas de controle e de que o aprisionamento e o esvaziamento do ser são soluções possíveis, reconhecidas, afirmadas e acobertadas pelo governo para a contenção dos indivíduos que vierem a questionar o sistema, a desafiar a ordem.

Esse capítulo da história brasileira jamais deve ser apagado. Precisamos salvá-lo do esquecimento.

## 2. O PODER DO DISCURSO MÉDICO EM O ALIENISTA

*Era como raça que a nação era entendida. Por meio dela se explicavam sucessos políticos, fracassos econômicos ou hierarquias sociais assentadas. Estranho movimento que por meio da ciência justificava os projetos mais violentos e autoritários, como a pressagiar os movimentos nazistas que viriam a acontecer em um futuro breve na Europa.*  
Lilia Moritz Schwarcz

Machado de Assis sempre foi um autor que me deu medo. Acredito que a linguagem impecavelmente empregada em cada uma de suas obras me desafiava. O que me levou a lê-lo foi a insuportável frase que ouvi desde o ensino médio: “traiu ou não traiu?”. Isso me incomodou por muito tempo, pois eu não entendia como esse poderia ser o ponto central de *Dom Casmurro*<sup>30</sup> sendo que seu escritor sempre foi destacado como o “rei” da fina ironia. Seria esse o ponto central da história de Bentinho e Capitu? Se minha memória não estiver me traindo, essa foi a primeira obra que li em que o protagonista narra o tempo passado, sua história. No final do Ensino Médio conheci Brás Cubas, ou melhor, li *Memórias Póstumas de Brás Cubas*<sup>31</sup>, que, além de ser a obra que inicia o Realismo no Brasil, era leitura obrigatória para o PSS e vestibular. A ideia de que uma obra fosse narrada por um defunto-autor me encantava (e ainda me encanta). Acredito que, sobretudo com *Brás Cubas*, Machado sela a independência literária do país. Por essa e várias outras razões é impossível negar sua genialidade. É impossível, também, ler suas obras sem questionar o cenário em que vivemos no agora. Pensando justamente no agora, me deparei com a Casa Verde de Itaguaí. Li *O alienista*<sup>32</sup> também no Ensino Médio, mas foi em 2016, na aula da professora Dr.<sup>a</sup> Keli Pacheco, que passei a compreender melhor seu “plano de fundo”. Como disse anteriormente, e direi posteriormente, escrevi um ensaio sobre *O.A.* e *O cemitério dos vivos*. Foi a partir disso que a ideia para o projeto de mestrado surgiu. Agora com o olhar amadurecido, espero dar conta dos vazios que deixei no ensaio de 2016. Espero entender os mecanismos que dão forma a novela e como o poder do discurso científico era capaz de, dentro e fora da literatura, isolar e oprimir os loucos, os

---

<sup>30</sup> Romance publicado em 1899 pela Livraria Garnier.

<sup>31</sup> Romance publicado em folhetim na *Revista Brasileira*, de março a dezembro de 1880. Publicado em livro no ano seguinte pela *Tipografia Nacional*.

<sup>32</sup> Novela publicada em folhetim na revista *A Estação*, de 15 de outubro de 1881 a 15 de março de 1882. Em 1882 é incorporada em *Papéis avulsos*.

negros e a diversidade que não se encaixasse no ideal de “padrão” e da “normalidade”.

## 2.1 É PRECISO CURAR A RAÇA?

No Brasil, as duas principais faculdades eram a Faculdade da Bahia e a Faculdade do Rio de Janeiro. Os médicos baianos se preocupavam com a população doente, acreditando que o cruzamento racial era o mal da nação, enquanto que os médicos cariocas estavam preocupados em combater as doenças, em sanar a nação. Por essa razão, a prática higienista acaba sendo uma das principais áreas de pesquisa da Faculdade do Rio de Janeiro enquanto que a tese do melhoramento genético se torna a principal área de estudo da Faculdade de Recife.

A tendência geral em 1880 era de que as doenças passassem a ser analisadas a partir da raça, negando, assim, a igualdade (SCHWARCZ, 1993, p. 280). Acreditava-se que os negros representavam a maior classe de risco para a sociedade. Considerados degenerados porque possuíam maior vulnerabilidade ao alcoolismo, a epilepsia e a sífilis, poderiam vir a desenvolver a doença mental assim como perturbar a ordem e colocar em risco o futuro da nação. A partir disso, em 1890, a medicina, ao lado da polícia, passa a explicar a criminalidade e a loucura. O questionamento passava a ser “quem era o responsável pelo arbítrio sobre o crime? Os juízes de direito aptos a aplicar a lei, ou os médicos peritos, que com sua ciência diagnosticavam o ‘doente criminoso?’” (SCHWARCZ, 1993, p. 278).

O projeto de raça perfeita pregado pelo cientificismo era abalado pela miscigenação, pois, segundo os cientistas, a mistura das raças era um infortúnio. O cruzamento de raças diferentes traria degeneração, ameaçando as aptidões intelectuais e morais da nação (SCHWARCZ, 1993, p. 74). A teoria das raças via a miscigenação de forma pessimista, sendo todo cruzamento tido como erro. A mestiçagem era compreendida como “sinônimo de degeneração não só racial como social” (SCHWARCZ, 1993, p. 78). Com isso, o racismo era cada vez mais reforçado.

Os mestiços eram classificados como indivíduos que pertenciam a uma “sub-raça decadente e degenerada” (SCHWARCZ, 1993, p. 84). Como acreditava-se que eles representavam a decadência do gênero humano e que colocavam em risco o

futuro da nação, negros e mestiços foram deixados à margem, excluídos e em condições desumanas.

A desculpa para essa necessidade de melhoramento genético era a de que as raças pouco desenvolvidas, como a negra e a indígena, sem falar dos mestiços que era maioria absoluta na população, atrasariam o desenvolvimento do país que, na época, passava pela urbanização. Pouco poderia se esperar de uma nação composta, em sua maioria, por degenerados.

Contrariamente do que se acreditava, o projeto de curar e purificar a raça apenas reforçava a conduta que estabelecia a diferença entre os indivíduos e condenava a mestiçagem à exclusão social. Com isso, “fazia-se da ‘anormalidade’ um grande espetáculo” (SCHWARCZ, 1993, p. 291).

Para os médicos cariocas:

‘O indivíduo alienado não é simplesmente uma ameaça perene á tranquilidade pública. É também uma pessoa que attenta contra a própria existencia. É um atrazado entre nós e para si. Um hommem tão perverso deve ficar sobre a tutela do medico...’ (BM, 1898:374). Defendendo a autonomia médica no tratamento desses pacientes, a revista carioca referendava a discussão desenvolvida paralelamente na Bahia. Fiéis aos supostos poligenistas, traçavam paralelos entre os casos de loucura e sua incidência nas ‘raças inferiores’: Claro está que um branco imbecil será inferior a um preto inteligente. Não é porém, com excepções que se argumenta. Quando nos referimos a uma raça, não individualizamos typos della, tomamol-a em sua accepção mais lata. E assim procedendo vemos que a casta negra é o atraso; a branca o progresso a evolução... A demencia é a forma em que mais avulta os negros. Póde-se dizer que tornam-se elles dementes com muito mais frequênciã, por sua constituição, que os brancos... (BM, 1904:178 *apud* SCHWARCZ, 1993, p. 292-293).

Em 1891, o professor Laurindo Leão, professor de direito criminal na Faculdade de Recife, escreve um artigo que dizia que “uma nação mestiça é uma nação invadida por criminosos” (SCHWARCZ, 1993, p. 218) e que “o que preocupa menos é a insanidade manifesta e mais a proximidade existente entre a degeneração, a loucura e a criminalidade” (SCHWARCZ, 1993, p. 217), uma vez que a linha que separa a genialidade e a criminalidade é tênue.

A Faculdade de Recife<sup>33</sup>, sediada no Convento de São Bento, em Olinda, foi conhecida por ser a faculdade mais atenta ao problema racial no Brasil, tendo como

---

<sup>33</sup> A respeito da Faculdade de Recife, Evaristo Moraes Filho observa que “[...] temos por nós que não chegou a existir propriamente uma escola no mais rigoroso sentido técnico da expressão, com homogeneidade e unidade de doutrina, com coerência teórica interna entre seus corifeus” (MORAES FILHO, 1985, p. 41).



um de seus grandes nomes, Silvio Romero<sup>34</sup>. Defendendo a ideia de que a mestiçagem seria a responsável pelo enfraquecimento biológico e que era necessário educar a nação para que assim se aperfeiçoasse o homem, Romero foi um dos precursores da tese do branqueamento social.

Os intelectuais da Faculdade de Recife buscavam dar ao direito um estatuto científico, “afastado das influências religiosas e metafísicas então dominantes” (SCHWARCZ, 1993, p. 193). Nesse sentido, foi a partir de Romero que o direito ganhou um estatuto diferente no Brasil. Ele “passa a combinar com antropologia, se elege como ‘sciencia’ nos moldes deterministas da época e se dá o direito de falar e determinar os destinos e os problemas da nação” (SCHWARCZ, 1993, p. 203). Assim como os médicos, os bacharéis passam a ter poder absoluto na decisão do destino dos negros e mestiços.

Como era um “problema” inaceitável que um negro, africano ou mestiço recebesse qualquer tipo de prestígio, Silvio Romero escreve um volume intitulado *Machado de Assis. Estudo comparativo de literatura brasileira* a fim de desqualificar Machado enquanto escritor. Romero pinta um M.A. como pertencente a uma sub-raça brasileira, além de questionar sua capacidade intelectual e moral.

Nesse sentido, para Lilia, não devemos buscar em Sílvio Romero um “defensor da igualdade entre os homens. Ao contrário, esse pensador foi um fiel seguidor do determinismo racial” (SCHWARCZ, 1993, p. 203):

‘Não tenhamos preconceito, reconheçamos as diferenças’, dizia Romero em 1887, como que anunciando um momento em que o poligenismo constituía uma verdade tão absoluta quanto a famosa igualdade declarada pela Ilustração. O debate sobre a origem única dos homens era então transformado em um falso problema quando contraposto ‘à uma desigualdade original, brotada no laboratório da natureza, aonde a distinção e a diferença entre as raças aparecem como fatos primordiais frente ao apelo da avançada ethnografia’ (ROMERO, 1895:XXXVII *apud* SCHWARCZ, 1993, p. 203).

Apesar da imagem da medicina nos finais do século XIX e início do XX ser a de “tutora da sociedade, saneadora da nacionalidade, senhora absoluta dos destinos e do porvir” (SCHWARCZ, 1993, p. 265), é possível perceber que a ciência não parecia ser tão científica assim, uma vez que, constantemente, precisava ser reafirmada como absoluta. Dessa forma, a própria teoria revelava sua impossibilidade.

---

<sup>34</sup> Silvio Romero foi professor do colégio Pedro II e da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Uma das primeiras figuras a estrear na crítica literária.

No final do capítulo trarei de maneira mais detalhada trechos da obra de Romero. No entanto, já me questiono: *se Lília, historiadora da vida real, escreve que “era a população pobre e doente que, exposta como se fosse um grande laboratório humano, exemplificava teorias, demonstrava os desvios” (SCHWARCZ, 1993, p. 263), como é possível desconsiderar o teor crítico e com fundo de realidade da obra de Machado de Assis?*

## 2.2 A CASA DE ORATES: DISCURSO E INTERESSE CIENTÍFICO

Na minha experiência enquanto acadêmica de Letras, sempre que se tocava no tema da loucura a primeira obra literária a ser citada era *O alienista*<sup>35</sup>. É curioso o fato de que o título dessa obra permaneça na nossa memória. É uma obra que, atualmente, aparece vez ou outra como leitura obrigatória nas escolas.

*O alienista* parece ser uma obra despretensiosa que narra a história de um médico que desejava delimitar os horizontes que separam a loucura da razão. Se engana quem conclui a leitura e permanece na crença de que é apenas mais uma história, mais uma obra de deleite. Acredito que essa obra de Machado não tenha apenas como objetivo contar uma história, mas sim revelar ao leitor as especificidades da realidade brasileira da época bem como discutir um comportamento social<sup>36</sup>, em outras palavras, discutir a crença na ciência, o cientificismo<sup>37</sup>. Para isso, a novela é narrada em terceira pessoa, criando o distanciamento entre o autor e os fatos – uma das estratégias<sup>38</sup> narrativas de M.A. O próprio título da obra já evidencia o ponto de vista adotado: o do alienista.

---

<sup>35</sup> Segundo Lima (1976, p. 27), OA alcançou repercussão quase imediata quando, em inquérito realizado entre setembro de 1893 e janeiro de 1894, concorreu ao posto de melhor conto. Em *Rumo ao fim dos manicômios*, Paulo Amarante (2006, p. 31) diz: “Sempre que algum aluno me pergunta o que deve ler para começar a compreender a questão da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica, indico sem pestanejar ‘O alienista’, de Machado de Assis, conto publicado sob forma de folhetim entre 1881 e 1882”.

<sup>36</sup> “O mais curioso é que a nova sociedade devia ser composta por indivíduos feitos à sua [psiquiatria] imagem e semelhança. Os psiquiatras não se contentavam em querer recriar uma sociedade nova. Eles se impunham, também, como norma para todos os indivíduos de todas as classes e de todas as etnias” (COSTA, 2007, p. 86).

<sup>37</sup> Candido chama a atenção para que o leitor não leia a obra de Machado com “olhos convencionais” (CANDIDO, 2004a, p. 20).

<sup>38</sup> Em *Um arquiteto de personalidades*, Marisa Lajolo (1990, p. 144) observa que “[...] a ironia com que Machado contempla o mundo de seus romances e contos [...] é efficientíssima como postura literária, identificando um contador de casos que sabe tomar distância do que conta e do que sabe, também, manter o leitor à distância. Afinal, é necessário um afastamento do objeto para que se possa ter um ângulo de visão mais abrangente. Nada de envolvimento, nada de parcialismos”. O distanciamento e a imparcialidade referidos por Lajolo serão recorrentes nos contos de *Papéis*

Machado de Assis é, sem dúvidas, um dos escritores mais reconhecidos na Literatura Brasileira. Seu mérito é atribuído a retórica bem empregada e ao estilo. No entanto, para mim, o marco da genialidade de Machado é a sua capacidade de tecer, de maneira sutil, críticas. Sutilmente, mas não de maneira superficial.

Num geral, o foco de crítica de Machado era o de atingir as classes mais altas da sociedade. A maior parte de seus contos trazem personagens de prestígio e que tinham cargos importantes. Fugindo dessas classes mais altas, o único conto que trata da escravidão é *Pai contra mãe*<sup>39</sup>.

Falando d'O *alienista*, novela em análise, percebo que Machado recriou todo o cenário do processo de higienização social<sup>40</sup> discutido no capítulo anterior. O escritor dá vida a um importante médico, quiçá um dos mais importantes e influentes “do Brasil, de Portugal e das Espanhas” (ASSIS, 2005, p. 5), o que já revela ironicamente como se constroem as notoriedades hiperbólicas no Brasil. Simão Bacamarte queria dominar o “continente da mente humana”, em uma equivalência entre mundo exterior e interior, se dedicando, “de corpo e alma”, ao estudo dessa área quase inexplorada.

Nesse sentido, em “Da humana comédia ou No teatro em Itaguaí”, José Maurício Gomes de Almeida diz que “O *alienista* não é uma paródia da ciência psiquiátrica ou dos manicômios, no sentido realista do termo, mas uma alegoria, elaborada com a mais fina e penetrante ironia, sobre a natureza humana e os desconcertos do mundo” (ALMEIDA, 1998, p. 172). Além disso, Almeida salienta a ideia de que a novela é uma sátira à ciência e à psiquiatria da época e que é

---

*avulsos*, que se caracterizam pela cínica observação de aspectos da vida social e pelo uso amadurecido de estratégias narrativas variadas, entre elas a alegoria.

<sup>39</sup> Conto publicado na obra *Relíquias da Casa Velha* (1906). Acredito ser de grande valia ressaltar o primeiro parágrafo do conto: “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras” (ASSIS, 1994d, p. 2, grifos nossos). Não posso deixar de observar os trechos grifados. Apesar de se tratar de um conto sobre a escravidão, podemos associá-los, perfeitamente, à história da loucura, além de dizer que a imposição da ordem a todo custo sempre foi um desejo humano. Como destaquei no capítulo anterior, os métodos de contenção e de domínio dos indivíduos sempre foram cruéis, desumanos, assim como observado no trecho citado.

<sup>40</sup> Conforme Roberto Machado (1978, p. 382), a cadeira de psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi criada em 1881, mesmo ano de publicação de OA em folhetim.

reforçada no decorrer da narrativa. É a ideia de uma “sátira dentro da sátira” (ALMEIDA, 1998, p. 171). A sátira do jogo político e das maquinações do poder.

Já na primeira página da novela percebo uma ironia. Na esperança de trazer “bons” herdeiros ao mundo, o perspicaz Dr. Bacamarte escolhe uma esposa a partir de suas condições fisiológicas: “reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso e excelente vista, estava assim apta para dar-lhe filhos robustos, sãos e inteligentes” (ASSIS, 2005, p. 6). Contudo, o que o médico não esperava era que a ciência falhasse, ou melhor, segundo o médico, ele não esperava que a “resistência” de sua esposa o impedisse de dar continuidade ao nome Bacamarte: “D. Evarista mentiu às esperanças do Dr. Bacamarte, não lhe deu filhos robustos nem mofinos [...] e à sua resistência – explicável, mas inqualificável – devemos a total extinção da dinastia dos Bacamartes” (ASSIS, 2005, p. 6). Ou seja, a raça perfeita, em contraposição às desvalorizadas, falha, colocando em xeque as teses científicas.

Nesse primeiro momento já percebo o que Machado quer mostrar ao leitor. Ele nos mostra que a ciência, a maior área do conhecimento nos séculos XIX e XX, não era tão exata como parecia nem como o alienista a defendia. Machado nos mostra uma crise do cientificismo. A ciência era vista como “deificada”, era tida como exata, “diante da qual se curvavam todos, dos filósofos aos simples letrados [...] a ciência assume o papel diretor de um austero patriarca, de costumes severos e moral” (ALMEIDA, 1998, p. 169). A novela nos revela a outra face da ciência, a face da incerteza, da sua função como arma conformadora das classes menos favorecidas.

Decepcionado por não ter herdeiros e empenhado em estudar e defender o “bom nome” da ciência, Simão Bacamarte passa a dedicar-se aos estudos da mente humana. Tendo conhecimento de que os “loucos furiosos” eram trancados em uma alcova em suas próprias casas e que os mansos viviam em sociedade, o alienista decide intervir. “Pedi licença à Câmara para agasalhar e tratar no edifício que ia construir todos os loucos de Itaguaí e das demais vilas e cidades, mediante um estipêndio, que a Câmara lhe daria quando a família do enfermo o não pudesse fazer” (ASSIS, 2005, p. 8). Sem se esperar o contrário, a ideia<sup>41</sup> do alienista

---

<sup>41</sup> Simão Bacamarte tem um objetivo comum ao alienismo da época: o isolamento, “uma característica básica do regime médico e policial do Hospício Pedro II” (MACHADO, 1978, p. 431). Para o alienista, os dementes só poderiam ser curados pelo isolamento, assim como os pressupostos

encontra grande resistência, pois “a ideia de meter os loucos na mesma casa, vivendo em comum, pareceu em si mesma um sintoma de demência” (ASSIS, 2005, p. 8).

Apesar da relutância, a Câmara concedeu ao alienista a licença para a construção da casa, que no projeto tinha “cinquenta janelas por lado, um pátio no centro e numerosos cubículos para os hóspedes” (ASSIS, 2005, p. 9). A casa foi batizada por alusão à cor verde das janelas, então: Casa Verde. Sua inauguração durou sete dias de pompa e reuniu pessoas de diferentes localidades do Rio de Janeiro. Essa foi a única oportunidade que os parentes dos “dementes” tiveram para conhecer as instalações do asilo e ver que seus entes seriam tratados com “carinho paternal” e “caridade cristã” (ASSIS, 2005, p. 10).

Vemos que, no decorrer da trama, Simão Bacamarte formula diferentes teorias sobre a loucura a fim de classifica-la e de encontrar os limites entre loucura e razão. Nessa tentativa de dominar a loucura, o alienista cria seu próprio povoado, onde somente suas regras e ordens eram válidas. Em quatro meses a Casa Verde estava lotada, implicando na construção de trinta e sete novos cubículos. Em quatro meses, Simão Bacamarte era a figura mais influente de Itaguaí.

Os loucos eram divididos em duas classes principais: furiosos e mansos. As subclasses: monomanias, delírios e alucinações diversas. Todos os dias o alienista fazia uma nova descoberta, sendo todas pautadas no estudo dos internos e dos cidadãos de Itaguaí. Desconfiado pela quantidade de internações, o Padre Lopes “confessa” que não imaginava a existência de tantos loucos, achava, ainda, alguns casos inexplicáveis. Já era nítido que o interesse do alienista era apenas o de experimentos científicos e não o de tratamento.

No que tange a psiquiatria, Joel Birman, psiquiatra brasileiro, salienta que a medicina mental, através de sua trama conceitual, “procurará encontrar a alienação mental em todos os lugares, gestos, palavras e ações” (PORTOCARRERO, 2002, p. 23). Preso no conceito de alienação, Simão Bacamarte faz exatamente isso, busca traços de loucura em toda e qualquer conduta dos cidadãos de Itaguaí, salientando a ideia de que a ciência é uma investigação constante, justificando, assim, as sequestrações:

---

da época de que não havia cura sem isolamento: “o que implica que todo tratamento deve ser asilar” (MACHADO, 1978, p. 432).

*O alienista dizia que só eram admitidos os casos patológicos, mas pouca gente lhe dava crédito. Sucediavam-se as versões populares. Vingança, cobiça de dinheiro, castigo de Deus, monomania do próprio médico, plano secreto do Rio de Janeiro com o fim de destruir em Itaguaí qualquer germe de prosperidade que viesse a brotar, arvorecer, florir, com desdouro e míngua daquela cidade, mil outras explicações, que não explicavam nada, tal era o produto diário da imaginação pública (ASSIS, 2005, p. 33, grifos nossos).*

De acordo com Figueiredo e Santi (2008, p. 68-70), “o método deve ser o de qualquer ciência: observação e experimentação, mas sempre envolvendo comportamentos publicamente observáveis e evitando a auto-observação [...] Com isso os estudos psicológicos deram as costas à experiência imediata”. Se teve algo que o Dr. Bacamarte não fez, pelo menos até o fim da novela, foi a auto-observação. Se ele o fizesse, certamente teria percebido já no início da novela que o único louco, de fato, era ele mesmo.

Quando os moradores de Itaguaí se dão conta de que o alienista é, na verdade, um déspota, o Padre Lopes diz: “nada tenho com a ciência, mas se tantos homens em quem supomos juízos são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?” (ASSIS, 2005, p. 42). Percebo, no início da narrativa, que a figura do Padre Lopes é a mais sensata. Desde o início ele demonstrou insegurança em relação ao projeto do Dr. Bacamarte e já havia advertido que “isso de estudar sempre, sempre, não é bom, vira o juízo” (ASSIS, 2005, p. 8), o que faz dele também um porta-voz de lugares comuns sobre os estudos, e por isso uma voz crítica da sociedade focada no trabalho e não nos estudos.

Na tentativa de tirar o poder absoluto de Simão Bacamarte, Itaguaí se une para protestar contra os métodos do médico. Os cidadãos alegavam que “o despotismo científico do alienista complicava-se do espírito de ganância, visto que os loucos, ou supostos tais, não eram tratados de graça: as famílias, e em falta delas a Câmara, pagavam ao alienista” (ASSIS, 2005, p. 41). Contudo, alegando que seu interesse era apenas na ciência, o alienista “desiste do estipêndio votado pela câmara, bem como nada receberá [receberia] das famílias dos enfermos” (ASSIS, 2005, p. 41).

Como Simão Bacamarte manteria tantos pacientes sem o auxílio da Câmara e das famílias? No início da narrativa o alienista conta a esposa, D. Evarista, que eles haviam ganhado muito, “eram montes de ouro, eram cruzados sobre mil cruzados, dobrões sobre dobrões – era a opulência” (ASSIS, 2005, p. 18). Ele alega, constantemente, que seu único interesse é a ciência, mas, a fala “Quem diria que

meia dúzia de lunáticos...” (ASSIS, 2005, p. 18), logo após mostrar sua fortuna para D. Evarista, revela que seu único interesse não era apenas na ciência, mas no poder.

Tornar-se um estudioso dessa área quase inexplorada era apenas uma de suas ambições. O alienista queria ser influente em Itaguaí, queria poder. Com seu discurso fez vários aliados, ganhou “espaço”, ganhou a posição de autoridade, se mostrou mais influente que a própria igreja (representada pelo Padre Lopes), manipulou. O discurso de que não receberia mais dinheiro das famílias dos internos foi mais uma forma de manipular os moradores de Itaguaí, passando-se por um médico devoto à ciência.

Com o intuito de tirar o poder de Simão Bacamarte, Itaguaí coloca Porfírio frente à Câmara. O que não imaginavam é que ele daria ainda mais poder ao médico: “com razão ou sem ela, a opinião crê que a maior parte dos doidos ali metidos estão em seu perfeito juízo, mas o governo reconhece que a questão é puramente científica, e não cogita em resolver com posturas as questões científicas” (ASSIS, 2005, p. 56-57). É nítido aqui que o “teatro” da Casa Verde nada mais era do que um grande projeto de experimentos sem fundamento teórico de fato, e, tal como na ótica nazista de décadas depois, se vale do ser humano como campo para experiências perversas, como cobaias, sem o menor direito. O único a enxergar que o discurso do barbeiro era um “engodo” e que os cidadãos não deveriam acreditar é João Pina. Itaguaí entra em crise com tantas opiniões divididas. Esse é o grau máximo da influência do alienista.

Com a ideia de que “a ordem é a base do governo...” (ASSIS, 2005, p.59), pelo menos quatro quintos da população estava encarcerada na Casa Verde. Como visto no capítulo anterior, o lema do positivismo era o mesmo, o de “Ordem e Progresso”. Vejo esse traço em *O alienista*. O Dr. Bacamarte recolhe em seu asilo, exatamente como na História, pessoas sem sequer ter critérios médicos para as internações. Há três possibilidades: o alienista queria, de fato, estudar a loucura a partir da observação; queria limpar Itaguaí das classes mais baixas; ou as duas coisas.

Logo após a inauguração da casa de Orates, Simão Bacamarte passou a recolher as classes populares e classifica-las de acordo com o grau de insanidade. Depois dos movimentos sociais e de renunciar o auxílio recebido pela Câmara e pelas famílias, o alienista passa a capturar somente “gente importante”, “estudada”.

Eles passaram a ser divididos por classes como: “galeria dos modestos, isto é, dos loucos em que predominava esta perfeição moral; outra de tolerantes, outra de verídicos, outra de símplices, outra de leais, outra de magnânimos, outra de sagazes, outra de sinceros etc” (ASSIS, 2005, p. 74).

Depois de todo o experimento humano e da classificação das mais diversas ramificações da loucura, o Dr. Simão Bacamarte libera todos os seus pacientes. Seu sentimento é de êxito, mas também de fracasso. Algo não estava certo:

Achou em si os característicos do perfeito equilíbrio mental e moral; pareceu-lhe que possuía a sagacidade, a paciência, a perseverança, a tolerância, a veracidade, o vigor moral, a lealdade, todas as qualidades enfim que podem formar um acabado mentecapto (ASSIS, 2005, p. 81).

É neste momento que o alienista realiza o exercício da autorreflexão. É neste momento, também, que respondo o Padre Lopes. Quem irá afirmar quem é o alienado é o próprio alienista. Não pelo poder que lhe foi conferido, enquanto médico, de diferenciar os loucos dos sãos, mas pelos seus próprios atos. Ninguém dá o diagnóstico<sup>42</sup> a Bacamarte a não ser ele mesmo. Finalmente o médico havia se dado conta de que o único louco em Itaguaí era ele mesmo. Bacamarte falha no seu projeto de classificar a loucura, sua “monomania”, sua sede por encontrar e encarcerar “mentecaptos”, o guiam a única conclusão possível. No desfecho da novela, o alienista afirma que é o único louco e se encerra mais uma e pela última vez na casa de Orates.

\* \* \*

Acredito que o principal na narrativa não se trate de identificar o verdadeiro louco, mas de descobrir, de descortinar os temas que sustentam a narrativa, que compõem seu “pano de fundo”. Sobre isso, Antônio Candido destaca que:

De fato, quando elaboram uma estrutura, o poeta ou o narrador nos propõem um modelo de coerência, gerado pela força da palavra organizada. Se fosse possível abstrair o sentido e pensar nas palavras como tijolos de uma construção, eu diria que esses tijolos representam um modo de organizar a matéria, e que enquanto organização eles exercem papel ordenador sobre nossa mente. Quer percebamos claramente ou não, o caráter de coisa organizada da obra literária torna-se um favor que nos

---

<sup>42</sup> Jurandir Freire Costa (2007, p. 24 e 33) observa que “o poder da psiquiatria delira, pois nada nada permite-nos postular coerentemente a possibilidade de uma real prevenção da doença mental. Uma coisa é imaginar ou constatar que os sujeitos podem comportar-se, sentir, desejar ou descrever a si próprios de uma certa maneira, em dadas circunstâncias históricas; outra coisa é dizer que o sujeito é Isso e, em função Disso, será Aquilo ou Aquilo Outro”.



deixa mais capazes de ordenar a nossa própria mente e sentimentos; e, em consequência, mais capazes de organizar a visão que temos do mundo (CANDIDO, 2004b, p. 177).

Em suma, a realidade dá suporte a ficção, é seu “pano de fundo”. Nesse sentido, buscando suporte a ideia de que a crítica de Machado está nos pormenores, nos implícitos<sup>43</sup> da narrativa, me deparei com o artigo “Sob o disfarce da ciência”, de Ivo Barbieri. Ele destaca que “o discurso ficcional afigura-se a tal perspectiva fortemente ancorado no contexto de fundo histórico cujas marcas é sempre possível identificar nas linhas e entrelinhas do texto” (BARBIERI, 2016, p. 586). Nesse sentido, Machado destaca traços da realidade em sua novela:

A narrativa de Machado reelabora fatos, personagens e situações historicamente determinadas, abrindo perspectivas para a compreensão de sentido alegórico. E, sem banir a veracidade histórica, a paródia do episódio local, redimensionado segundo projeções da Revolução de 1789, reorienta o tema na direção da origem, pois que é durante o processo revolucionário na França que, pela primeira vez, surge o interesse humanitário pelo doente mental (BARBIERI, 2016, p. 585).

Sendo assim, é possível afirmar que, mesmo que seja uma obra de ficção, a narrativa de *O alienista* permite que o leitor leia a obra a partir do ponto de vista histórico e da realidade. Machado nos revela que, por trás da ficção, o que dá corpo a narrativa é a crítica à ciência positivista da época. Para Wilson Martins (2010, p. 46), *O alienista* é uma “parábola irônica a respeito de nossas concepções sobre a saúde mental e a loucura”. É nesse sentido que acredito que a novela *O alienista* ironiza a teoria das raças e do evolucionismo, ambos eventos da História. Assim como os psiquiatras positivistas, Simão Bacamarte tinha o projeto de classificar a loucura e, para isso, utilizou Itaguaí como seu grande laboratório. Comparada a um cadáver, a cidade servia aos estudos e experimentos (ASSIS, 2005, p. 41).

Um dos grandes nomes dentro da psicologia<sup>44</sup> é Burrhus Frederik Skinner (1904-1990). O seu estudo mais conhecido é o experimento com ratos de laboratório. Enquanto lia a novela de Machado, não deixei de pensar nessa alusão, cidadãos sendo condicionados e padronizados assim como os ratos de Skinner. Não

<sup>43</sup> Para Alfredo Bosi, em “A máscara e a fenda”, a perspectiva de Machado é a da “contradição que se despista, o terrorista que se finge diplomata. É preciso olhar para a máscara e para o fundo dos olhos que o corte da máscara permite às vezes entrever. Esse jogo tem um nome bem conhecido: chama-se humor” (BOSI, 1982, p. 457).

<sup>44</sup> Chegando aqui, devo ressaltar que meu intuito não é utilizar a psiquiatria como a base da análise, mas sim o texto literário. Eu levanto a psiquiatria para um maior entendimento das questões abordadas nas obras literárias. Aconteceu que, no caminho da pesquisa me deparei com o medo. O medo do passado, o medo da história, da realidade. O medo de saber que vivemos numa possível Itaguaí moderna.

é à toa que os centros de reclusão eram chamados de “centros de correção”. A ideia era dar ocupação aos institucionalizados para que se tornassem calmos e mão de obra para o trabalho.

Barbieri salienta que os “estudos psiquiátricos prometiam desvendar os enigmas da mente enquanto que os avanços do conhecimento científico e tecnológico reforçavam a crença no mito do progresso” (BARBIERI, 2016, p. 576-577). Inspirado no modelo positivo, Simão Bacamarte busca por resultados palpáveis, “procurando intervir efetivamente nos hábitos domésticos e no comportamento público dos indivíduos” (BARBIERI, 2016, p. 589). Ou seja, o alienista não se satisfaz com a ciência da observação e da classificação.

Foi nesse momento que me dei conta de uma das teses mais discutidas na literatura: realidade *versus* ficção. A obra de Machado é uma obra de ficção, mas que utiliza o contexto social da época como pano de fundo da narrativa, como mencionado nos parágrafos acima. A crítica de Machado é justamente essa, está por detrás da cortina que separa a realidade da ficção.

Por meio de *O alienista*, Machado deixa claro o papel do hospício, da medicina: o poder, uma instituição que detêm o controle absoluto sobre o destino dos indivíduos. Simão Bacamarte asilou uma cidade inteira, sua figura é a mais poderosa, se sobressaindo a própria Câmara e a Igreja. Nem mesmo a voz do povo foi capaz de tirar o poder do médico.

Bacamarte seduziu com seu discurso. O Barbeiro Porfírio, por exemplo, desejou ser senhor de Itaguaí. Seduzindo Porfírio, o alienista ganha um aliado, mas também mais um “rato” para seus experimentos e descobertas. Vendo o comportamento do Barbeiro e o identificando como um sinal de monomania, a providência não foi outra senão a de reclusão.

O mesmo se passou na História. A ciência seduzia a população com o discurso de que era necessário limpar os grandes centros, uma vez que seria benéfico a todos. Os que atentavam a ordem eram recolhidos porque, segundo os médicos, esses representavam um risco para si mesmo e necessitavam de acompanhamento médico. Reclusos, a chance de procriação desses indivíduos diminuiria, possibilitando, assim, o melhoramento do patrimônio genético.

Até as páginas finais da novela as palavras “cura” e “tratamento” não são mencionadas, apenas a palavra “estudo”. O interesse era o de delimitar as bordas

do “continente” da loucura, separá-la da razão. O alienista queria alargar as bases da psiquiatria e, para isso, queria apartar os dementes da “gente de juízo”:

De um extremo a outro, dos alucinados ao sábio, o critério permanece o mesmo, metodicamente o mesmo: é preciso apartar do convívio público todo aquele que se diferencia, de algum modo, da norma instituída, da aparência dominante. Essa é a única ciência, niveladora e eficaz, à qual se dobram o rei, o vice-rei, a Câmara e todos os homens da cidade. Mas nem a Câmara, nem o vice-rei, nem o rei podem impedir que a lógica violenta da regra se volte contra seu cumpridor e se puna e se negue até a própria extinção. Bacamarte, bacamarte (BOSI, 1982, p. 444).

O principal objetivo da Casa Verde seria “estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhes os casos, descobrir enfim a causa do fenômeno e o remédio universal”<sup>45</sup> (ASSIS, 2005, p. 11). Curioso é pensar que, se se identificava vários casos, graus e sintomas diferentes, porque acreditar que a causa seria apenas uma? Porque acreditar em um “remédio universal”?

Se pararmos para pensar, se continuarmos sendo silenciados pelas instituições de poder, não estaremos todos caminhando em direção a Casa Verde?

\* \* \*

Retomando as informações sobre *O espetáculo das raças*, obra destacada na abertura deste capítulo, Lilia destaca que era nos locais de pesquisa que os “homens da ciência encontravam espaços privilegiados para a produção de ideias e teorias, e para seu reconhecimento social” (SCHWARCZ, 1993, p. 85-86). Foi exatamente o que fez Simão Bacamarte dentro da literatura. Se penso na literatura como um mundo possível, não descarto a hipótese de que, no mundo real, tenha ocorrido o mesmo.

*O alienista* foi publicado em folhetim pela primeira vez em 1881, porém, o projeto eugenista de separar a população enferma da sã se intensificou em 1930. Dessa forma, acredito que Machado seja um autor a frente de seu tempo. Ele não só observou uma conduta, mas a registrou de maneira crítica. A descoberta de uma ciência brasileira original não era apenas um desejo do médico fictício criado por Machado, mas também dos psiquiatras da época. Dessa forma, Machado antecipa o comportamento da segregação coletiva<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> A ideia de panaceia também está presente em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, como veremos adiante.

<sup>46</sup> Para Schwarcz (1993, p. 307-308), era por meio da raça que “se explicavam sucessos políticos, fracassos econômicos ou hierarquias sociais assentadas. Estranho movimento que por meio da

Com o mesmo discurso dos psiquiatras de que a “purificação” da raça melhoraria o patrimônio genético da nação, Bacamarte diz crer que “com isto presto um bom serviço à humanidade” (ASSIS, 2005, p. 11). O único resultado desse ideal de melhoramento e purificação foi o de exclusão e discriminação e não o de um “bom serviço à humanidade”. Machado nos mostra, dessa forma, a falsa modéstia da medicina que, a partir da captura de pessoas, defendia a ideia de que estava proporcionando um bem maior ao futuro da nação.

Na novela vemos os reflexos das internações, não conhecemos o interior da Casa Verde, não sabemos o que os internos faziam, que tipo de métodos o alienista utilizava e sequer o que estudava. Isso, na verdade, não importa. É exatamente o não dito, o implícito e a incerteza que conferem a essa obra seu teor crítico. Não revelar ao leitor o que se passava no interior do asilo já é em si uma crítica. Como na história, ninguém sabia ou tinha certeza do que se passava nos hospícios. Era tudo, literalmente, escondido. A população internada vivia uma invisibilidade estratégica, a mesma que permitia a alemães dizerem que ignoraram o que acontecia nos campos de concentração.

Machado revela que o traço da prática médica e psiquiátrica da época está bem delineado: o estudo científico da loucura independente de sua cura e tratamento. Bacamarte buscava delimitar os horizontes entre loucura e razão, o que evidencia a visão que se tinha da loucura, a da (des)razão. Sobre isso, Foucault adverte que é um erro pensar que a loucura implica na impossibilidade do pensamento (FOUCAULT, 2017, p. 46). Talvez esse seja o exato ponto do problema. Pensar num indivíduo cru, apenas de carne e osso, sem sentir, agir ou raciocinar, como que animalizado ou guiado por forças espirituais. O mal conhecimento da natureza da loucura, como aponta Foucault (2017, p. 112), era a raiz do problema.

---

ciência justificava os projetos mais violentos e autoritários, como a pressagiar os movimentos nazistas que viriam a acontecer em um futuro breve na Europa”. Paulo Amarante (2006, p. 31-32) observa que “Machado foi, sem sombra de dúvida, o pioneiro na crítica ao saber e às instituições psiquiátricas no Brasil (e talvez no mundo – ‘Enfermaria no 6’, de Anton Tchekhov, é de 1892). Nesse conto clássico, Machado antecipou todas as críticas ao paradigma psiquiátrico que anos depois seriam aprofundadas por autores como Michel Foucault, Franco Basaglia, Erving Goffman, Ronald Laing, David Cooper, entre outros [...] Com Machado de Assis podemos questionar: por que um saber tão frágil e inconsistente acumula tanto poder? Essa foi a pergunta de Foucault, muito tempo depois de Simão Bacamarte já havê-la respondido [...] Machado questiona a ideia de ciência como produtora de verdade e sua pretensão de se apresentar como um saber neutro e desinteressado; denuncia a função da psiquiatria na construção do ideal de normalidade e de sociedade, bem como a relação entre a psiquiatria e ordem pública”.

No que toca o “espiritual”, já nas primeiras páginas da novela, quando Simão Bacamarte inaugura a Casa Verde, ele manda gravar no frontispício do asilo uma frase do Corão: “achou no Corão que Maomé declara vulneráveis os doidos, pela consideração de que Alá lhes tira o juízo<sup>47</sup> para que não pequem” (ASSIS, 2005, p. 9). Para agradar o vigário e o bispo, o alienista atribui o pensamento a Benedito VIII. Eis o primeiro engodo do alienista, o que lhe tira toda credibilidade que se buscava dar à ciência naquele Brasil deslumbrado com as teorias importadas.

Ainda sobre o espiritual, Bacamarte vê a ciência como um chamado antes que uma profissão, é quase, ou senão isso, uma devoção, uma vocação. Nesse sentido, Lilia Moritz Schwarcz destaca que Machado “serviu-se” de Bacamarte e resumiu “uma tendência da época que via na ciência não apenas uma profissão, mas uma espécie de sacerdócio” (SCHWARCZ, 1993, p. 38-39).

Itaguaí é todo um universo, um universo de ironia. Temos um alienista que é louco, uma instituição para tratamento que mais se parece com uma prisão, os vereadores que, a princípio criticam as ações do alienista, mas que, posteriormente, se mostram corruptos, a sociedade recolhida e contida, um padre que é contra as medidas do médico – falo do Padre porque, até o século XVIII, a igreja era uma forte aliada da ordem e a loucura estava atrelada ao espírito.

Um universo de contradições, de pormenores. Uma ciência que não era científica como o cientificismo pregava, um alienista que vivia em nome da ciência e que acabou se autodiagnosticando como louco. Em suma, não houve cura, pois não havia loucos, com exceção de Simão Bacamarte. Os estudos foram em vão. Obviamente a população de Itaguaí, tida como leiga, já havia diagnosticado o médico, mas a voz do povo seria a voz de Deus, como no dito popular? Obviamente que não. A Câmara não deu a mínima importância para as alegações do público.

Bacamarte fracassa completamente em seu propósito de dominar o continente da mente humana bem como o de estabelecer os limites entre a loucura e a razão. Ao afirmar a ciência como absoluta, como a portadora de todas as respostas, acaba por negar essa constatação.

Em “O paradoxo do alienista”, Abel Barros Baptista (2016, p. 555) destaca:

A ação de alienista. Essa é verdadeiramente a sua loucura, portanto uma loucura de tipo novo, que precisou de toda a experiência da Casa Verde

---

<sup>47</sup> Referente a concepção que se tinha no século XVIII de que a loucura estaria atrelada ao espírito e, assim, a fé.

para se revelar. Simão Bacamarte não chegaria a conhecer a própria loucura se, no começo, não se supusesse abrigado no exterior da loucura. Nesse sentido, o que faz de Simão Bacamarte o único louco de Itaguaí é o fato de ele ser o único cientista de Itaguaí.

Dessa maneira, *O alienista* rompe com a visão de que o detentor do conhecimento, isto é, o médico, é imune às doenças, sobretudo as sociais. O alienista dá corpo a um enlouquecimento em decorrência desta busca da ciência como panaceia para a melhoria racial. Ele rompe, também, com a ideia de que o saber psiquiátrico é reconhecido como um conhecimento médico e científico das causas da loucura e dos melhores meios para saná-la. Os alienistas eram tidos como figura de poder justamente por serem médicos, por serem os “donos” da cura. A ciência via a população como presas, como caça, como sendo os únicos indivíduos propensos a se tornarem degenerados, loucos, etc.

Vemos que o manicômio, em *OA*, é, na verdade, uma metonímia. A Casa Verde é a própria cidade, é o país. A loucura aparece em *O alienista* como ironia, mas é também um reconhecimento da diversidade de ser Brasil, da diversidade dos seres humanos, pois a racionalidade criou um monstro, o monstro da ciência positivista. É a falência do projeto de pureza racial tão debatido no século XIX. A loucura é, assim como na História, usada como arma de controle social. Forma de controle essa que já anuncia os campos nazistas de concentração, em que a sociedade finge não saber o que acontece no seu interior, assim como na Casa Verde, sendo conivente com as internações sem critérios médicos.

Assim como o gramático Lobo, em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*<sup>48</sup> que enlouquece no final da narrativa porque não consegue fazer com que o povo fale certo e escreva classicamente, Simão Bacamarte também enlouquece porque não consegue curar um indivíduo sequer. Contudo, se pararmos para pensar, veremos que não havia loucura em Itaguaí até a chegada de Bacamarte. Ou seja, em decorrência de sua ânsia por dominar uma área da ciência que até então não havia sido dominada, o alienista leva a loucura à Itaguaí e, por fim, acaba por sentir na pele o próprio veneno.

A loucura seduzia Machado. Não é à toa a criação de Rubião<sup>49</sup>, de Quincas Borba, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e de Simão Bacamarte. Segundo

<sup>48</sup> Obra de Lima Barreto, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1909.

<sup>49</sup> Personagem principal de *Quincas Borba* (romance publicado pela primeira vez em folhetim na revista *A Estação*, entre 1886 e 1891; em 1892 foi publicado em livro pela Livraria Garnier), que se torna discípulo e herdeiro do filósofo Quincas Borba. Rubião vive o fundamento do Humanitismo,

Peregrino Junior (1976, p. 112), poucas serão as obras de M.A. “em que não se nos depare um delirante ou um anormal, desses que inventam mundos imaginários, para seu refúgio, para seu prazer ou para seu tormento...”.

A ideia de cura<sup>50</sup> da alma também se faz presente Brás Cubas. O defunto-autor almejava criar o “Emplastro Brás Cubas” como forma de autoglorificação e panaceia universal que curaria a melancolia, a doença da alma da humanidade. Da mesma forma, Simão Bacamarte buscava reconhecimento e glória, tema recorrente em M.A. É nesse sentido que Bosi denominou essas narrativas de contos-teoria, sendo eles: *O alienista*, *Teoria do Medalhão*, *O segredo do Bonzo*, *A sereníssima República*, *O espelho*, *Conto Alexandrino*, *A igreja do Diabo*.

### 2.3 SILVIO ROMERO: UMA CRÍTICA INFUNDADA

No início do tópico anterior eu disse que o mérito de Machado de Assis, em minha opinião, era atribuído à retórica bem empregada e ao estilo, além, é claro, de sua capacidade de tecer, de maneira sutil, críticas. Contudo, devo agregar algo mais.

Na banca de arguição para a seleção do mestrado, a professora Dr.<sup>a</sup> Silvana Oliveira me perguntou o porquê estudar um autor como Machado de Assis. Confesso que não me recordo da minha resposta. No entanto, se ela me fizesse a mesma pergunta nesse momento de escrita, eu diria que, o que conhecemos hoje por literatura brasileira, devemos a Machado. Por isso estuda-lo.

---

filosofia fictícia de Quincas Borba que se baseava na sobrevivência dos mais aptos como forma de seleção da espécie (assim como a teoria da seleção natural lançada Charles Darwin entre 1842 e 1844): “Não há morte. O encontro de duas expansões, ou a expansão de duas formas, pode determinar a supressão de uma delas; mas, rigorosamente, não há morte, há vida, porque a supressão de uma é princípio universal e comum. Daí o caráter conservador e benéfico da guerra. Supõe tu um campo de batatas de duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais feitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas. – Mas a opinião do exterminado? / – Não há exterminado. Desaparece o fenômeno; a substância é a mesma. Nunca viste ferver água? Hás de lembrar-te que as bolhas fazem-se e desfazem-se de contínuo, e tudo fica na mesma água. Os indivíduos são essas bolhas transitórias” (ASSIS, 1994e, p. 6).

<sup>50</sup> A filosofia do Humanitismo aparece em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, mas é desenvolvida em *Quincas Borba*.

Eu não encaro M.A. apenas como o célebre escritor que fundou a Academia Brasileira de Letras, mas também como o intelectual que participou da vida literária de seu tempo, que se preocupou com a independência literária do país. Ao ler seus textos de crítica percebo que, além da busca pela emancipação literária em relação aos modelos europeus, Machado se preocupou com o ideal de uma identidade própria para a literatura nascente no Brasil. Nesse sentido, trago para esse momento o ensaio *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de Nacionalidade*, que se tornou célebre por trazer, justamente, discussões relacionadas à configuração de uma literatura nacional.

A fim de “atestar o fato atual”, Machado critica o nacionalismo de alguns dos escritores brasileiros, bem como a abundância de referências à natureza e ao indianismo, que era visto por ele como um tema relevante e, ao mesmo tempo, empobrecedor para a literatura nascente. M.A. questiona a preferência pelo indianismo, afirmando que “não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, apenas um legado, tão brasileiro como universal” (ASSIS, 1994c, p. 2). Para ele, “a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária” (ASSIS, 1994c, p. 2).

Época em que ainda reinava o Romantismo, em 1873 Machado já percebia “defeitos” na literatura brasileira. Ele já notava a “busca da realidade, afirmando que, em nossas obras de ficção, a substância, não menos que os acessórios, reproduz geralmente a vida brasileira em seus diferentes aspectos e situações” (PEREIRA, 1973, p. 21). Machado ousou nesse movimento de percepção de defeitos na literatura, pois, ao fazê-lo, contestou uma série de obras do período que acentuavam a “cor local” e a evocação excessiva da natureza e de hábitos típicos do país.

Nesse sentido, Machado se aproxima das teses veiculadas ao Romantismo a fim de questioná-las e relativizá-las, propondo uma integração do interno e do externo, o que faz com que sua reflexão represente um avanço, na época, na concepção crítica da literatura brasileira.

Com o lamento da falta de romances de análise e proclamando a necessidade da observação, a exigência do autor por um “sentimento íntimo”, que transformasse o escritor “em homem de seu tempo e de seu país” remete à busca por uma independência literária – o que não significava, necessariamente, a negação das referências vindas de fora do país.



Para Machado, a preferência pela “cor local” deveria ser mesclada a toques de imaginação, a fim de que a literatura não se transformasse em uma mera exaltação das paisagens da terra brasileira:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. [...] Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais. Aprecia-se a cor local, mas é preciso que a imaginação lhe dê os seus toques, e que estes sejam naturais, não de acarreto (ASSIS, 1994c, p. 3-6).

Para M.A., o que faria de uma obra “nacional” seria a habilidade de seu autor de retratar as tensões da época. Isso faria de um escritor um verdadeiro “homem do seu tempo e do seu país”. Dessa forma, *Notícia da literatura brasileira. Instinto de Nacionalidade* é uma defesa da ideia de que o bom escritor é, sobretudo, o escritor de talento, e não o escritor que faz do nacionalismo uma bandeira, ou aquele que se limita a cantar as coisas típicas ou exclusivas de sua terra.

Em linhas gerais, Machado de Assis demonstra estar em sintonia com a intelectualidade brasileira de sua época, que começava a questionar o modelo cultural francês como única referência para a criação literária.

Passados seis anos da publicação de *Instinto de nacionalidade*, em outubro de 1879 Machado começou a colaborar na *Revista Brasileira*, onde publicou a crítica *A nova Geração*, “estudo que lhe valeu a animosidade de Sílvio Romero” (PEREIRA, 2019, p. 175). Na mesma linha crítica do ensaio de 1873, em *A nova Geração*, Machado teceu uma série de críticas a respeito da “mocidade de um tempo de renovação científica e literária” (ASSIS, 1994a, p. 21) e de suas obras. Dentre os treze poetas contemporâneos de Machado, Sílvio Romero está listado, sendo alvo de restrições sua obra de poesia *Cantos do fim do século* (1878).

Nas primeiras páginas da crítica, Machado diz que “nem tudo é [era] ouro nessa produção recente; e o mesmo ouro nem sempre se revela de bom quilate” (ASSIS, 1994a, p. 1), pois não faltava quem conjugasse “o ideal poético e o ideal político, e faça [fizesse] de ambos um só intuito [...]” (ASSIS, 1994a, p. 2).

M.A. estaria alertando aos jovens poetas que não “abusassem das modernas teorias científicas” (ASSIS, 1994a, p. 5), pois a ideia de uma poesia que tivesse como referência o entendimento científico absoluto demonstraria fraqueza literária,

uma vez que o estilo seria inexistente a partir da perspectiva científica. Considerando isso, Machado inicia a crítica a *Cantos do fim do século* com a observação de que o estilo seria uma “grande lacuna nos escritos do Sr. Silvio Romero”. Para ele:

Os Cantos do fim do século [...] não dão a conhecer um poeta; e para tudo dizer numa só palavra, o Sr. Romero não possui a forma poética. [...] Falo de uma forma poética, em seu genuíno sentido. Um homem pode ter as mais elevadas ideias, as comoções mais fortes, e realçá-las todas por uma imaginação viva; dará com isso uma excelente página de prosa, se souber escrevê-la; um trecho de grande ou maviosa poesia, se for poeta. O que é indispensável é que possua a forma em que se exprimir. Que o Sr. Romero tenha algumas ideias de poeta não lho negará a crítica; mas logo que a expressão não traduz as ideias, tanto importa não as ter absolutamente (ASSIS, 1994a, p. 15, grifos nossos).

Como defensor da ciência positivista e, sobretudo, da Faculdade de Recife e de todas as teses pregadas por ela, Silvio Romero seria, aos olhos de Machado, um autor de uma obra fraca e sem estilo, movida apenas por teses.

Como visto, em 1873 Machado já havia advertido que “um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais [...]” (ASSIS, 1994c, p. 6). Para ele, era necessário que o poeta reunisse as habilidades de dominar o vocabulário e o toque da imaginação. Sendo assim, M.A. diz que “no livro do Sr. Romero achamos essa luta entre pensamento que busca romper do cérebro, e a forma que não lhe acode ou só lhe acode reversa e obscura: *o que dá a impressão de um estrangeiro que apenas balbucia a língua nacional*” (ASSIS, 1994a, p. 15, grifo nosso). Obviamente, a crítica não é infundada<sup>51</sup>. No prólogo de *Cantos do fim do século*, Romero já havia anunciado que:

A sciencia é toda grave; seu methodo deve ser o jôgo de princípios incontestáveis; a prosa é sua natural expressão, prosa severa como as correções que sabem ter as ideias claramente definidas n'uma cabeça de sábio [...]. O poeta deve ter as grandes ideias que a sciencia de hoje certifica em suas eminências; não para ensinar geographia ou linguistica, prehistoria ou mathematica; mas para elevar o bello com os lampêjos da verdade, para ter a certesa dos problemas, alem das miragens da illusão (ROMERO, 1878, XXII, grifo nosso).

A ciência como absoluta, princípio da corrente filosófica do positivismo, seria a origem para as grandes ideias de Silvio Romero, sendo ela fundamental para a

---

<sup>51</sup> Antonio Candido observa que *Cantos do fim do século* eram “versos péssimos e ingênuos com um interessante prefácio, onde expõe a sua concepção de poesia” (CANDIDO, 1999, p. 26) e que, Machado de Assis era uma “verdadeira catástrofe do ponto de vista crítico” (CANDIDO, 1999, p. 30).

poesia e para o romance. Afirmação que M.A. questionou em *A nova geração*. A verdadeira ciência não seria “a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; e que *o modo eficaz de mostrar que se possui um processo científico, não é proclamá-lo a todos os instantes, mas aplicá-lo oportunamente*” (ASSIS, 1994a, p. 21, grifo nosso). A ciência era válida, mas desde que aplicada moderadamente, sem perder a naturalidade e a imaginação.

Em 1973, Machado já havia observado a falta de um crítico que olhasse a literatura com uma visão ampla, para que ela se tornasse “forte e viçosa” a fim de que se desenvolvesse e saísse da “adolescência literária”, para que assim caminhasse para frente. *Instinto de nacionalidade* contribuiu para moldar a Literatura Brasileira que conhecemos hoje. Machado já havia mostrado que “num país novo e inculto era possível fazer literatura de grande significado<sup>52</sup>, válida para qualquer lugar, deixando de lado a tentação do exotismo (quase irresistível no seu tempo)” (CANDIDO, 1987a, p. 207).

Machado conclui *A nova geração* dizendo que as palavras de um crítico que também foi poeta, “repete-as agora alguém que, na crítica e na poesia, *despendeu alguns anos de trabalho*, não fecundo nem grande mas *assíduo e sincero*; alguém que para os recém-chegados há de ter sempre a *advertência amiga e o aplauso oportuno*” (ASSIS, 1994a, p. 21-22, grifos nossos). A “advertência amiga” teria sido bem recebida por Silvio Romero?

Não!

“De pena em punho preferia atacar, desfazer em tudo o que o contrariasse [...]” (CANDIDO, 1999, p. 23). Dessa forma, como resposta enfurecida à crítica de Machado, Silvio Romero escreve em 1897 *Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira*. Com esse estudo, Romero se torna o crítico mais obstinado de M.A. O bacharel escreve essa obra para provar que M.A. não era um grande escritor. Para defender sua tese<sup>53</sup>, afirma ter obrigação com a verdade: “peço desculpas pela franqueza, mas tenho a obrigação de ser sincero e não abrir luta com a verdade” (ROMERO, 1897, p. 42), sendo a verdade o sinônimo de ciência. Na

---

<sup>52</sup> Machado nos mostra que o louco desconstrói a crença na medicina, nos mostra a teoria da destruição dos fracos bem como que o processo da loucura, do enlouquecimento que leva à paranoia. Machado foi um negro genial que desfez as teses científicas de branqueamento da raça como caminho para o progresso. “Contra fatos não há argumentos”.

<sup>53</sup> O medo da africanização brasileira preocupava Sílvio Romero. Numa tentativa de sustentar a tese do branqueamento da nação, Romero escreveu e publicou vários artigos na Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife a respeito do cruzamento entre raças.

obra, Sílvio Romero aproxima Machado de Assis a autores contemporâneos da época, sobretudo Tobias Barreto<sup>54</sup>.

Romero recebe a crítica de Machado como uma afronta, pois aquele acreditava que a crítica deveria estar pautada na ideia de que as obras literárias revelariam a psicologia de um século, de uma nação ou de uma raça. Se Machado recusou as teorias evolutivas aplicadas “cientificamente” à sociedade, “Sílvio Romero jamais o perdoaria pelas críticas perfiladas no ensaio sobre a ‘nova geração’, de 1879, e, movimento contínuo, nos grandes escritos machadianos que se seguiram” (PEREIRA, 2011, p. 153). “Collocamol-o em seu lugar” (ROMERO, 1897, XV), diz ele nas últimas palavras do prefácio.

Como homem da ciência, Romero almejava desqualificar M.A. enquanto escritor em razão de sua condição periférica. Ele nega a genialidade de M.A. por questões de preconceito de raça, base do cientificismo do século XIX, que embasa o nazismo e o fascismo no século XX. Para ele, a obra de Machado é uma obra de mestiço:

O autor de Quincas Borba, além de um mero ‘homem de letras’, não seria suficientemente brasileiro, antes, um homem acima da média, mas o representante de sub-raça cruzada, estéril e com problemas na fala, que se transferiam para sua escrita e atropelaram seu estilo (ROMERO, 1897, p. 32).

Com isso, para dar força a seu argumento, Romero observa que Machado foi uma inteligência de tardio desenvolvimento<sup>55</sup>, não produzindo nada de bom até os trinta anos de idade: “só depois dos trinta e cinco annos em diante é que se viu de posse de todas as suas faculdades em mó vigor; sua instrucção, ainda hoje bem limitada, foi de principio demasiado parca” (ROMERO, 1897, p. 38). Para Sílvio Romero, esse fato se justificava porque Machado de Assis não era “portador de pergaminho” (ROMERO, 1897, p. 12).

Dessa forma, o bacharel destaca três fases da carreira literária de Machado: 1ª - “época dos primeiros tentamens nos domínios do romantismo até aos trinta annos” (1869); 2ª - “período de transição até aos quarenta” (1879); 3ª - “phase do pleno desenvolvimento reaccionario dessa última data em diante, a obra poética do

<sup>54</sup> Tobias Barreto foi professor da Faculdade de Direito do Recife. Considerado o precursor do debate da Sociologia no Brasil.

<sup>55</sup> De acordo com Lúcia Miguel Pereira, “a sua difícil situação de homem sem raça nem classe definidas, a insegurança do escritor ainda incerto de seus meios de expressão, a timidez no temperamento, tudo há de ter contribuído para lhe atrasar a eclosão da personalidade” (PEREIRA, 1973, p. 64).

famoso autor de Helena é quasi toda do primeiro cyclo, do tempo de sua puerícia literária e é por isso pouco vasta e pouquíssimo profunda” (ROMERO, 1897, p. 38).

Sobre isso, Lucia Miguel Pereira destaca que:

Por essa época já havia Machado de Assis publicado quase todos os seus livros de contos. Com *Relíquias da casa velha*, que sairá em 1906, estará completa a coleção. E apresenta, descontados os dois primeiros volumes, a parte mais perfeita da sua obra. Machado custou muito a afirmar-se como contista; entre 1860 e 1870, quando já é destro nas crônicas, no conto ainda é fraco e indeciso. Mas, depois de *Papéis avulsos* revelou-se um mestre do gênero. Mestre é bem o termo, porque não teve exemplos na sua língua, e nem talvez nas estrangeiras, e até agora ainda não encontrou quem o suplante (PEREIRA, 2019 p. 215).

*Machado de Assis* tem 351 páginas e, por mais que trate da obra de estudo sobre M.A., Romero a dedica “à grande memória de Tobias Barreto. Nosso maior amigo morto da escola de Recife” e utiliza várias páginas para exaltar, na verdade, a Faculdade de Recife. Ao acreditar que havia uma “conspiração do silêncio da crítica fluminense” (ROMERO, 1897, p. 42), Romero defende a unhas e dentes Tobias Barreto, pois a crítica não havia dado o devido reconhecimento ao escritor bem como à Faculdade de Recife. Dessa forma, a fim de escancarar que era discípulo fiel de Barreto, pois esse, supostamente, seria superior em tudo, inclusive, no quesito “ser digno de ter seguidores”, Romero acusa Machado de não ter tido discípulos. No entanto, Romero não se atentou ao fato de que “não necessitava de discípulos quem por si só representava um movimento literário” (PEREIRA, 1973, p. 57).

Como um mestiço poderia se sobressair aos moços, sobretudo aos da Escola de Recife? O ressentimento e o inconformismo perpassam a obra de Romero, sendo ela “uma nota envenenada, de ressentimento e despeito”. Esse tom “[...] perpassa todo o ‘estudo’ de Romero a respeito de Machado, de forma direta, e, indiretamente, da sociedade letrada, supostamente míope, que o consagrou” (PEREIRA, 2011, p. 156).

Machado de Assis não possuía um diploma e mesmo assim era o mais célebre escritor da época, diferentemente de Tobias Barreto que possuía diploma pela Faculdade de Recife e “continuava obscuro e desprezado” (ROMERO, 1897, p. 43). “Machado de Assis não é superior a Tobias Barreto, é-lhe quase sempre inferior” (ROMERO, 1897, p. 95). Nesse sentido, Romero chega a questionar se seriam sinceros os elogios a Machado, se não haveriam “neles uma parte qualquer, por pequena que seja, filho do capricho e da moda?” (ROMERO, 1897, p. 4), e dá seu veredito a respeito da obra e da personalidade de Machado: pessimista, um

escritor epilético e mestiço, cujo “sistema nervoso” seria falho, deixando transmitir na escrita seu problema de fala<sup>56</sup>.

Para Miskolci (2006, p. 369), Machado de Assis:

A despeito de sua origem humilde e sua condição de mestiço, conseguiu ascender socialmente na nada flexível estrutura de classes do Brasil Imperial. Ascendeu por mérito intelectual, mas isso não significa que foi plenamente aceito no topo da sociedade. Pesou-lhe, durante toda a vida, sua cor da pele, marca de sua origem nas classes baixas e certeza de que sua posição vivia sob ameaça de desqualificação. No quadro social e político brasileiro marcado pela decadência do Império e pela ascensão das novas ideias, a posição de Machado era especial: ele era, em certo sentido, parte dos estabelecidos devido à sua condição de escritor respeitado, mas, ao mesmo tempo, um *outsider* devido à sua origem social e racial.

Machado chega às classes dominantes, mas é visto como um negro sem diploma. Rebatendo a crítica de Machado, de que ele seria um estrangeiro que “apenas balbucia a língua nacional”, Romero diz que M.A. “é um genuíno representante da sub-raça brasileira cruzada” (ROMERO, 1897, p. 18), sendo sua obra incapaz de ocupar um lugar central na civilização brasileira e, para isso, era preciso desqualificar a sua biografia como forma de negar a sua produção. Romero acusa Machado de não ser brasileiro<sup>57</sup> e de ser incapaz de propor uma literatura independente e original, uma vez que ele se inspirava, explicitamente, nos ingleses, portugueses e franceses<sup>58</sup>. O acusa, porque, em 1973, M.A. havia observado que “o geral desejo” da época era o de “criar uma literatura mais independente” (ASSIS, 1994c, p. 2).

É explícito que, no estudo sobre Machado de Assis, Romero não pretendia discutir as concepções de literatura nem seu desenvolvimento rumo à independência. A crítica de Romero estava fundada, na verdade, em questões extraliterárias. O estudo era um acerto de contas em busca de justiça por conta de A

---

<sup>56</sup> Lúcia Miguel Pereira (2011, p. 153) observa: “Machado de Assis, como se sabe, era fruto, entre ‘cinquenta milhões’ da miscigenação, descendendo de escravos. Não se encaixava, genética ou fisicamente, o maior escritor nacional entre ‘a [suposta] raça mais progressiva e inteligente da terra’. Não se encaixavam os genes supostamente ‘patológicos’ do escritor, que sofria de epilepsia e problemas de fala, na cartilha eugenista da perfeição evolutiva”.

<sup>57</sup> Lúcia Miguel Pereira diz a respeito: “tem-se acusado Machado de Assis de ser pouco brasileiro. Acusação gratuita e superficial, já que a sua obra, quer pela língua, quer pelo ambiente, quer pela índole das personagens, reflete – sem copiar servilmente – o meio social do Império e dos primeiros anos da República” (PEREIRA, 1973, p. 59-60).

<sup>58</sup> Grandes e decisivas foram as influências que recebeu, e que nunca pensou ocultar, citando com frequência os autores prediletos. “Shakespeare, Swift, Sterne, Thackeray, Dickens entre os ingleses, Montaigne, Pascal e Xavier de Maistre e Victor Hugo entre os franceses. Garrett entre os portugueses parecem ter sido os que mais o impressionaram, e de quem mais se valeu, já na sua forma de expressão. [...] O fato de se haver servido de exemplos alheios em nada o diminui” (PEREIRA, 1973, p. 61).

*nova geração*. Inclusive, no prefácio de *Machado de Assis*, Silvio Romero utiliza o mesmo argumento de M.A.: “O presente estudo deveria ser o primeiro de uma longa serie destinada aos *novos*” (ROMERO, 1897, IX).

Pela má recepção de Romero às críticas, é possível afirmar que, claramente, o “ideal” de literatura, sobretudo a nacional, era distinto para os dois autores. Enquanto Machado acreditava que a ciência deveria ser aplicada oportunamente, pois caso contrário empobreceria a obra literária, um dos principais objetivos de Romero era o de fixar critérios científicos para a elaboração de uma crítica literária objetiva<sup>59</sup>. “A partir daí, mapear e demarcar as fontes e os indícios culturais que permitisse a percepção e delimitação da nação brasileira” (BARBOSA, 2010, p. 246). Com a obra de Romero vemos que termos como raça, meio e evolução eram, além de fundamentais como marcos de estudo e análise da obra literária, referências para se pensar no Brasil.

Silvio Romero defendia que a índole e o temperamento de M.A. designaram o rumo de sua obra. É nesse sentido que ele quis retratar e resumir as obras de Machado de Assis, até então publicadas, como portadoras de um único significado, como se fossem “mais do mesmo” e não fossem possíveis de um entendimento que não fosse único:

Machado de Assis, como já ficou accidentalmente dito, não tem grande phantasia representativa, ou antes não possui quasi essa faculdade. Esses seus livros de prosa, como nos de versos, falta completamente a paisagem, falham as descrições, as scenas da natureza, tão abundantes em Alencar, e as da história e da vida humana, tão notáveis em Herculano e no próprio Eça de Queiroz (ROMERO, 1897, p. 82).

Com esse trecho é possível observar, novamente, que as concepções de literatura nacional se diferem entre M.A. e Romero. Devo dizer que discordo de Silvio Romero e da antiga concepção de contemplar as descrições do espaço para se conhecer uma época, um espaço no tempo. Acredito que a perspicácia de Machado esteja aí mesmo, nas entrelinhas, na crítica intelectual. São nos espaços de crítica que Machado nos revela seu tempo. Acredito que seu projeto literário não

---

<sup>59</sup> Sobre isso, Barbosa (2010, p. 251) observa que “as primeiras explicações e apreciações sobre o fenômeno literário no Brasil no século XIX, assentadas em presumidos critérios científicos, deu-se com essa geração de 1870. Extremamente influenciados pelo positivismo e darwinismo social (este de uma maneira geral representando a tradução das leis da evolução das espécies, como aplicáveis à evolução das sociedades) buscavam uma literatura nacional, com obras e autores originais, entendendo que estas obras permitiriam a afirmação da autonomia e da soberania da recém fundada nação brasileira. Era à busca da identidade nacional e quiçá cultural da sociedade brasileira a partir de um sinal externo, de um sintoma manifesto: as obras literárias”.

seja o de fazer uma pintura do tempo, mas o de questionar as condutas, as classes mais poderosas, para que assim o leitor possa fitar o contexto histórico em que o autor escreveu. Acredito, também, que Machado é um autor coerente, pois, em *Instinto de nacionalidade*, ele defendeu a ideia de que a nacionalidade de uma obra estaria na percepção do autor em relação às tensões da época e não em pintar o cenário nacional, a “paisagem”, as “descrições” e as “scenas da natureza”.

Sobre a “índole”, o estilo de Machado de Assis, para Silvio Romero, não tinha grande originalidade, era a “photographia exacta de seu espírito, de sua índole psychologica indecisa” (ROMERO, 1897, p. 82). Nesse sentido, Candido diz que a vida de M.A. pouco importa, no entanto, sua obra, muito, pois ela desmascara e ri da sociedade ao conjurar ironia e estilo em uma refinada linguagem:

[...] parece não haver dúvida que a sua vida foi não apenas sem aventuras, mas relativamente plácida, embora [Machado de Assis] marcado pelo raro privilégio de ser reconhecido e glorificado como escritor, com um carinho e um preito que foram crescendo até fazer dele um símbolo do que se considera mais alto na inteligência criadora (CANDIDO, 2004a, p. 16).

É nesse sentido que Roberto Schwarz, um dos maiores estudiosos de Machado de Assis no Brasil, explica que M.A. é um mestre da periferia do capitalismo por ter a lucidez de um mestre em um contexto desvantajoso: “A ‘periferia do capitalismo’ é um terreno tomado à reflexão social moderna e faz pensar em condições de precariedade que nos atingem a todos. Pois bem, Machado de Assis chegou a ser um grande mestre a partir dessas mesmas condições desvantajosas” (SCHWARZ, 1999, p. 220).

Em *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias, 1870-1914*, Roberto Ventura questiona: “como entender que um dos mais aparelhados críticos da geração de 1870 tenha procurado demolir a obra do mais importante escritor da época?” (VENTURA, 1991, p. 95). Acredito que, ao tentar desqualificar a obra de Machado, Silvio Romero acabou fazendo o movimento contrário. Ele exaltou, mais ainda, a obra do escritor.

Para mim, Romero escancarou a genialidade de Machado. Já em sua época M.A. foi capaz de observar que a literatura, por ser apta a dar uma resposta diferente à percepção do Brasil, precisava ser independente. Machado mostrou uma nova forma de pensar além dos horizontes do cientificismo e do Romantismo.

A respeito das críticas tecidas por Silvio Romero, Machado diz, por carta, a Magalhães de Azeredo: “das notícias publicadas vejo que o autor foi injusto comigo.



A afirmação do livro é que nada valho. Dizendo que foi injusto comigo não exprimo conclusão minha, mas a própria afirmação dos outros. O que parece é que me espanca” (PEREIRA, 2019, p. 212).

É certo que Machado foi e é um autor polêmico, no entanto, não foi polemista, sendo reconhecido, apreciado e muito moderado nos seus debates públicos. Por sua posição social e por sua personalidade, como aponta Lúcia Miguel Pereira<sup>60</sup>, Machado jamais responderia às críticas de Silvio Romero. No entanto, seus amigos mais ligados às polêmicas e aos embates públicos, como observamos em suas correspondências, não deixariam as críticas sem resposta. É o caso de Lafaiete.

Em 1898, Lafaiete Rodrigues Pereira, sob o pseudônimo de Labieno<sup>61</sup>, publica *Vindiciae – o Sr. Silvio Romero*, no *Jornal do Commercio*. A obra, mais tarde reunida em livro, se trata de uma defesa de Machado de Assis às críticas injustas e preconceituosas de Silvio Romero. Labieno prova que a pretensão de Romero era infundada e descabida:

Machado de Assis é brasileiro, descendente de brasileiros, aqui nasceu, aqui se educou e, é aqui que tem sempre vivido. [...] Qual é a raça horizontalmente americana de que a do Senhor Machado de Assis é a *sub-raça*? Não haverá também uma *sobre raça*? Mas, afinal, para ser entendido, o Senhor Romero que ama as digressões, ainda, para narrar a gênese das roscas e retortas do seu pensamento e do de Tobias, devia nos dizer quais os caracteres do espírito e do coração dessa *sub-raça*. É a força ou a fraqueza? É a atividade ou a inércia? É a audácia ou a covardia? É a lealdade ou a perfídia? É a tendência para o real ou o amor da quimera? É uma sensibilidade exagerada, uma imaginação doentia? Mas... nenhum predecessor do Senhor Romero estudou o assunto, nem lhe fez a teoria. E por isso nada tinha a nos dizer a respeito (LABIENO, 1898, p. 13-14).

Foi Labieno quem, pela primeira vez, reconheceu publicamente que o estudo de Romero era, na verdade, uma exaltação a Tobias Barreto e a Faculdade de Recife: “Intitula-se o livro – *Machado de Assis* – grosso embuste! Machado de Assis é o pretexto. O objeto do livro é Tobias, é a glorificação do Teuto sergipano”

<sup>60</sup> “[...] Machado de Assis foi, antes de tudo, um homem contido, medido e comedido” (PEREIRA, 1973, p. 66).

<sup>61</sup> Em carta para Lafaiete, em 19 de fevereiro de 1898, Machado diz: “Soube ontem (não direi por quem) que era V. Ex.<sup>a</sup> o autor dos artigos assinados Labieno e publicados no Jornal do Comércio de 25 e 30 de janeiro e 7 e 11 do corrente, em refutação ao livro a que o Sr. Dr. Silvio Romero pôs por título o meu nome. / A espontaneidade da defesa, o calor e a simpatia dão maior realce à benevolência do juízo que V. Ex.<sup>a</sup> aí faz a meu respeito. Quanto à honra deste, é muito, no fim da vida achar em tão elevada palavra como a de V. Ex.<sup>a</sup> um amparo valioso e sólido pela cultura literária e pela autoridade intelectual e pessoal. [...] Queira V. Ex.<sup>a</sup> aceitar os meus mais cordiais agradecimentos [...]” (ASSIS, 1994b, p. 15). Segundo Lúcia Miguel Pereira (2019, p. 212), como Machado não era polemista, ele demora a tomar conhecimento da crítica e da identidade de Labieno. Em carta a Belmiro Braga, em 5 de novembro de 1899, Machado diz: “Ainda bem que me não faltam amigos distantes, que sintam comigo o bem e o mal [...]” (PEREIRA, 2019, p. 21).

(LABIENO, 1898, p. 6). Labieno também afirma que Romero sabia que se houvesse dado ao livro “a sua verdadeira denominação – Tobias Barreto – não teria leitores. A botica em tempo reivindicaria os seus direitos. Daí a fraudulenta substituição de Tobias Barreto por Machado de Assis. A crítica também tem as suas pias fraudes” (LABIENO, 1898, p. 6).

Como Machado, Labieno também reconhece que Silvio Romero não era um grande “estilista” da arte de escrever:

No caracterizar o estilo do Senhor Machado de Assis, dá o Senhor Romero nova prova de mau gosto e da falta de senso e sagacidade do crítico, e mostra ignorar os segredos da arte de escrever. [...] Dizer que um escritor é mau estilista, porque não possui certos predicados que distinguem o estilo de outro, é apenas cometer um erro de lógica. [...] Em matéria de estilo, o Senhor Romero reduz Machado de Assis a este mínimo: ‘Correto e maneiroso, não é vivaz, nem rutilo, nem grandioso, nem eloquente. É plácido, igual, uniforme e compassado. Vê-se que ele apalpa e tropeça, que sofre de uma perturbação qualquer nos órgãos da palavra. Sente-se o esforço, a luta. Ele gagueja no estilo, na palavra escrita, como fazem outros na palavra falada’. A ostentada benevolência do Senhor Romero para com Machado de Assis, vai ao ponto de querer explicar defeitos que lhe atribui ao estilo, por um vício físico, que á a entender que ele sofre nos órgãos vocais. Isto não é só uma crueldade de mau gosto, é ainda um perfeito dislate. Que relação de causa e efeito descobre o Senhor Romero entre um defeito físico e o talento de escrever? (LABIENO, 1898, p. 31-34).

Assim, Labieno prova que a crítica de Romero era infundada, pois estava pautada em questões pessoais e não literárias. Pode ser que Silvio Romero tenha observado a “perturbação [...] nos órgãos da palavra” por justamente, ser fruto da Faculdade de Recife bem como de suas teses, mas, se em seu texto encontramos, de forma tão explícita e grosseira, tais tipos de alusões, ou tais métodos de desqualificação, “isto significa que a própria possibilidade de formulação, divulgação e compreensão das mesmas estava presente, se não na maior parte dos escritos, ao menos na mentalidade (ou grande parte dela) da época” (PEREIRA, 2011, p. 156). O fato de Romero publicar uma obra pautada, em sua totalidade, no preconceito de cor, contra-atacando o presidente da Academia Brasileira de Letras, “já diz muito sobre a sociedade e as mentalidades vigentes” (PEREIRA, 2011, p. 173).

Apesar da crítica de Romero, “a cor parece não ter sido motivo de desprestígio [...]” (CANDIDO, 2004a, p. 15), pois Machado é, até hoje, uma das maiores mentalidades da literatura brasileira e, sobretudo, da crítica, uma vez que a silhueta do conto e do romance que conhecemos hoje foi delineada em 1873 com *Instinto de nacionalidade*. Foi com a publicação de *Memórias Póstumas de Brás*

*Cubas*, em 1881, que a independência literária foi selada no Brasil. Obra audaciosa porque afirmava a

Possibilidade de construir um grande livro sem recorrer à natureza, desdenhava-se a cor local, colocava-se um autor pela primeira vez dentro das personagens; surgiam afinal homens e mulheres e não *brasileiros*, ou *gaúchos*, ou *nortistas*, e – *last but not least* – patenteava-se a influência inglesa em lugar da francesa, introduzia-se entre nós o humorismo. [...] Aquilo que reputava indispensável ao escritor, ‘certo sentimento íntimo que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço’ (ASSIS, 1879, p. 139), ele [Machado de Assis] o possuiu inteiramente, com uma posse tranquila e pacífica. E por isso pôde – o primeiro entre nós – ser universal sem deixar de ser brasileiro (PEREIRA, 1973, p. 54).

Dessa forma, Machado reforça que a consciência de nacionalidade não se dá por elementos decorativos ou pela pintura da paisagem, mas pela percepção do escritor às tensões de sua época. Machado foi um mestiço, mas um mestiço que “elevou sua gente e o seu país, a pureza dessa personalidade que paira sobre a literatura brasileira como um símbolo da nobreza do pensamento e do poder do espírito” (PEREIRA, 1973, p. 20).

Me pergunto o porquê Silvio Romero não ter trazido para seu estudo *O alienista*, já que a novela desmascara a ciência e a revela como não científica. Para o crítico Silvio Romero, o que era mais importante, discutir a literatura e admitir que essa necessitava de um processo de emancipação ou atacar, por meio de justificativas extraliterárias, um autor que recusou as teorias evolutivas e que colocava por terra as teses científicas?

\*\*\*

### 3 O OLHAR DO LOUCO EM *DIÁRIO DO HOSPÍCIO*

*Quando a loucura não é aniquilamento ou  
enfraquecimento da inteligência, ela é delírio [...] O  
delírio é um distúrbio, uma perturbação, uma  
desordem da inteligência [...] Não se trata de  
ausência de pensamento, mas sobretudo de falta de  
atenção, em presença da razão, mesmo quando o  
pensamento é desordenado e as relações do eu com  
o mundo são alteradas.*  
Esquirol

Assim como Lilia<sup>62</sup>, eu também tive um encontro com Lima Barreto. Na verdade, nos esbarramos pelos corredores do colégio quando eu estava no ensino médio (eu deveria ter meus 16 anos). Ele passou despercebido, pois minha tola opinião era de que a Literatura Brasileira não era boa, bom mesmo era ler os russos, ingleses (principalmente esses), espanhóis, portugueses. Tola, sim. Um ano e meio depois estava eu prestando vestibular pra Letras. Eu achava que iria me tornar uma grande escritora, professora universitária, tradutora e dona de uma biblioteca gigantesca. Na minha cabeça eu lia apenas os grandes clássicos, os “importados”. Claro que, mais tarde, eu “mordi minha língua”. Passei no vestibular e em 2014 comecei a escrever minha história. Durante os quatro anos de graduação eu tive aulas da bendita Literatura Brasileira. No final do segundo semestre eu me reencontrei com ele, com Lima Barreto. Dessa vez eu o encarei de frente, algo nele me deixou inquieta, não sei se seus *dentes negros* ou *cabelos azuis*, se o *javanês*, a *nova Califórnia* ou as “pequenas” denúncias que perpassam pela sua imensa coleção de contos e crônicas. Ele permaneceu em minha mente por algumas semanas, mas, como uma nuvem passageira, se foi. O tempo foi passando e finalmente, em 2016, as nuvens traziam a tempestade. Pela terceira vez ele estava lá me mostrando as instalações do Hospício Pedro II, estava me contando sobre a vida lá dentro, sobre as causas que o levaram até lá. Ele me mostrou tudo isso e eu ainda não sei dizer o que me levou até ele. O *Diário do Hospício* me enterrou em lágrimas, leituras e dívidas. Dívidas infindas com os meus pais... todas as minhas compras, de 2016 pra cá, envolvem o nome dele, de Lima Barreto. Se a Amazon© dispusesse de uma lista dos livros mais vendidos para determinados clientes, certamente eu estaria nas primeiras colocações da disputa por Lima Barreto. Afonso Henriques de Lima

---

<sup>62</sup> Menção a Lilia Moritz Schwarcz, autora da obra *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Na introdução da obra a autora diz que marcou um encontro profissional com Lima Barreto e que, frequentemente, o revê. Obviamente, se trata de uma metáfora.

Barreto é como uma tatuagem em mim. Nesse reencontro de 2016 eu escrevi um ensaio intitulado “O olhar e o discurso em Lima Barreto e Machado de Assis: um louco que se converte em alienista e um alienista que se converte em louco”. Na verdade, foi um desenho, um esboço do *iceberg* que viria a ser descoberto. Utilizando os ocos, os espaços, dúvidas, furos e pontos frágeis desse ensaio foi que surgiu a presente dissertação de mestrado. A frustração e a inquietação provocadas por esse ensaio de 2016 me permitiram um amadurecimento de olhar, pesquisa e escrita. Hoje Lima Barreto me ajuda a realizar o meu grande sonho de me tornar uma professora universitária. Professora universitária e de Literatura Brasileira ainda por cima. Meu sonho da biblioteca enorme segue em construção. Asseguro que no meu acervo há mais romances e obras brasileiras do que qualquer outra coisa. Abandonei o sonho de ser tradutora (por mais que vez ou outra eu seja o intermédio de uma conversação) e agora me afio a outro... Na busca por embasamento e aporte teórico me encontrei com a psicologia. Lima Barreto me permitiu inúmeras leituras, visões e deslumbramentos. Agora ele me direciona para a Psicologia. Moldada, remodelada e inspirada. Saí do Ensino Médio com uma visão limitada, pude ingressar numa universidade pública, me formar, entrar e terminar o mestrado. Nunca pensei numa segunda graduação – pois Letras mudou a minha vida –, mas agora eu penso. O encontro de 2016 mudou a minha história, possibilitou meus sonhos, porém e agora? Para onde Lima Barreto vai me levar? Para o doutorado? Deus queira que sim!

\* \* \*

Confesso que nunca soube bem por onde começar o capítulo que eu trataria de Lima Barreto. Estou aqui, dando início a ele, mesmo sem saber por onde começar. O porquê de escolher essa obra para investigação? Desde meu primeiro contato com *Diário do Hospício*, senti que ele me despertou uma inquietação de forma que nunca havia acontecido antes. Ele me levou a uma outra forma de olhar para o mundo. A relacionar temas que, por pura ignorância, até então eram despercebidos por mim.

Obviamente que minha ideia de trazer o *Diário do Hospício* para uma discussão sobre a loucura não é original. Outros estudiosos também escreveram

artigos, teses e dissertações sobre o assunto<sup>63</sup>. No entanto, o que acredito ser novo na minha pesquisa é, justamente, o contexto histórico em que vivo no agora, no período de 2018 a 2020. É o contraste de visões, a crítica cultural que pretendo estabelecer no decorrer da escrita.

\* \* \*

Na literatura contemporânea encontramos muitas obras literárias que apresentam a estrutura de diário, como é o caso de *Mar azul*<sup>64</sup>, de Paloma Vidal e *Caderno de memórias coloniais*<sup>65</sup>, de Isabela Figueiredo. A escrita íntima vem ganhando espaço e reconhecimento dentro da literatura universal. Com um “quê” confessional, essas obras salientam a ideia de “literatura e denúncia”, a qual sou totalmente inclinada.

Por uma felicidade do destino, a obra de meu interesse para essa seção não apresenta outra estrutura senão a de diário. *O cemitério dos vivos*<sup>66</sup> é uma obra de testemunho e de ficção e é dividida em duas partes. A primeira, “Diário do Hospício”, e a segunda, “O cemitério dos vivos”. Na primeira parte da obra encontramos as anotações de Lima Barreto no período em que esteve internado<sup>67</sup> no Hospital

---

<sup>63</sup> Como por exemplo Luciana Hidalgo que escreveu uma série de artigos sobre o *Diário do Hospício*, - como por exemplo *A loucura e a urgência da escrita* (publicado na *Revista Alea*, vol. 10, n. 2., julho/dezembro. Rio de Janeiro, 2008) – além da obra *Literatura da Urgência: Lima Barreto no domínio da loucura*, 2008. Ana Paula Giehl de Oliveira apresentou a Dissertação de Mestrado intitulada *Razão ao avesso: uma análise da representação da loucura, dos loucos e dos manicômios em Cemitério dos vivos e Diário do Hospício*, de Lima Barreto e *Um Estranho no Ninho*, de Ken Kesey. UFPEL: Pelotas, 2017. Luciana de Cassia Camargo apresentou a Dissertação intitulada *Silêncio em movimento: memória e criação literária em O cemitério dos vivos e no Diário do Hospício*, de Lima Barreto. UFPR: Curitiba, 2006. José Ramadés Benevides de Melo apresentou a Tese de Doutorado intitulada *Vozes sociais em construção: dialogismo, bivocalidade polêmica e autoria no diálogo entre Diário do Hospício, O cemitério dos vivos*, de Lima Barreto, outros enunciados e outras vozes sociais. UNESP: São Paulo, 2017. Há uma infinidade de artigos, teses e dissertações a respeito de *DH*.

<sup>64</sup> VIDAL, Paloma. *Mar azul*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

<sup>65</sup> FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. São Paulo: Todavia, 2018.

<sup>66</sup> Romance póstumo e inacabado. Eu acho genial que Lima Barreto tenha registrado, em primeiro lugar, suas percepções e vivências dentro do hospício para depois ficcionalizar essa experiência. Isso representa o contraponto realidade *versus* ficção. Na obra, real e imaginário se dissipam, diluem-se, impossibilitando a delimitação entre ambos. O mesmo ocorre com a loucura, não há um marco que nos permita separar a normalidade da insânia.

<sup>67</sup> Os manuscritos do Diário do Hospício redigidos por Lima Barreto durante a segunda internação no Hospital Nacional de Alienados, entre dezembro de 1919 e fevereiro de 1920, encontram-se na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Lima Barreto. “Diante de condições adversas, o autor se viu obrigado a registrar suas anotações a lápis, em 79 tiras de papel ora pautado (caso dos dois primeiros capítulos), ora sem linha alguma, rascunhadas tanto na frente como no verso. Mais tarde, passou a escrever em tiras maiores e a caneta. Todas as tiras traduzem a enorme preocupação do escritor em dar alguma ordem ao material: datação, numeração das páginas, títulos. Ainda que de forma precária, os manuscritos revelam um trabalho de revisão e pré-edição, contendo

Nacional de Alienados<sup>68</sup>, no Rio de Janeiro (dezembro de 1919 a fevereiro de 1920). Nos deparamos com a vivência, com o relato e com o olhar do escritor na condição de interno. Na segunda parte a estrutura da obra se altera. A ficcionalização da experiência enquanto interno é o que sustenta a narrativa.

Certo é que a literatura é formada, em sua grande parte, por ficção, mas, de acordo com Fábio Lucas, no prefácio da edição publicada pela editora Planeta:

O simples fator autobiográfico da publicação dá-lhe cunho historiográfico, já que as memórias, diários e confissões não passam de textos ancilares da historiografia, mormente agora, quando se busca a história das mentalidades. Na mesma linha, os romances de Lima Barreto contribuem para o desenho de época da cidade do Rio de Janeiro, num dos melhores painéis da aparência física e moral da cidade (LUCAS, 2004, p. 9).

É por essa razão que podemos ler *O cemitério dos vivos* como um relato de caráter confessional que nos revela o cenário carioca no que se refere ao lugar e não lugar do pobre, do louco, do alcoolista e do mestiço. No entanto, o ponto alto da obra é, sem dúvidas, a reflexão da loucura, das relações entre alcoolismo, hereditariedade e demência e a superstição da figura do doutor<sup>69</sup>.

Partindo do próprio alcoolismo, Lima Barreto busca entender os caminhos que o levaram até a loucura. Ele deixa registrado nos manuscritos do *diário* todo o seu

---

observações do tipo: 'aproveitado', ou 'vide notas'. As tiras descartadas foram riscadas e trazem uma anotação ao lado: 'já falei'. O reflexo dessa precariedade também é visível no que se refere à difícil conservação dos manuscritos. A maioria das tiras apresenta tanto as bordas superiores quanto as inferiores bem desgastadas e, por vezes, exibem manchas, rasgos ou furos" (LUCAS, 2004, p. 7). Hoje, felizmente, os manuscritos já se encontram digitalizados e disponíveis a qualquer pesquisador em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1428160/mss1428160.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428160/mss1428160.pdf).

<sup>68</sup> Após a Proclamação da República, em janeiro de 1890 e com o Decreto nº 142-A, de 11 de janeiro de 1890, que visava a desanexação do Hospício de Pedro II da Santa Casa de Misericórdia a fim de torna-lo uma instituição pública e independente, o Hospício é rebatizado para: Hospício Nacional de Alienados. A instituição é fechada em 1944 e cinco anos mais tarde passa a sediar a UFRJ.

<sup>69</sup> Tema presente em *Bagatelas*, em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* – “Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro. [...] Ah! Doutor! Doutor!... Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários, polifórmicos... [...] Oh! Ser formado, de anel no dedo, sobrecasaca e cartola, inflado e grosso, como um sapo-intanha antes de ferir a martelada à beira do brejo; andar assim pelas ruas, pelas praças, pelas estradas, pelas salas, recebendo cumprimento: Doutor, como passou? Como está, doutor? Era sobre-humano!” (BARRETO, 2001b, p. 126) – e em carta a J. P. da Veiga Miranda, agradecendo a crítica feita ao romance *Numa* e a *Ninfa*: – “o ‘doutor’, no entender da nossa gente, de alto a baixo, é sempre o mais apto, não pelo que ele revela, mas por ser doutor” (BARRETO, 1917, s/p).

Sérgio Buarque de Holanda, no célebre *Raízes do Brasil*, identifica o “vício do bacharelismo”. Para ele, “a dignidade e a importância que conferem o título de doutor permitem ao indivíduo atravessar a existência com discreta compostura, e, em alguns casos, podem libertá-lo da necessidade de uma caça incessante aos bens materiais, que subjuga e humilha a personalidade [...]” (HOLANDA, 1995, p. 157).

caso. Nos relata os sintomas, as possíveis causas, as preocupações e a forma com que via o mundo. Na busca incessante pelos indícios, primórdios e pela genética, “através da ficção, Lima Barreto como que procurava explicar o próprio caso, remontando as origens obscuras da sua família” (BARBOSA, 2017, p. 35).

Com a ideia de que o vocábulo “diário” nos remete aos dias e a vivência, pretendo explorar de que forma Lima Barreto registrou suas memórias e sua experiência enquanto interno. Sobre a memória, Dalgarrondo destaca que (2008, p. 137), ela “é a capacidade de registrar, manter e evocar as experiências e os fatos já ocorridos”. Dessa forma, acredito que *DH* seja uma obra viva e, apesar de ter sido escrita há tanto tempo atrás, é atual, pois nos permite fazer uma reflexão sobre diferentes temas da contemporaneidade.

Grandes nomes da crítica literária brasileira, da historiografia e do jornalismo, como Francisco de Assis Barbosa, Osman Lins, Beatriz Resende, Lilia Moritz Schwarcz, Luciana Hidalgo, Alfredo Bosi, Antonio Candido etc, dedicaram estudos a respeito das obras de Lima Barreto. Aproveitando esse vasto universo de estudos afins ao meu tema, elegi algumas das obras dos autores citados acima para conversar com a minha pesquisa.

É inviável não citar Francisco de Assis Barbosa quando se fala de Lima Barreto. Chico Barbosa, assim chamado pelos íntimos, foi o responsável pela primeira biografia do escritor carioca, intitulada *A vida de Lima Barreto*, publicada pela primeira vez em 1952 pela Editora Brasiliense.

Os capítulos da biografia estão divididos de acordo com as fases da vida de Lima Barreto: infância, adolescência, mocidade, intermezzo, maturidade e declínio. Francisco nos mostra, detalhadamente, cada etapa da vida de Lima Barreto, cada lugar que frequentou, os fatos marcantes de sua vida, a publicação das obras e seu triste fim sendo mais uma vítima do sistema.

Na seção de artigos reunidos da edição<sup>70</sup> que tenho da biografia, se destaca o artigo de Beatriz Resende, intitulado *Lima Barreto e Chico Barbosa*. Resende destaca que 2017 foi tratado “como o ‘ano de Lima Barreto’, com homenagens, reedições<sup>71</sup> e novos estudos sobre o autor, o que indica que Lima Barreto finalmente teve o reconhecimento merecido” (RESENDE, 2017, p. 13). É curioso o fato de que,

---

<sup>70</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 11. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

<sup>71</sup> Inclusive, em 2017, *O cemitério dos vivos* ganhou uma nova edição da Companhia das Letras com prefácio de Alfredo Bosi e organização e notas de Augusto Massi e Murilo Marcondes de Moura.



até pouco tempo, Lima Barreto estivesse soterrado nas ruínas do esquecimento (proposital?), sendo agrupado junto dos autores marginalizados. Em 2019 encontramos L.B. no topo da lista de “melhores escritores brasileiros”, disputando o primeiro lugar, inclusive, com Machado de Assis.

A biografia de Lima Barreto nos permite uma percepção mais apurada a respeito de suas obras, contudo, mesmo investigando um testemunho, não pretendo me ater a dados muitos detalhados da vida do escritor a ponto de replicar a obra de Francisco de Assis Barbosa. Meu foco é percorrer os caminhos do *Diário do Hospício* a partir das palavras impressas na própria obra, é olhar para ela e arquitetar a discussão a partir dela mesma, ressaltando, vez ou outra, aspectos da vida pessoal do escritor.

Fábio Lucas observa que Lima Barreto trouxe uma contribuição admirável “para a autoanálise, para o exame do seu caso particular e para a observação dos loucos com os quais conviveu, inclusive o próprio pai” (LUCAS, 2004, p. 14). O escritor se preocupava com os pobres, com os destituídos da sociedade. De maneira geral, em seu projeto literário, Lima Barreto dá voz aos excluídos<sup>72</sup>.

\* \* \*

Diferentemente de *O alienista*, *O diário do hospício* reúne uma série de impressões, de relatos feitos a partir do olhar daquele que sofreu os impactos da internação: seu próprio autor. Personagem autobiográfico, Lima Barreto é um eu que se analisa, é o ponto de interseção dos clichês: pobre, mulato, alcoolista, a social<sup>73</sup>. É a partir disso e do seu olhar de vítima e de testemunha que o escritor transforma sua experiência “num raro, literário, documento da história da psiquiatria no Brasil” (HIDALGO, 2008b, p. 21). L.B. opta por essa aproximação com a obra, pois ele sabe que não sobreviverá e que o *DH* se trata de uma escrita terminal. *DH* é, sobretudo, um documento humano.

---

<sup>72</sup> Fazendo uma rápida busca no sumário de *Contos Completos de Lima Barreto*, organizado por Lilia Moritz Schwarcz, encontrei os seguintes contos: *Dentes negros e cabelos azuis*, *O pecado*, *O cemitério*.

<sup>73</sup> “Era, na realidade, um menino contemplativo, vivia metido consigo mesmo” (BARBOSA, 2017, p. 61). No ensaio intitulado *O destino da literatura*, Lima declara: “apesar de ser um sujeito sociável e que passo, das vinte e quatro horas do dia, mais de quatorze na rua, conversando com pessoas de todas as condições e classes, nunca fui homem de sociedade: sou um bicho-do-mato” (BARRETO, [1919], p. 33). A convite de Monteiro Lobato, Lima Barreto escreve *O destino da literatura* para uma conferência que aconteceria em São Paulo, porém, nunca o lê em público, pois não comparece ao evento, sendo encontrado embriagado posteriormente.

Lendo as obras do escritor, é impossível negar seu olhar crítico, sua irresignação com a sociedade. Fato impossível de negar mesmo em *Diário do Hospício*, quando Lima esteve recolhido no espaço de segregação social. Não foram despretensiosas suas anotações, seu diário. Mesmo privado de papel e caneta ele encontra uma maneira, escreve. Ele sabia do poder da palavra escrita, sabia que, se morresse ali, provaria, mesmo que postumamente<sup>74</sup>, o que presenciou. Não apenas provaria, mas contaria, delataria.

De fato, Lima Barreto delatou o poder médico sobre os indivíduos socialmente incapacitados, acometidos ou não de sintomas psiquiátricos. Ele documentou o período da História em que o poder e o saber científico eram absolutos, sendo desnecessária a comprovação de que os indivíduos sofriam, realmente, de transtornos mentais. L.B. observa que, na mesma margem destinada aos loucos, enfileiravam-se portadores de doenças venéreas, pobres, vagabundos e presidiários. Os chamados indesejados recebiam, sem hesitação, um prontuário de internação, exatamente como na História.

Iniciando o exercício de autoanálise e de denúncia do ambiente em que estava inserido (contra sua própria vontade), L.B. nos leva do saguão às seções do hospício, nos outorga como também observadores de seus “tristes companheiros de isolamento e de segregação social” (BARRETO, 2004b, p. 208). Recolhido pela polícia por estar perambulando<sup>75</sup> pelas ruas alcoolizado, Lima Barreto diz se incomodar com a intromissão da polícia em sua vida e que acredita ser essa sua última<sup>76</sup> entrada no hospício.

Ao se excluir da “classe de loucos” já nos primeiros registros do diário, L.B. nos dá seu diagnóstico pessoal: “de mim para mim, tenho certeza que não sou louco; mas devido ao álcool, misturado com toda espécie de apreensões que as

---

<sup>74</sup> Luciana Hidalgo assinala um trecho de *DH* em que Lima Barreto parece prever a publicação póstuma de sua obra. Hidalgo acredita que a escrita do *diário* é uma réplica ao poder social, é uma explicação aos leitores: “Vendo aquele homem, que se dizia ter sido estudante do quarto ano de medicina, engenheiro agrônomo, agrimensor, jornalista e fazia versos, é de imaginar que prazer não foi o meu em encontrá-lo e como eu me esqueci da pequena mágoa, que seu mau humor me causou no pavilhão. Mas estava escrito que eu não poderia, no meio de centos e tantos insanos, <encontrar> um com quem trocasse uma palavra. Os leitores hão de dizer que não era possível encontrar isso numa casa de loucos. É um engano; há muitas formas de loucura e algumas permitem aos doentes momentos de completa lucidez” (BARRETO, 2004a, p. 49-50).

<sup>75</sup> A vadiagem era considerada uma doença social grave. Sem documentos, os chamados vagabundos eram recolhidos como indigentes. Se fossem pobres, negros ou mulatos, a probabilidade de terem o hospício como destino era maior.

<sup>76</sup> Sua primeira internação se deu em julho de 1917 e a segunda de 04 de novembro de 1918 a 05 de janeiro de 1919.

dificuldades da minha vida me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio” (BARRETO, 2004a, p. 20). O escritor reconhece o delírio como um sinal de loucura, mas não como a loucura de fato e é por essa razão que ele tem certeza de que não é louco.

Sumarizando as capturas, isto é, o recolhimento de pessoas nos hospícios, L.B. se compara a um animal recém caçado: “me conseguiram laçar [...] estava ali que nem um peru, no meio de muitos outros, pastoreado por um bom português, que tinha um ar rude, mas doce e compassivo, de camponês transtornado” (BARRETO, 2004a, p. 20-21). É neste ambiente de domínio do médico sobre o louco que Lima Barreto se refere ao hospício como inferno<sup>77</sup>: “no meio disto, muitos com educação, mas que a falta de recursos e proteção atira naquela geena social” (BARRETO, 2004a, p. 23).

Depois de ter passado a primeira noite no hospício, L.B. vai até a presença do médico, Humberto Gotuzzo, que o orienta a deixar de ingerir alcóolicos:

Não me achou muito arruinado e, muito polidamente, deu-me conselhos para reagir contra o meu vício. Oh! Meu Deus! Como eu tenho feito o possível para extirpá-lo e, parecendo-me que todas as dificuldades de dinheiro que sofro são devidas a ele, e por sofrê-las, é que vou à bebida. Parece uma contradição; é, porém, o que se passa em mim. Eu queria um grande choque moral, pois físico já os tenho sofrido, semimorais, como toda espécie de humilhações também. Se foi o choque moral da loucura progressiva de meu pai, do sentimento de não poder ter a liberdade de realizar o ideal que tinha na vida, que me levou a ela, só um outro bem forte, mas agradável, que abrisse outras perspectivas na vida, talvez me tirasse dessa imunda bebida que, além de me fazer porco, me faz burro (BARRETO, 2004a, p. 31-32).

É no terceiro capítulo do *diário*, “A minha bebedeira e a minha loucura”, que Lima registra os fatores que o levaram até a internação. É nítido nessa seção o sentimento de frustração e de humilhação em relação a sua vida, sobretudo a vida de escritor<sup>78</sup>: “Muitas coisas influíram para eu começar a beber; mas, de todas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma catástrofe<sup>79</sup> sempre presente” (BARRETO, 2004a, p. 36). Para se distrair de sua

<sup>77</sup> Em várias passagens do *diário* L.B. faz alusões ao inferno de Dante.

<sup>78</sup> Em 1917, Lima Barreto tentou candidatura na Academia Brasileira de Letras, não obtendo sucesso. Tentou outras duas vezes, também sem sucesso. Needel (1993, p. 256-257) observa que “a grandeza literária tornou-se sua obsessão particular, sua única esperança de vingança em uma sociedade cujas pretensões eurófilas, racismo e preconceitos de classe ele assimilara e sofria diariamente”.

<sup>79</sup> No *Diário Íntimo* (20 de abril de 1914), Lima registra: “Tenho sinistros pensamentos. Ponho-me a beber; paro. Voltam eles e também um tédio da minha vida doméstica, do meu viver cotidiano, e

frustração por falta de recursos para enterrar o pai<sup>80</sup> quando ele viesse a falecer, conhece assim o “chopp, o whisky, as noitadas amanhecendo na casa deste ou daquele” (BARRETO, 2004a, p. 36).

O aparecimento de seu primeiro livro, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*<sup>81</sup>, não lhe deu grande satisfação. As dores aumentaram e as dívidas também. Sem saber como pagá-las, João Guedes de Melo<sup>82</sup> o aconselha a escrever um novo livro e que o “levasse para ser publicado no Jornal do Comércio” (BARRETO, 2004a, p. 37). O fez, mas ninguém leu *O triste fim de Policarpo Quaresma*<sup>83</sup>. Só fez sucesso quando foi publicado em livro. Sabendo que não teria dinheiro para editar *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*<sup>84</sup>, passa a beber mais ainda. “Todo o dinheiro que apanhava, bebia. Delirava de desespero e desesperança” (BARRETO, 2004a, p. 39).

Em meio a indagações a respeito de sua sanidade mental, L.B. se questiona: “O que há em mim, meu Deus? Loucura? Quem sabe lá?” (BARRETO, 2004a, p. 41). O escritor afirma não haver espécies, nem raças de loucos “há loucos só [...] uma explicação da loucura não há” (BARRETO, 2004a, p. 43-44).

No capítulo IV, “Alguns doentes”, L.B. analisa alguns colegas de segregação, como F.P: “vejo misturado o amor e a presunção de inteligência e de saber”, e V. de O.: “um velho nortista, moreno carregado, feições regulares, a não ser os males

---

bebo. Uma bebedeira puxa a outra, e lá vem a melancolia. Que círculo vicioso! Despeço-me de um por um dos meus sonhos” (BARRETO, 2001a, p.1305).

<sup>80</sup> Tipógrafo João Henriques de Lima Barreto que, após perder o emprego num jornal, tornou-se funcionário das Colônias de Alienados da Ilha do Governador em 1891, tendo um surto psicótico anos depois.

<sup>81</sup> “O *Isaías*, os primeiros quatro capítulos, escrevi-os lentamente; o resto em dias, mas copiando-os, logo que os acabava. Os jornais que não noticiaram absolutamente o aparecimento do meu segundo livro foram: o *Correio da Manhã* e a *Tribuna*, do Rio de Janeiro” – março de 1916 (BARRETO, 2001a, p. 1312). De acordo com Lúcia Miguel Pereira, em *Prosa de Ficção: 1870 a 1920*, diz que *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* foi escrito “para provar que os mestiços fracassaram sempre [...] mesmo os que parecem triunfar só o fazem à custa do sacrifício da dignidade e da compostura moral” (PEREIRA, 1973, p. 301).

<sup>82</sup> Iniciou sua vida profissional nas oficinas da *Tribuna Liberal* sob a direção do pai de L.B.

<sup>83</sup> Inicialmente publicado em folhetins diários no *Jornal do Commercio* entre 11 de agosto e 19 de outubro de 1911. A primeira edição em livro foi publicada pela *Revista dos Tribunais* em 1915. “O Policarpo Quaresma foi escrito em dois meses e pouco, depois publicado em folhetins no *Jornal do Comercio* da tarde, em 1911. Quem o publicou foi o José Félix Pacheco. Emendei-o como pude e nunca encontrei quem o quisesse editar em livro. Em fins de 1915, devido a circunstâncias e motivos obscuros, cismei em publicá-lo. Tomei dinheiro daqui e dali, inclusive do Santos, que me emprestou trezentos mil-réis, e o Benedito imprimiu-o. Os críticos generosos só se lembravam diante dele do dom Quixote. V. Oliveira Lima e Afonso Celso. *Audaces fortuna juvat*” – março de 1916 (BARRETO, 2001a, p. 1311-1312).

<sup>84</sup> Pronto em 1908, mas publicado em 1919 pela *Revista do Brasil* e editado por Monteiro Lobato.

salientes [...] é um louco clássico, com delírio de perseguição<sup>85</sup> e grandeza” (BARRETO, 2004a, p. 47). É a partir desse capítulo que L.B. começa a dar o diagnóstico dos outros internos. Relatando os sintomas dos colegas, o escritor se afasta<sup>86</sup> das vestes de interno, reafirmando, como mencionado anteriormente, que não era louco e que estava em perfeito estado de lucidez.

Assim como no capítulo IV, L.B. dedica uma seção para “tratar” dos “guardas e enfermeiros”. No capítulo V, ele julga a aparência da “equipe transformada na *polícia* do interno” (HIDALGO, 2008b, p. 30), criticando, ainda, os enfermeiros particulares que acompanhavam os internos das classes mais altas: “os enfermeiros, na seção em que estou, são em geral bons. Há, porém, uma casta deles que não presta. São os tais particulares. Estes são aqueles que os doentes abastados das primeiras classes são autorizados a trazer” (BARRETO, 2004a, p. 57).

No decorrer da leitura percebo uma tenuidade entre consciência e loucura. A loucura é o ponto alto da obra, é uma discussão de suas causas, da causa da internação. É uma reflexão crítica e humorística da loucura, das práticas científicas. Lima Barreto busca a relação entre alcoolismo, hereditariedade e demência. Um levaria, automaticamente, ao outro? Ou ainda, um originaria o outro? Não há explicação.

L.B. registra que o “fetichismo pelo título universitário” se transformou num “título nobiliárquico” (BARRETO, 2004a, p. 73). Registra também que conhece loucos, “médicos de loucos, há perto de 30 anos, e fio [fia] muito que a honestidade de cada um deles não lhe permitirá dizer que tenha curado um só”<sup>87</sup> (BARRETO, 2004a, p. 69). Questionando os cuidados dos médicos, relatando o medo que sentia por estar internado no Pedro II e descrevendo, assim como discutindo, os casos de seus companheiros, Lima Barreto estaria fazendo uma reflexão sobre as práticas psiquiátricas da época, como também nos mostrando o “destino final” de pessoas

---

<sup>85</sup> V. de O. disse a Lima Barreto que precisava de uns favores na imprensa e prometeu-lhe “este mundo e outro” (BARRETO, 2004a, p. 47).

<sup>86</sup> Em “Os olhos, a barca e o espelho”, Antonio Candido observa que “o escritor, internado entre os loucos depois de um acesso de delírio alcoólico, esquece de si para avaliar a situação em que está e, depois, volta sobre si, aprofundando o autoconhecimento graças ao conhecimento do meio” (CANDIDO, 1987b, p. 47).

<sup>87</sup> Ainda sobre isso: “Todas essas explicações da origem da loucura me parecem absolutamente pueris. Todo problema de origem é sempre insolúvel; mas não queria já que determinassem a origem, ou explicação; mas que tratassem e curassem as mais simples formas. Até hoje. Tudo tem sido em vão, tudo tem sido experimentado; e os doutores mundanos ainda gritam nas salas diante das moças embasbacadas, mostrando os colos e os brilhantes, que a ciência tudo pode” (BARRETO, 2004a, p. 44).

que, por alguma razão, não se enquadravam nos padrões do ideal de sociedade perfeita e branca.

Reconhecendo a prática da captura de pessoas como um tratamento ultrapassado<sup>88</sup>, L.B. observa que, claramente, não havia critérios para a internação e nem para os tratamentos aplicados. O alienista da seção Pinel lhe assustava, pois usava os internos como cobaias, sendo ele “capaz de ler qualquer novidade de cirurgia aplicada à psiquiatria em uma revista norueguesa e aplicar, sem nenhuma reflexão preliminar, num doente qualquer” (BARRETO, 2004a, p. 30). Essa falta de critério fazia do hospital um grande laboratório de experimentos.

Anos mais tarde, os grandes laboratórios de experimentos humanos ficaram conhecidos na História mundial como campos<sup>89</sup> de concentração nazistas. Em nome da ciência, os alemães usavam os judeus, ciganos, homossexuais ou inimigos do regime como cobaias vivas. Entre as décadas de 1930 e 1940, os alemães faziam pesquisas sobre hipotermia (colocavam as pessoas em tanques de água congelante), sobre as câmaras de baixa pressão e estudos para comprovar a superioridade do povo ariano. Prisioneiros tiveram seus membros amputados, crianças ficaram cegas porque os cientistas injetaram tinta azul em seus olhos, pessoas foram jogadas vivas em caldeirões de água fervente. Aqueles que recebiam o diagnóstico de *lebensunwertes leben* (vida indigna de viver) eram exterminados e seus cérebros e cabeças utilizados para estudos. A ciência funcionava como legitimação das ideias racistas do nazismo.

Quadro 1: Campos de concentração nazistas e seus experimentos.

(continua)

CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO	NÚMERO DE MORTOS	EXPERIMENTOS
Auschwitz-Birkenau (abril de 1940 a janeiro de 1945)	1,1 milhões a 1,5 milhões	Pesquisas com gêmeos e anões; infecção com bactérias e vírus; eletrochoque; esterilização; remoção de partes de órgãos; ingestão de veneno; criação de feridas para testar novos medicamentos; operações e amputações desnecessárias.

<sup>88</sup> Lima Barreto observa: “O nosso sistema de tratamento da loucura ainda é o da Idade Média: o sequestro” (BARRETO, 2004a, p. 69).

<sup>89</sup> Auschwitz-Birkenau, Buchenwald, Ravensbrück, Dachau, Sachsenhausen, Natzweiler-Struthof.

Quadro 1: Campos de concentração nazistas e seus experimentos.

(conclusão)

<b>CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE MORTOS</b>	<b>EXPERIMENTOS</b>
Buchenwald (julho de 1937 a abril de 1945)	56 mil	Operações e amputações desnecessárias; contaminação com febre amarela; cólera e tuberculose; ingestão de comida envenenada; queimaduras com bombas incendiárias.
Ravensbrück (maio de 1939 a abril de 1945)	Mínimo de 90 mil	Pesquisas fisiológicas, com remoção e transplante de nervos, músculos e ossos; esterilização; fuzilamento com balas envenenadas.
Dachau (março de 1933 a abril de 1945)	Mínimo de 30 mil	Testes de hipotermia com exposição ao frio; câmaras de baixa pressão; infecção com vírus da malária; privação de líquidos com ingestão de água salgada.
Sachsenhausen (julho de 1936 a abril de 1945)	100 mil	Inalação de gás de mostarda; infecção forçada pelo vírus da hepatite; fuzilamento com munição envenenada.
Natzweiler-Struthof (maio de 1941 a setembro de 1944)	25 mil	Utilização de prisioneiros como “viveiros” de bactérias e vírus como os de tifo, varíola, febre amarela, cólera e difteria.

Fonte: *Super interessante*.

Nota: Dados organizados pela autora.

\* \* \*

Lima Barreto nos mostra que o sistema de “sequestro” era tão violento a ponto de levar o interno ao questionamento de como seria se ele fosse um outro: “arrependo-me de tudo, de não ter sido um outro, de não seguir os caminhos batidos e esperar que eu tivesse sucesso, onde todos fracassaram” (BARRETO, 2004a, p. 73). Acredito que essa é uma das passagens mais angustiantes de *DH*. A sensação que tenho é de a instituição engoliu L.B. Ela destruiu seus sonhos, o destituiu e o rotulou como propriedade do governo. Aqui, a ideia de que o hospício é uma instituição moldadora de vazios e de aniquilação, é explícita. Da mesma forma que na literatura, na História os hospícios também eram centros de aniquilação<sup>90</sup> do ser

<sup>90</sup> A respeito disso, Lima Barreto registra que “é curioso agora notar que o que mais me impressionava nos loucos era a mania depressiva, eram os efeitos da moléstia a conduzir o indivíduo

e os indivíduos propriedades do governo: “caído aqui, todos os médicos temem pôr logo o doente na rua. A sua ciência é muito curta, muito prevê; mas seguro morreu de velho e é melhor empregar o processo da Idade Média: a reclusão” (BARRETO, 2004a, p. 64).

Como os hospícios eram instituições que propagavam a morte, a destruição e a violência, Lima Barreto chega a dizer:

Com franqueza, cem anos que viva eu, nunca poderão apagar-me da minha memória essas humilhações que sofri, não por elas mesmo, que pouco valem; mas pela convicção que me trouxeram de que esta vida não vale nada, todas as posições falham e todas as precauções para um grande futuro são vãs (BARRETO, 2004a, p. 59-60).

No primeiro capítulo vimos, a partir dos relatos dos ex pacientes do hospício de Barbacena, que as fraturas deixadas pelo hospício na vida dos ex internos são incuráveis, irremediáveis. É nesse sentido que L.B. compara o hospício a um cemitério: “eu só vejo um cemitério”, em que “uns estão de carneiro e outros de cova rasa” (BARRETO, 2004a, p. 69), e afirma que nada é capaz de livrar um homem da loucura, nem mesmo o dinheiro e títulos acadêmicos. A loucura é retratada como um poder mais forte do que a morte: a loucura é o já está aí da morte, como apontou Foucault em *História da Loucura*.

Na medida em que Lima Barreto se distancia do álcool no período em que está recluso, nós leitores entramos num estado de embriaguez. As palavras nos aturdem, nos perturbam. Os relatos e observações me permitem enxergar a obra como um boletim de ocorrência e não apenas como um compilado de notas sobre os dias de L.B. enquanto interno. É a partir dos relatos, do exercício de autoanálise, que o escritor nos mostra tamanha lucidez ao denunciar a crença na ciência, a crença de que ela tudo podia.

Lima Barreto “queria outra vida” (BARRETO, 2004a, p. 60), queria esquecer a que viveu, pois o fato de não ser respeitado e de ter vivido dois terços de sua vida sem realizar seus sonhos o aborrecia: “me aborrece não ter sabido concomitantemente arranjar dinheiro ou posições rendosas que me fizessem respeitar” (BARRETO, 2004a, p. 73); “Pensava e triava todos os meus sonhos que se iam esvaindo. Já tinha vivido dois terços da minha provável vida e só um pouco



deles realizara” (BARRETO, 2004a, p. 76). De escritor L.B. passou a ser paciente, de intelectual a alcoolista, de funcionário público a indigente.

No Capítulo V, intitulado “Ficção (3): Lima Barreto e Graça Aranha”, de *A literatura brasileira: pré-modernismo*, Alfredo Bosi diz que a própria biografia de Lima Barreto explica o “humus ideológico” de sua obra:

A origem humilde, a cor, a vida penosa de jornalista pobre e de pobre amanuense, aliadas à viva consciência da própria situação social, motivaram aquele seu socialismo maximalista, tão emotivo em suas raízes quanto penetrante em suas análises (BOSI, 1967, p. 93).

L.B temia por sua genética. O que eu não entendia de forma clara era o porquê. Pesquisando um pouco mais sobre, esbarrei, mais uma vez, com *O espetáculo das raças*. Enquanto lia a obra, conversava com a minha mãe a respeito da questão racial no Brasil. Mais tarde, no mesmo dia, trouxe para a conversa a temática da loucura. Ela me perguntou o que uma coisa tinha a ver com a outra. Pensativa, disse: “tudo!”. As temáticas raça e loucura têm tudo a ver.

No início do século XX não se sabia se a loucura era uma doença contagiosa, pois suas causas ainda eram desconhecidas. Pensamentos comuns eram o da hereditariedade, o do contato físico e o da teoria das raças. Acreditava-se que a loucura poderia ser transmitida ou gerada a partir da mistura das raças por conta de casamentos inter-raciais. Essa mistura levaria à degeneração, ameaçando as aptidões intelectuais e morais da nação, sendo assim, um infortúnio (SCHWARCZ, 1993, p. 74).

A partir da leitura da obra de Lilia, o medo de Lima Barreto passou a ser algo compreensível para mim. A vida do escritor fora marcada por traumas e dores<sup>91</sup> não curadas. O primeiro deles, a morte da mãe, fato que o levou a pensar, pela primeira vez, em suicídio. O segundo, a loucura do pai, o que o leva aos caminhos do alcoolismo. O terceiro, era mulato e pobre: “nasci sem dinheiro, mulato e livre” (BARRETO, 2004c, p. 271). L.B. cria uma nébula em torno da genética, o que causa uma enorme preocupação para ele. Buscando distração e alento, as encontra na bebedeira. Gastava todo o dinheiro que recebia com bebida, vagava pelas ruas delirando. O medo da genética era reforçado pelas campanhas científicas que indicavam erroneamente que as raças africanas eram propensas ao álcool e ao crime. Nesse sentindo, compreendo que o escritor foi uma vítima em todos os

---

<sup>91</sup> Como bem observou em *DH*: “A catástrofe doméstica sempre presente” (BARRETO, 2004a, p. 36).

sentidos da palavra: vítima de si mesmo, do próprio medo e, sobretudo, vítima da ciência.

Sevcenko observa que “durante todo esse mergulho vertiginoso na sombra da miséria, da insegurança, da abominação social, Lima Barreto deixou seus colegas de boemia e academia pelos companheiros de bar ou de desfortuna”. Lima Barreto pôde “ver o centro da cidade embelezar-se durante suas idas e vindas para o subúrbio [...] assistiu ao crescimento do preconceito social e racial como um discriminado. Sentiu a repressão e o isolamento dos insociáveis como vítima” (SEVCENKO, 2003, p. 234).

L.B. dizia viver pela literatura, nesse sentido, Osman Lins questiona: “não estaria nisto, no amor desse homem à arte de escrever – e na injusta ausência de reconhecimento público – a causa dos seus distúrbios mentais?” (LINS, 1976, p. 16). Mais do que falta de reconhecimento público, ser mulato, não ter diploma<sup>92</sup> e não ter credenciais era o clichê da degenerescência. Lima Barreto sofreu na pele a pressão da ciência em relação a purificação da raça.

Mulato, pobre e tendo a loucura no histórico familiar, o escritor questionava<sup>93</sup> a própria sanidade, perguntando a si mesmo o que se o que havia nele era loucura. Apesar da pressão da ciência em relação a hereditariedade da raça, Lima Barreto se assume mulato<sup>94</sup>. É por essa razão que ele sofre a opressão dos postulados errôneos da ciência da época. A sociedade joga L.B. à margem, o discrimina. A sociedade o destrói<sup>95</sup>. Como aponta Needel (1993, p. 256), “o fardo do racismo afinal levou Lima Barreto a ruína”.

Mesmo ressentindo-se da falta de reconhecimento da sociedade e além do alento encontrado na bebida, o escritor encontra refúgio na literatura e na escrita: “Ah! A literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela” (BARRETO, 2004a, p. 21), “a única coisa que me alentava na vida – o amor das letras, da glória, do nome, por ele só” (BARRETO, 2004a, p. 38). Consigo pensar aqui numa forma de exílio e

---

<sup>92</sup> “Entre 1897 e 1903, Lima Barreto frequentou a Escola Politécnica, porém seguidas reprovações e o agravamento da doença do pai o impediram de obter o diploma de engenheiro” (BARBOSA, 2017, p. 44).

<sup>93</sup> Se eu assumisse o lugar de alienista, diria que Lima Barreto passou por tanto nesses “seis anos” e que é perfeitamente saudável questionar.

<sup>94</sup> No *Diário Íntimo* (26 de dezembro de 1904) Lima Barreto confessa: “Porque... o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto e ele far-me-á grande” (BARRETO, 2001a, p. 1225).

<sup>95</sup> Os críticos de sua época avaliavam suas obras a partir dos estereótipos de “mulato inconstante e desleixado”.

asilo. Por se enxergar como um “não membro” da sociedade, um estrangeiro à própria pátria, o sentimento de exílio o leva a um asilo: a literatura. É ela que vai permitir que o autor repense sua vida, dê voz a quem não é ouvido e denuncie a ciência positivista e os crimes de sequestração.

A ideia de voz coletiva é totalmente “aplicável” quando olhamos para a obra de Lima Barreto<sup>96</sup>. Ele dá voz aos silenciados, mas também faz parte deste grupo. Seu discurso carrega, em tempo simultâneo, uma voz coletiva e singular, pois retrata suas vivências dentro do hospício como também a de seus colegas de segregação. Essa interferência de discursos nos revela a dor e a amargura dos pacientes.

No decorrer da obra, e senão por meio dela, noto que L.B traduz para linhas escritas as dolorosas imagens capturadas por seu olhar:

O meu pensamento era par a humanidade toda, para a miséria, para o sofrimento, para os que sofrem, para os que todos amaldiçoam. Eu sofria honestamente por um sofrimento que ninguém podia adivinhar; eu tinha sido humilhado, e estava, a bem dizer, ainda sendo, eu andei sujo e imundo, mas eu sentia que interiormente eu resplandecia de bondade, de sonhos de atingir à verdade, do amor pelos outros, de arrependimento dos meus erros e um desejo imenso de contribuir para que os outros fossem mais felizes do que eu, e procurava e sondava os mistérios da nossa natureza moral, uma vontade de descobrir nos nossos defeitos o seu núcleo primitivo de amor e de bondade (BARRETO, 2004b, p. 185).

Afastando-se da companhia dos internos, Lima Barreto encontra na literatura um abrigo, uma saída de escape. Como o meio em que estava inserido, isto é, o hospício, moldava, paulatinamente, os indivíduos, levando, inclusive aqueles que não apresentavam sintomas psiquiátricos, à insânia, a literatura permite que L.B. se afie à lucidez ou tente chegar mais perto dela. Dessa forma, entendo que o escritor tinha plena consciência de que o hospício era capaz de esvaziar o ser, de aniquilar a subjetividade dos indivíduos internalizados. Nesse sentido, em *Literatura e Resistência*, Bosi salienta que Lima Barreto fala a partir do ponto de vista do negro, do humilhado. É a partir da impotência, na face de intelectual, que “nasce a potência de sua crítica social e política” (BOSI, 2002, p. 258).

---

<sup>96</sup> Lima Barreto registra, em *O destino da literatura*, seu compromisso com a literatura, pois acreditava que ela era um meio de fazer-nos “[...] tudo compreender; entrando no segredo das vidas e das coisas, a Literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. Ela tende a obrigar a todos nós a nos tolerarmos e a nos compreendermos; e, por aí, nós nos chegaremos a amar mais perfeitamente na superfície do planeta que rola pelos espaços sem fim” (BARRETO, [1919], p. 38).

### 3.1 ESCRITA DE ESCAPE

Decidi falar aqui a respeito das questões sobre exílio e asilo porque parto do pressuposto de que o louco é reconhecido como estranho à sua própria pátria<sup>97</sup>, é visto como outro, como um estrangeiro, excluído. É uma condenação ética. Eu poderia ter tratado desses temas no capítulo anterior, contudo, nesta, o olhar de quem esteve nas vestes de interno é o sustentáculo. O olhar de quem experimentou, não apenas na literatura, a dor da segregação social. A dor de ser um desatino.

O que Luciana Hidalgo chama de literatura da urgência em *Literatura da urgência: Lima Barreto no domínio da loucura*, eu chamo de literatura de escape. Entendo que Lima Barreto tenha encontrado asilo na escrita, pois foi uma forma do escritor se manter vivo, de manter viva a sua memória, o seu relato de denúncia. A escrita surge como reação ao processo de institucionalização.

Lima Barreto foi um observador, pois investigava e registrava o que via. O escritor convertia suas anotações e percepções em ficção, dando a obra um tom menos artificial, deixando-a mais próxima da realidade. Em vários contos, seus personagens vagam pelas ruas e pelos subúrbios observando e descrevendo a

---

<sup>97</sup> A temática do exílio nos leva à diversas reflexões. Dentre elas, o que é ser um cidadão. De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (online), “cidadão” é um substantivo masculino que se refere a um “indivíduo no gozo de seus direitos civis e políticos de um estado livre”; a um “habitante de uma cidade, um cidadão” (este, adjetivo). Refletindo, me dei conta de que a expressão “alienado” tem a mesma origem etimológica de alienígena, de alien, de estrangeiro, de fora do mundo e da realidade. Tem relação com a incapacidade de se exercer a cidadania. Juntando essas ideias, imaginei o que a Constituição Federal diz a respeito dos cidadãos. Como a ideia de “cidadão brasileiro” não se difere nas outras Constituições Federais (1934 (Segunda República); 1937 (Estado Novo); 1946; 1967 (Regime Militar); 1988 (Constituição Cidadã) e Lima Barreto viveu entre os anos de 1881 a 1922, escolhi a Constituição Federal do Brasil República, de 1891, como ponto de partida. O Artigo 69 diz que são cidadãos brasileiros aqueles nascidos no Brasil, “ainda que de pai estrangeiro, não, residindo este a serviço de sua nação; os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República; os filhos de pai brasileiro, que estiver em outro país ao serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se; os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem; os estrangeiros que possuem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade; os estrangeiros por outro modo naturalizados”. No entanto, conforme o inciso primeiro do Artigo 70, “não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados: os mendigos; os analfabetos; as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual”. Os casos particularizados em que “os direitos de cidadão brasileiro só se suspendem ou perdem” estão previstos pelo Artigo 71, que diz: “§ 1º - Suspendem-se: a) por incapacidade física ou moral; b) por condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos [...]” (BRASIL, 1988).

cidade. Sobre isso, em *Lima Barreto: triste visionário*, Lilia Moritz Schwarcz (2017, p. 163) destaca:

Se Lima ia virando um personagem na cidade, era durante o trajeto percorrido todos os dias – da rua Boa Vista, no subúrbio de Todos os Santos, até a secretaria da Guerra, que ficava na Praça da República, e vice-versa – que o escritor encontrava tempo para observar os passageiros, a arquitetura dos vários bairros e estações de trem, os tipos, os vizinhos, a ‘aristocracia suburbana’, os funcionários públicos como ele, os estudantes, os ‘humilhados’, os operários, as senhoras, as moças.

Foi a partir dos relatos do *DH* que confirmei o que disse Foucault. O interno é um exilado, um expatriado em seu próprio país. Pensando nisso, na temática do exílio, assunto que vem ganhando força na academia, cheguei aos estudos de Edward Said e de Jean-Luc Nancy. Em *Reflexões sobre o exílio*, Said nos dá uma visão ampliada sobre o exílio e sobre o exilado. Para Said (2003, p. 46) o exílio é “uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar” em que “um exilado está sempre deslocado” (SAID, 2003, p. 54).

Na ótica de Nancy, em *Existencia exilada*, o exílio não se restringe apenas ao território geográfico, mas a própria existência. Nancy diz que “parece como se houvesse uma espécie de exílio constitutivo da existência moderna e que o conceito constitutivo dessa existência fosse ele mesmo o conceito de um exílio fundamental: um “‘estar fora de’, um ‘ter saído de’, e não apenas num sentido de ser arrancado de sua terra natal”<sup>98</sup> (NANCY, 1996, p. 35; tradução nossa). É o sentido de partir absolutamente.

De acordo com Nancy, o exílio, como sua verdadeira etimologia sugere (*ex* + *ei* = ir), “é um movimento de saída do próprio: fora do lugar próprio, fora do ser próprio, fora da propriedade em todos os sentidos e, portanto, fora do lugar próprio como lugar natal, lugar nacional, lugar familiar, lugar da presença do próprio em geral”<sup>99</sup> (NANCY, 1996, p. 35-36; tradução nossa). Devido as diferenças de equivalência entre as línguas portuguesa e espanhola, optei por, a partir deste ponto, chamar o “lugar do próprio” de “lugar de pertencimento” (em espanhol *pertenencia*).

---

<sup>98</sup> “Parece, pues, como si hubiera una especie de exilio constitutivo de la existencia moderna, y que el concepto constitutivo de esta existencia fuera él mismo el concepto de un exilio fundamental: un «estar fuera de», un «haber salido de», y ello no sólo en el sentido de un ser arrancado de su suelo” (NANCY, 1996, p. 35).

<sup>99</sup> “Exilio es un movimiento de salida de lo propio: fuera del lugar propio, fuera del ser propio, fuera de la propiedad en todos los sentidos y, por lo tanto, fuera del lugar propio como lugar natal, lugar nacional, lugar familiar, lugar de la presencia de lo propio en general” (NANCY, 1996, p. 35-36).

A existência como exílio é vista, geralmente, de maneira equivocada. É comum pensar num exílio existencial, porém, o que Nancy quis dizer ao falar da “existência exilada”, é que ela deve ser vista como abertura e saída, como uma possibilidade de pertencimento e não como um refúgio. É ser um exílio. Para Nancy, a existência consiste no exílio e o exílio constitui a existência. Em suma, entende-se que não é o ponto de partida nem o de chegada que importam. O exílio existe porque há um constante lançar-se e esse lançar-se é o próprio eu. A existência está sempre em trânsito, ela não é definida<sup>100</sup>.

Tanto Edward Said quanto Jean-Luc Nancy afirmam que o exílio é uma passagem para o novo, é uma experiência negativa que pode resultar numa positiva, numa transformação. Para Said (2003, p. 54), na busca de “compensar a perda desorientada”, o exilado cria um novo mundo para governar. Já para Nancy “o exílio é uma passagem pelo negativo ou pelo próprio ato da negatividade que é compreendida como o motor, o recurso ou uma mediação que garante que a expropriação termine por se (re)converter numa (re)apropriação”<sup>101</sup> (NANCY, 1996, p. 36; tradução nossa).

É nesse sentido que muitos encontram alento na escrita, muitos se sentem amparados por ela. “Não surpreende que tantos exilados sejam romancistas, jogadores de xadrez, ativistas políticos e intelectuais” (SAID, 2003, p. 54). A escrita, o ato de escrever, como apontou Irandé Antunes em *Lutar com palavras*<sup>102</sup>, nos permite um encontro com o nosso próprio ser.

Para aquele que está em exílio, a escrita, além de ser a perseguição do outro eu, é uma forma de experimentação de si pelo outro e nesse outro – que também é o eu – enxergamos nossas projeções, nosso próprio reflexo:

Os exilados estão separados das raízes, da terra natal, do passado [...] os exilados sentem uma necessidade urgente de reconstituir suas vidas rompidas e preferem ver a si mesmos como parte de uma ideologia triunfante ou de um povo restaurado. O ponto crucial é que uma situação de exílio sem essa ideologia triunfante – criada para reagrupar uma história rompida em um novo todo – é praticamente insuportável e impossível no mundo de hoje (SAID, 2003, p. 50).

---

<sup>100</sup> Como bem já havia observado Heráclito: “Nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio... pois na segunda vez o rio já não é o mesmo, nem tão pouco o homem!”.

<sup>101</sup> “El exilio es un pasaje por lo negativo o el acto mismo de la negatividad, comprendida ésta como el motor, el recurso a una mediación que garantiza que la expropiación termine reconvirtiéndose en una reapropiación” (NANCY, 1996, p. 36).

<sup>102</sup> ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

Tendo a escrita como um encontro com o nosso próprio eu e como criadora de novos mundos, podemos dizer que ela pode oferecer um refúgio para aqueles que estão separados de suas raízes. Nancy disse que a existência exilada é ser, a si mesmo, um exílio. Se pensarmos por esse viés, chegaremos à conclusão de que, ao passo que a escrita proporciona um encontro com o eu, no ato de escrever proporcionamos a nós mesmos uma possibilidade de pertencimento e, assim, um exílio, ou, melhor dizendo, de acordo com Nancy, de asilo. Inicialmente, no exílio deixamos o lugar do próprio, de pertencimento, porém, na medida em que a “expropriação se (re)converte numa (re)apropriação”, encontramos asilo, ou seja, reencontramos, em nossa própria existência, uma saída, uma forma de abrigo.

Como apontou Said, na literatura encontramos personagens exilados, escritores que escrevem em situação de exílio ou que escrevem sobre exílio. Se pesquisarmos, encontraremos inúmeras obras da literatura universal de diversos períodos da história com relatos de exílio. Contudo, vale lembrar que o exílio não é apenas geográfico, ele pode estar relacionado, por diversas razões, à existência e à sociedade, por exemplo.

Percebo que Lima Barreto vivia em uma incompreensão, numa nébula, como excluído e privado da vida em sociedade. Contudo, na busca de tentar “desborrar”, de deixar mais claras suas ideias, pensamentos e observações do meio em que estava inserido, buscou a escrita, a escrita do eu para a (re)descoberta de si. Um exílio<sup>103</sup> enquanto existência. Num primeiro momento percebo que sua existência é exilada, não no sentido apontado por Nancy, mas por Said, em que o indivíduo está separado de suas raízes (da vida em sociedade), de sua terra natal, do lugar de pertencimento. Num segundo momento, agora sim na ótica de Nancy, depois que o escritor passa pela experimentação da escrita em que encontra, além de si mesmo, o sentimento de libertação, Lima Barreto encontra asilo em si mesmo.

Estando exilado, o fio condutor para a libertação pessoal, para o exílio como saída, foi o laço que o ligavam à sua própria existência: “O exílio baseia-se na existência do amor pela terra natal e nos laços que nos ligam a ela – o que é verdade para todo exílio não é a perda da pátria e do amor à pátria, mas que a

---

<sup>103</sup> Para um estudo mais detalhado a respeito do exílio na obra de Lima Barreto, ver a Tese de Doutorado de Keli Cristina Pacheco. PACHECO, Keli Cristina. *Lima Barreto/Roberto Arlt: a comunidade em exílio*. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92401>. Acesso em: 20 maio 2019.

perda é inerente à própria existência de ambos” (SAID, 2003, p. 59). Por ter medo da ciência e, conseqüentemente de sua própria descendência e de seu vício, Lima Barreto encontra essa libertação porque, se atendo às suas memórias e revirando todo o seu caso, ele manteve laços com o seu lugar de pertencimento, com sua subjetividade. É denunciando as condutas da época que L.B. se mantém vivo.

Não posso negar o fato de que o exílio levou Lima Barreto a situações de violência, como por exemplo o desejo de ter sido um outro, de ter vivido outra vida. No entanto, esse mesmo exílio foi, também, o próprio refúgio. O exílio o levou à escrita<sup>104</sup>, que foi e é uma produtora de realidades e uma força de libertação. A escritura ficcional apareceu como um lugar que aponta para um possível. Ela permitiu o novo, possibilitou que o escritor criasse e governasse seu próprio mundo. A expropriação, como apontou Nancy, foi capaz de se (re)converter numa (re)apropriação. O exílio foi a motivação do ‘ser’ exílio, da busca, incansável, pelo pertencimento, pelo acerto de contas<sup>105</sup> de L.B. com ele mesmo<sup>106</sup>.

De modo geral, a loucura foi um meio transformador que possibilitou o espaço de fala em primeira pessoa, foi a oportunidade do escritor se apropriar de um olhar totalmente político para questionar a crença na onipotência da ciência. Foi a oportunidade de L.B. dar fala ao outro, ao excluído, ao silenciado.

É engraçado ver que, em muitos artigos que se referem a obra de Lima Barreto, estão as seguintes frases: “voz una e coletiva”, “porta voz da sociedade”. Bom, acredito que isso já deveria estar claro e óbvio. Se Lima Barreto faz um conjunto de obra que questiona as condutas de seu tempo, não haveria sentido se fosse fitando apenas o próprio umbigo<sup>107</sup>. Dizer que ele representa a voz da

---

<sup>104</sup> Sobre sua escrita, Osman Lins salienta que Lima Barreto usa a linguagem como arma contra os mecanismos de dominação social: “A escrita é para ele, antes de tudo, um instrumento. Tem, portanto, uma função mais utilitária que lúdica, sem que isto signifique desinteresse pelos problemas expressivos. Apenas, o encargo que ele assume não será o de renovar a língua e sim o de retemperá-la” (LINS, 1976, p. 78). Não concordo com Lins. Acredito que Lima Barreto renova a língua sim, ele dá a ela o tom oral, ele reinventa a língua literária do Brasil, afastando-a do português lusitano. Já para Cândido, “Lima Barreto é um autor vivo e penetrante, uma inteligência voltada com lucidez para o desmascaramento da sociedade e a análise das próprias emoções, por meio de uma linguagem cheia de calor” (CANDIDO, 1987b, p. 39).

<sup>105</sup> Beatriz Resende observa que escrever, para Lima Barreto era “uma maneira de escapar do silêncio, a escrita simulando a vida, ou uma prática destinada a exercitar a palavra, a frase, a escrita, que se prepararia para voos maiores. Essas anotações foram como que uma condição de salvação, de manter a lucidez e não perder a perspectiva crítica” (RESENDE, 1993, p. 173).

<sup>106</sup> A partir do exercício da escrita, Lima Barreto nos mostra que a loucura é um “sutil relacionamento que o homem mantém consigo mesmo” (FOUCAULT, 2017, p. 24).

<sup>107</sup> Osman Lins destaca que “encontraremos, em suas páginas íntimas [de Lima Barreto], expressões de desalento, mas não de autocomiseração. Mesmo as alusões constantes ao problema da cor ou à adoração nacional pelos doutores, embora ligadas a experiências pessoais, voltam-se para fora, para



coletividade é tão óbvio como afirmar a tese do branqueamento do século XIX. A militância política na obra de Lima Barreto é mais que o significado simplista do vocábulo ‘militar’, é descortinar, desatar os nós que nos prendem na cegueira que o sistema nos conduz.

Bosi destaca que em Lima Barreto:

As cenas de rua ou os encontros e desencontros domésticos acham-se narrados com uma animação tão simples e discreta que as frases não brilham por si mesmas, isoladas e insólitas (como resultava da linguagem parnasiana), mas deixam transparecer naturalmente a paisagem, os objetos e as figuras humanas (BOSI, 1967, p. 95).

É nesse sentido que entendendo que o conjunto da obra de Lima Barreto é constituído por minirrelatos<sup>108</sup> da cidade do Rio de Janeiro. É como se Lima Barreto registrasse uma fotografia do tempo e do cenário carioca em que a sociedade brasileira ainda vivia sob o espectro escravocrata. O autor captura os fatos e os “revela” por meio das palavras, da literatura. Ele traduz o intraduzível. Dessa forma, encontrarmos em sua obra uma clara expressão do homem negro, do bêbado e do louco em face de seu tempo e do meio em que estava inserido. Ele dá voz às classes mais pobres, sendo o primeiro escritor a colocar no centro da literatura um novo herói, o homem louco, o alcoolista. Ele positiva os negros, as negras, os mulatos e os bêbados. Nesse sentido, Nicolau Sevcenko (2003, p. 230) observa, em *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*, que “excluídos os grandes potentados e os plutocratas, era principalmente nas camadas médias e baixas da população que o escritor fixava o seu padrão de identificação e definia as suas simpatias”.

Pra Lilia Moritz Schwarcz (2017, p. 187):

---

a sociedade que conhece e sobre a qual testemunha. Lima Barreto não combate em seu próprio benefício; os preconceitos e as injustiças despertam a sua ira pelo que são, e não pelo fato de atingirem a *e/e*. Longe de ser – e só isto – um ressentido, é um lutador, um escritor consciente das desigualdade, das degradações de natureza ética ou estética, um ser humano cheio de fervor, sonhando um mundo menos estúpido e clamando até à morte – sem meios termos, sem frieza, assumindo posições claras, com truculência, com cólera – a sua verdade” (LINS, 1976, p. 25). Lima Barreto concebia a arte escrita como um elemento para “soldar, ligar a humanidade”, e estabelecer “a comunhão dos homens de todas as raças e classes” (BARRETO, [1919], p. 10 apud PEREIRA, 1973, p. 294-295).

<sup>108</sup> Perscrutava-se, em Lima Barreto, o “anseio de revelar em seus textos um retrato maciço e condensado do presente, carregado do máximo de registros e anotações de vários níveis em que o saber do seu tempo permitia captar e compreender o real. [...] Comesse método contundente, o autor podia transmitir direta e rapidamente aos seus leitores a sua concepção e o seu sentimento relativo aos eventos que o circundavam. [...] Tudo concorre para compor um imenso mosaico, rude e turbulento, que despoja a Belle Époque de seus atavios de opulência e frivolidade” (SEVCENKO, 2003, p. 190-191).

Quando Lima fala dessas populações o afeto que ele guarda não distingue os personagens urbanos dos suburbanos. No entanto, se a cidade do Rio será palco de tantos romances e contos da época, é bem mais raro achar quem eleja moradores dos subúrbios como heróis da narrativa: miseráveis como protagonistas: ‘negros’, ‘mestiços’ e ‘pardos’ como personagens centrais. É esse universo extenso que o autor vai construindo por meio de seus romances, crônicas e contos. Um Rio de Janeiro alargado é seu posto de observação, e os subúrbios, seu ambiente privilegiado de inspiração. Região e espaço são marcas fundamentais de tal literatura. Não há subúrbio sem centro e vice-versa.

É a partir da consciência das condições pessoais – negro, suburbano, rodeado pela catástrofe familiar e rebelde político – e, a partir delas, que as obras de Lima Barreto se tornam retratos das tensões de sua época. O Rio de Janeiro era, para o escritor, o espelho da decadência moral, onde a República consistia num regime que incentivava e reforçava o preconceito da cor, de classe e pregava o egoísmo. Sendo assim, acredito que a obra de L.B. ultrapassa todas as fronteiras do subjetivo e cruza com a crítica cultural. Ele problematiza as questões raciais questionando a crença de que a ciência tudo podia.

### 3.2 O PECADO DA COR

No segundo semestre de 2019 cursei a disciplina de Estágio em Docência. Cumpri a carga horária na disciplina de Teorias críticas, ministrada pela professora Dr.<sup>a</sup> Silvana Oliveira. A temática do semestre era Literatura de minorias e crítica feminista. Tive a difícil tarefa de optar por apenas um texto literário que não fosse muito extenso. A ideia era ler o texto com a turma e, posteriormente, discuti-lo. Como ano letivo já estava prestes a acabar e no dia três de dezembro houve paralização na universidade, precisei ministrar a aula no papel.

Buscando na memória textos que me levassem às discussões da disciplina, me recordei de *Mar Azul*, de Paloma Vidal, de *A manta do soldado*<sup>109</sup>, de Lídia Jorge, do conto *Marido*<sup>110</sup>, também de Lídia Jorge, dos poemas de Gabriela Mistral<sup>111</sup> e de Alfonsina Storni<sup>112</sup>. Me recordei com muita saudade da obra que

---

<sup>109</sup> JORGE, Lídia. *A manta do soldado*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

<sup>110</sup> JORGE, Lídia. Antologia de contos. Org. Marlise Vaz Bridi. São Paulo: Leya, 2014.

<sup>111</sup> Poetisa, educadora, diplomata e feminista chilena. (1889-1957). Recebeu o Nobel de Literatura em 1945.

<sup>112</sup> Poetisa argentina. (1892-1938).

estudei no meu Trabalho de Conclusão de Curso, *Desengaños Amorosos*<sup>113</sup>, de María de Zayas. Essas são obras que, por sua profundidade em temas totalmente existências e que retratam a mulher como caça do patriarcado, me levam até a Crítica Feminista, tema que muito tem me saltado aos olhos. No entanto, como venho, há mais de dois anos, pesquisando sobre temáticas sociais mais relacionadas ao preconceito racial, invoquei o senhor Afonso Henriques de Lima Barreto para aquela aula.

Dentro do vasto universo de contos publicados por Lima Barreto, me deparei com *O pecado* (anexo F). Nesse conto, L.B. ultrapassa as fronteiras do subjetivo e cruza com a crítica cultural. Ele problematiza as questões raciais falando sobre o pecado da cor. No entanto, o escritor transfere a narrativa para outro plano. Ele nos direciona ao Eterno, na “repartição celestial”.

São Pedro preparava-se para receber a próxima leva de “ex-vivos”<sup>114</sup> quando decidiu ler a lista com as informações dos novos habitantes celestiais. Ficou espantado ao se dar conta que uma “alma excepcional” como a de P. L. C. não iria “assentar-se à direita do Eterno e lá ficar, *per saecula saeculorum*, gozando a glória perene de quem foi tantas vezes santo...” (BARRETO, 2010b, p. 547).

Não importava que P. L. C. fosse “ignaro” ou “pobre de espírito”, o importante, aparentemente, é que fosse casado, casto e caridoso. A leitura do santo porteiro foi de suma importância, pois, se não fosse isso, o céu poderia ficar “de todo estragado” para todo o sempre. Depois de procurar o porquê daquela alma não adentrar o Eterno, eis a revelação: a alma era a de um negro. Ele estava designado ao purgatório. O mais terrível pecado daquela alma foi o de ter nascido negro. Não importava que tivesse qualidades. Ser negro era sinônimo de impureza, de erro.

Claramente estamos diante de um júri celestial em que a ideia de perfeição, de uniformização de indivíduos aptos para adentrar o céu é integral. Por muitos

---

<sup>113</sup> ZAYAS Y SOTOMAYOR, María de. *Parte segunda del Sarao y entretenimiento honesto* [Desengaños amorosos]. Ed. introdução e notas Alicia Yllera. 7. ed. Madrid: Cátedra, 2009.

<sup>114</sup> No conto *O cemitério*, Lima Barreto diz que a morte é a niveladora devido ao “apagamento que ela traz às condições e às fortunas” (BARRETO, 2010a, p.304). Em primeiro de novembro de 1922 o escritor é enterrado no cemitério São João Batista, onde, anos antes e anos depois, foram enterrados famosos e figuras políticas. Apesar de alguns túmulos serem mais arquitetônicos do que outros, o cemitério é um grande depósito de corpos que estariam “reduzidos a uma pasta fedorenta, debaixo de uma porção de terra embebida de gordura” (BARRETO, 2010a, p. 305). Todos que ali jazem se encontram na mesma condição. Contudo, vemos em *O pecado* que o ato da morte pode reduzir os indivíduos ao mesmo estado mórbido, porém, depois da morte, as convenções religiosas têm a importante função de selecionar as almas aptas a adentrar o celestial e designar as inaptas ao purgatório. Ou seja, talvez a igualdade seja uma ilusão.

séculos a igreja foi tida como uma potência que tinha influência nas decisões governamentais. Observo que Lima Barreto se apropriou dos elementos do catolicismo – igreja oficial –, para criticar a tese do branqueamento da sociedade e de purificação da raça, uma vez que, na época, a igreja e a psiquiatria buscavam um método de salvar a alma humana, eram instancias de comando da sociedade. No entanto, quando a psiquiatria foi consolidada, a igreja perdeu seu poder, sendo a ciência, a partir de então, a instância responsável por decidir o destino dos indivíduos. No conto, a religiosidade é tida como portadora da Verdade absoluta, como instância que decide o destino das almas, que decide, também, pautada na cor de pele, quem é pecador e quem é santo.

De forma velada, L.B. nos mostra que a ciência não pôde tudo. Se, em vida, a ciência não foi capaz de erradicar os negros e degenerados e dar conta da teoria das raças, seria no plano celeste que a igreja mostraria sua superioridade em relação à ciência e não permitiria que aqueles adentrassem o Eterno. Se o Brasil falhou na tese do branqueamento, no céu não haveria exceções<sup>115</sup>. Assim como no plano terreno, no celestial, o negro e o degenerado também eram tidos como infortúnios, sendo capazes de estragar o Eterno.

Com o ideal de branqueamento social da época, Lima Barreto foi menosprezado, excluído pela sociedade e sua capacidade intelectual questionada<sup>116</sup>, assim como Machado de Assis. Os escritores viviam em um Brasil em que o discurso científico evolucionista explicava as diferenças internas. Era a partir da ciência que as diferenças eram reconhecidas e as inferioridades determinadas (SCHWARCZ, 1993, p. 38).

Não posso deixar de destacar a passagem “Aí pela tardinha, ao findar a escrita, o funcionário celeste (*um velho jesuíta encanecido no tráfico de açúcar da América do Sul*) tirava uma lista explicativa” (BARRETO, 2010b, p. 547, grifo nosso). Nesse trecho podemos notar parte da sátira presente no conto. O tráfico de açúcar é sinônimo de tráfico de escravos. É curioso o fato de que um jesuíta (membro da Companhia de Jesus), ou seja, um religioso, estivesse envolvido nesses assuntos e, ainda, habitasse o Eterno. Curioso porque, pelo meu entendimento, perante Deus

---

<sup>115</sup> Foucault (2017, p. 87-88) observa que “a coação humana ajuda a justiça divina ao esforçar-se por torna-la inútil. A repressão adquire assim uma dupla eficácia, na cura dos corpos e na purificação das almas”.

<sup>116</sup> Tinha-se a visão de que um negro jamais poderia ser um escritor, ainda mais se quebrasse o silêncio sobre a realidade.

somos todos iguais. Esse capítulo da História é contraditório. Os jesuítas e religiosos foram coniventes com diversas atrocidades. O Eterno deveria ser o destino desses? Me questiono a respeito do que realmente importava para a subida aos céus, o caráter e os atos praticados na vida terrena ou a cor da pele?

Dessa forma, a crítica do conto se estende às instâncias católicas que sempre contribuíram para a escravidão no Brasil. Em nome de Deus se justificava a redenção por meio do purgatório terreno: o cativo. Mesmo que os negros tivessem sido libertos pela Lei Áurea<sup>117</sup>, não havia garantia aos mesmos direitos e às mesmas oportunidades dadas aos brancos, sobretudo aos brancos ricos. Pelas palavras impressas no conto é possível perceber que a abolição havia ocorrido no plano terreno, não no celestial.

Sendo assim, o conto revela poderes que atravessam a sociedade e suas relações. Ele mostra o lugar e o não lugar do negro, a privação da autonomia do ser. A abertura do texto exige uma leitura que receba os textos literários produzidos por negros como formas de denúncia e não de forma de oculta-los.

Se o pecado de P. L. C. foi o de ter nascido negro, Lima Barreto também pecou, mas não foi o pecado da cor. Seu pecado, julgado por quem questionou, pautado nos discursos cientificistas, seu intelecto e sua sanidade, foi o de questionar o silêncio sobre assuntos que envolviam a realidade do Brasil.

O conto mostra como o céu é um espelhamento da sociedade terrena. Aqui, o negro também não entra socialmente falando por sua cor. O negro foi visto, desde sempre, como inferior, como uma raça degenerada. Cito o quinto capítulo do livro *Textualidades contemporâneas – as correntes da crítica literária nos séculos XX e XXI*, “Literatura de minorias étnico-raciais e sexuais”, de Oliveira e Rocha. As autoras fazem uma retomada da situação do afrodescendente no cenário político-social e literário no Brasil, bem como destacam as características da literatura indígena e da homoerótica.

Focando na literatura Afro-Brasileira, ela:

Deve fugir dos estereótipos firmados ao longo do seu processo evolutivo, que inicialmente caracterizava o negro através dos seus atributos físicos, sua sensualidade, sua fala e sua falta de inteligência e dar lugar a um discurso de denúncia e retomada de consciência (OLIVEIRA; ROCHA, 2012, p. 131).

---

<sup>117</sup> Em 1888, o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravatura. Durante 350 anos o Brasil foi destino de 4,5 milhões de escravos africanos.

Deveríamos reconhecer o negro, e não somente ele, como o povo que, sendo explorado e maltratado, contribuiu para a construção do Brasil. Lendo este último capítulo do livro me recordei do documentário *A Negação do Brasil – O negro na telenovela brasileira*. É interessante notar que os atores negros não recebem papéis de protagonistas nas novelas e/ou minisséries. O papel que resta para esses atores é o de empregado doméstico. Não é de se espantar que o negro seja excluído de espaços como as novelas televisivas. Era e é, justamente nos momentos de entretenimento, que a ideia de exclusão ou de papel secundário do negro era/é implantada. É lamentável que o preconceito de raça estruturante ainda esteja vigente na cultura televisiva. É lamentável que a raça delimitava, e ainda delimita, sobretudo no Brasil, um marcador de diferenças e desigualdades, lógica que anula a individualidade, classificando todos como inferiores.

\*\*\*

## 4 CONTRASTES

*Ao lermos com atenção as obras de historiadores, veremos que as grandes irrupções da experiência subjetiva privatizada ocorrem em situações de crise social, quando uma tradição cultural (valores, normas e costumes) é contestada e surgem novas formas de vida.*  
Figueiredo & Santi

“Há males que vêm para o bem”. Você já deve ter ouvido esse dito popular. Em *História da Loucura*, Foucault (2017, p. 87) diz que o manicômio “faz bem ao fazer o mau”. Apesar da inversão da sentença, a ideia das frases é a mesma. Como isso pode ter sentido?

É verdade que toda a história da psiquiatria foi de grande importância para as descobertas da medicina. Hoje já existem milhares de estudos sobre os mais diversos temas e das mais diferentes ramificações da psicologia e da psiquiatria. No entanto, não posso deixar de salientar o estigma deixado por todo o caminho de estudo da medicina.

Desde o século XV o louco foi excluído, porém, foi no XVII que se viu a necessidade de criar um espaço específico para esses indivíduos. O que era para ser um isolamento terapêutico acabou se tornando uma segregação em que, “além dos loucos, eram internados devassos, pais dissipadores, filhos pródigos, blasfemadores, homens que ‘procuram se desfazer’, libertinos” (FOUCAULT, 2017, p. 111). Para a sociedade da época, era pela doença que se explicava o fracasso do país. Como o Estado mantinha os hospícios, as sequestrações eram cômodas, a sociedade era conivente, apoiadora.

Acredito que esteja explícito o porquê da gravidade da história da loucura<sup>118</sup>. Na busca de dilatar as fronteiras da ciência, os psiquiatras prometiam a cura, o tratamento, porém, com discursos apoiados cientificamente na noção de eugenia e degeneração, davam às pessoas uma estadia vitalícia no hospício, onde elas eram escravizadas e submetidas a condições sub-humanas.

---

<sup>118</sup> Nesse sentido, Hidalgo (2008b, p. 36) observa que “a psiquiatria brasileira acumulou estatísticas bárbaras: um censo realizado em 1981 na Colônia Juliano Moreira revelou que 22% da população de alienados, internados ali desde a década de 1930, jamais haviam apresentado qualquer quadro psiquiátrico. Abandonados pelas famílias de origem, sob a tutela do Estado, tinham-se perdidos nos trâmites burocráticos da restituição da cidadania. Muitos eram, simplesmente, mendigos”.

#### 4.1 POR QUE A LOUCURA É UM PERIGO?

A essa altura, abril de 2020, eu já deveria ter submetido esta dissertação à banca examinadora. No entanto, como todos os seres humanos, enfrentei uma série de problemas pessoais que acabaram interferindo na minha vida acadêmica. Meu cérebro simplesmente parou de funcionar. Eu estava perdida em meio ao medo e ao pensamento da incerteza.

Para somar, neste momento de escrita o mundo está enfrentando a pandemia do COVID-19. Nos encontramos em isolamento social, privados do convívio com as pessoas que amamos, dos passeios dos finais de semana e de tantas outras coisas que costumávamos fazer. Nos isolamos para que o vírus não se propague ainda mais e mate mais pessoas. Foi nesse cenário que encontrei ânimo para a escrita.

Sempre tive apressado pelos momentos de individualidade dos que em sociedade. Agora que o contexto social é outro, me encontro em agonia. Não pude deixar de pensar em como esse isolamento nos muda internamente. Agora somos forçados a pensar no essencial, a comprar o essencial e manter os laços essenciais. Nossas prioridades mudaram. Agora somos forçados a pensar no coletivo. Nos isolamos em prol do coletivo.

Com tudo isso, nossa saúde mental foi posta em jogo. A combinação do isolamento social com as notícias das mídias nos desestabilizou, nos fragilizou. Apesar disso, as pessoas estão buscando ajuda psicológica, não estão caladas. É admirável ver que, apesar de todo o cenário de desespero parecer interminável, há empatia de algumas partes. Alguns psicólogos estão utilizando suas redes sociais para enviar mensagens ou técnicas de como lidar com a ansiedade, por exemplo. É interessante ver que esse momento desencadeou a criação de uma série de perfis nas redes sociais, sejam eles para denunciar assédio sexual, a violência contra a mulher ou para compartilhar as aflições pessoais, uma vez que esses índices aumentaram nesse período de isolamento.

Sempre pensando na dissertação, não pude deixar de pensar nos manicômios. Esse sistema de propagação de morte e violência, de privação do convívio em sociedade, dos direitos humanos. De maneira forçada, sem poder orquestrar suas próprias vidas, os indivíduos institucionalizados foram privados de suas vidas em sociedade, foram privados de ser quem eram ou, de simplesmente, “ser”.



Se no agora, quando tenho tudo a meu favor (internet, alimentação digna, onde dormir, roupas quentes, água potável etc.), noto que, ainda em liberdade, o isolamento nos leva à mudança, penso o quanto um isolamento forçado – totalmente sem liberdade e sem o básico e digno para se viver – pode ser catastrófico para esses indivíduos.

\* \* \*

Dezoito de maio de mil novecentos e oitenta e sete é a data que marca o início da luta pela extinção dos manicômios no Brasil. Essa data remete ao Encontro dos Trabalhadores da Saúde Mental<sup>119</sup>, ocorrido na cidade de Bauru, São Paulo, que reuniu mais de trezentos e cinquenta trabalhadores. Nessa ocasião foi redigido o manifesto que tinha como objetivo a luta pelos direitos das pessoas com sofrimento mental.

O movimento antimanicomial iniciou-se no final da década de oitenta, mas a lei (Lei 10.216 – anexo G) que visava a reforma psiquiátrica no Brasil e que ofereceria um novo modelo de cuidados em Saúde Mental só foi aprovada em 2001. Um novo modelo de cuidado para os indivíduos que sofriam e sofrem com doenças mentais foi estabelecido, no entanto, ainda encontramos informações de que algumas instituições ainda utilizam métodos ultrapassados e proibidos como a camisa de força, por exemplo, para conter os pacientes.

Fruto de uma construção árdua de inúmeros profissionais da área da saúde e da sociedade civil organizada, em particular do movimento de luta antimanicomial, a Lei foi aprovada, na verdade, doze anos após sua proposição. Em 1989, o Projeto de Lei nº 3.657 foi apresentado na Câmara Federal pelo psiquiatra Paulo Delgado.

---

<sup>119</sup> Sobre isso, Paulo Amarante diz: “Em 1978, eu e mais dois colegas plantonistas do Centro Psiquiátrico Pedro II, no Engenho de Dentro, decidimos denunciar uma série de violações aos direitos humanos das pessoas lá internadas. Como se tratou de uma denúncia escrita, registrada em documento oficial, a resposta foi imediata e violenta, como era comum naqueles tempos. Além de nós três, foram demitidos mais 263 profissionais que ousaram nos defender ou que confirmaram nossas denúncias. Nasceu aí o movimento de trabalhadores da saúde mental que, dez anos mais tarde, transformou-se no movimento de luta antimanicomial, ainda hoje o mais importante movimento social pela reforma psiquiátrica e pela extinção dos manicômios. Não denunciávamos apenas os maus-tratos aos ‘pacientes psiquiátricos’, mas também a presos políticos que, a exemplo dos gulags da Rússia stalinista, eram internados e torturados nessas instituições. Descobri que a situação do Rio de Janeiro era a mesma do Espírito Santo e, para minha tristeza, constatei mais tarde, que o modelo era quase universal, predominantemente asilar e manicomial, com milhares de pessoas abandonadas em macroinstituições financiadas pelo poder público, fossem elas públicas ou privadas. Na época os leitos privados já eram mais de 70 mil, todos pagos pelo setor público” (AMARANTE, 2006, p. 33).

Esse Projeto de Lei propunha a extinção dos hospitais de psiquiátricos, com justificativa na legislação italiana idealizada por Franco Basaglia.

Como a Organização Mundial da Saúde não reconheceu a Lei proposta por Delgado como um documento oficial, ela precisou ser reformulada, sendo aprovada somente em 2001 com o número de 10.216. Enquanto que o Projeto de lei de 1989 propunha a extinção dos manicômios, a Lei de 2001 visava/visa, fundamentalmente, os direitos dos que sofrem de doença mental, priorizando a humanização da assistência, a gradativa desativação dos manicômios e a implementação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Como parte integrante da Política de Saúde Mental do Ministério da Saúde, foi criada a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) – Portaria GM/MS nº 3.088/2011. Essa rede preconiza o atendimento a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. A RAPS “prioriza iniciativas que visam garantir o cuidado integral centrado nos territórios, na perspectiva da garantia de direitos com a promoção de autonomia e o exercício de cidadania, buscando progressiva inclusão social” (Dados do Ministério da Saúde, Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013).

Atualmente<sup>120</sup>, o país conta com: 1.982 CAPS (serviços substitutivos ao modelo asilar); 625 Residências Terapêuticas (são casas, locais de moradia, destinados a pessoas com transtornos mentais que permaneceram em longas internações psiquiátricas e impossibilitadas de retornar às suas famílias de origem); 4.160 beneficiários do Programa de Volta para Casa (é um programa de reintegração social de pessoas acometidas de transtornos mentais, egressas de longas internações, segundo critérios definidos pela Lei n.º 10.708, sancionada pelo Presidente Lula em 31 de julho de 2003); 60 Unidades de Acolhimento; 81 Consultórios na Rua; 4.121 Leitos em Hospitais Gerais; Redução de 21.435 Leitos em Hospitais Psiquiátricos, desde 2002.

Apesar da Lei e das portarias referentes à saúde mental, em virtude do surgimento tardio da RAPS e de escassos investimentos financeiros,

---

<sup>120</sup> Ver a Resolução n. 8, de 14 de agosto de 2019. BRASIL. Resolução nº 8, de 14 de agosto de 2019. *Lex*: Dispõe sobre soluções preventivas de violação e garantidoras de direitos aos portadores de transtornos mentais e usuários problemáticos de álcool e outras drogas. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-8-de-14-de-agosto-de-2019-212175346>. Acesso em: 20 julho 2020.

[...] a prática clínica proposta pela Reforma Psiquiátrica ainda apresenta limites, não solucionando a problemática do tratamento concreto dos pacientes. Estes, em grande medida ainda são alvos de preconceitos, tratados como loucos pela sociedade, sendo a eles exigida a imposição da disciplina outrora oferecida violentamente pelas instituições manicomiais quando eram taxados de subversivos aos comportamentos padrões e aceitos. No Brasil a permanência dessa antiga prática é preocupante. Na medida em que discursos se constituem em práticas, essa permanência produz barreiras para a desconstrução social da loucura, conservando o modelo das clínicas e dos manicômios/hospitais psiquiátricos, e dificultando o reconhecimento da cidadania daqueles considerados 'loucos' e que necessitam de um tratamento mais humanizado (FIGUEIREDO; DELEVATI; TAVARES, 2014, p. 133).

Tudo isso me leva a pensar que estamos vivendo numa Itaguaí moderna. O sistema nos quer seus prisioneiros cada vez mais. O século XXI e, sobretudo, o governo atual, tem se mostrado o tempo do retorno dos costumes moralistas, das condutas, onde a liberdade de expressão é censurada. Com isso, a violência (de qualquer tipo) e os preconceitos (racial, de gênero, de sexualidade, econômico etc.) cresce a cada minuto.

É terrível pensar que, em um país que seja constituído em sua maioria por indivíduos negros, haja tanto preconceito racial. A esperança é que o “espelho do passado” seja quebrado e deixe de refletir tanta hipocrisia, tanta injustiça e tanta desigualdade no presente.

Falo de Itaguaí moderna porque, além de buscar a cura da loucura, o doutor Simão Bacamarte fez uma limpa na cidade, capturando aqueles que se mostravam contrários a ordem. Pensando nisso, me recordo dos quadros nosográficos em que os psiquiatras elencavam sintomas e agrupavam os nomes das doenças para que assim pudessem categorizar a loucura. É inevitável cogitar a sensação de que nos dias de hoje há alguém que ainda elenque as doenças e as disponha num quadro nosográfico – como nos séculos passados quando não se tinha conhecimentos específicos a respeito das doenças mentais. Contudo, como estamos vivendo nesse retorno das condutas, aparentemente, foram adicionadas a esse quadro a homossexualidade, o lesbianismo, o feminismo e tudo aquilo que foge do moral e que diz respeito a liberdade de expressão.

Retomando o que eu disse na introdução, este é um recorte do tempo. No entanto, parece que ainda há quem queira fazer do passado o presente. Há quem queira a volta dos manicômios. Se isso de fato ocorrer, haverá um novo processo de higienização social? Pessoas serão arrancadas do convívio social porque ameaçam

a ordem? Haverá pessoas caminhando pelas ruas vivendo sua vida livremente? Novamente, aprendemos que há “progresso” e regresso.

Eu não posso assumir o tom moralista do passado e fazer uma leitura que fique estagnada no tempo, afinal de contas, sou uma mulher, uma mulher ocupando um lugar público, defendendo minha pesquisa. A abertura dos textos aqui estudados exige uma leitura anacrônica para que eu não incorra no erro de reafirmar as condutas da época. É por essa razão que trago o presente, a minha realidade social, para conversar com essas obras que foram escritas há tanto tempo. Trago à tona o que sempre esteve presente: a opressão.

\* \* \*

No primeiro capítulo fiz inúmeros questionamentos, um deles foi a respeito do porquê a loucura ameaça o agora. Numa fala recente, em fevereiro de 2020, o atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, disse que a pessoa portadora de HIV representa um “problema sério para ela mesma”<sup>121</sup> além de ser uma “despesa para todos no Brasil”. O presidente declarou, também, que as políticas de combate à violência contra a mulher não necessitam de dinheiro ou recursos, mas de “postura”, “mudança de comportamento” e de “conscientização”. É indiscutível que a fala do presidente provoca mais preconceito e reforça a tese das raças mais fortes.

A atual ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, defende a ideia de que a abstinência sexual é o método contraceptivo mais eficaz e, portanto, capaz de reduzir as taxas de HIV no país e, conseqüentemente, os “gastos”. Em contrapartida, a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) afirma que as políticas de abstinência sexual não reduzem as taxas de infecção pelo HIV, mas que, ao afirmá-lo, dá-se continuidade ao estigma, ao preconceito.

O HIV sempre foi um assunto discutido, campanhas de conscientização sempre foram feitas. Apesar de importantes, não foi e não serão o suficiente. As pessoas senguem sendo contaminadas independentemente de terem relações sexuais ou não, uma vez que há outros meios de contágio. O governo precisa

---

<sup>121</sup> Informações retiradas do site do Estadão. *ESTADÃO*. ‘Pessoa com HIV é despesa para todos no Brasil’, diz Bolsonaro. Disponível em: [https://saude-estadao-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/saude.estadao.com.br/noticias/geral,pessoa-com-hiv-e-despesa-para-todos-no-brasil-diz-bolsonaro,70003186692.amp?amp\\_js\\_v=a3&amp\\_gsa=1&usqp=mq331AQCKAE%3D#aoh=15817741976269&csi=1&referrer](https://saude-estadao-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/saude.estadao.com.br/noticias/geral,pessoa-com-hiv-e-despesa-para-todos-no-brasil-diz-bolsonaro,70003186692.amp?amp_js_v=a3&amp_gsa=1&usqp=mq331AQCKAE%3D#aoh=15817741976269&csi=1&referrer). Acesso em: 08 abr. 2020.

investir e continuar investindo na saúde de todos como visa a Constituição<sup>122</sup>. O acesso ao SUS deve ser para todos.

A “conscientização” e a “postura” nunca serão o suficiente quando se tem um líder que, aparentemente, visa negar um direito tão básico: a qualidade de vida dos cidadãos. É importante conhecer a história do Brasil e do mundo para que não sejamos seduzidos pela ideia de que desamparar alguém que sofre de uma doença sem cura ou desconhecida seja o melhor caminho para o crescimento do país. É necessário abandonar o pensamento de que a doença acarreta no fracasso da nação. É preciso abandonar a ótica positivista. É necessário pararmos de enxergar no outro uma ameaça.

Mesmo que a maior parte da população brasileira tenha um teto para morar, passar pela pandemia do COVID-19 tem sido realmente difícil. Tem sido um momento de reflexão, de olhar para si e para o outro. Se o índice de violência doméstica contra a mulher já era absurdamente alto, com a pandemia aumentou mais ainda. O mesmo aconteceu com o índice das pessoas que encontram conforto no álcool. Haverá apoio para essas pessoas ou campanhas de “conscientização” e mudança de “postura” serão o suficiente?

“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Acredito que as pessoas que nasceram antes e na mesma época que eu, também tenham recebido algum tipo de formação religiosa. Não visio discutir religião, mas penso que os deuses, Deus ou outras entidades desejam que vivamos em amor, com respeito, justiça e dignidade. Esses são princípios básicos que não são definidos pelas condutas dos indivíduos, mas por aquilo que os tornam quem são, sua subjetividade. Viver em um governo que vise a ideia de que Deus esteja acima de todos é acreditar numa sociedade em que a empatia e a bondade estejam atreladas à figura do líder, acima de todos. Esse é o cenário contrário do Brasil atualmente.

Conforme vamos vivendo, vamos percebendo que a falta de empatia resultou na mobilização de uma parcela da sociedade. Os indivíduos estão se unindo, cada vez mais, para questionar e discutir os posicionamentos políticos do atual presidente da República. Nem todos são contra suas propostas, afinal de contas, ele foi eleito,

---

<sup>122</sup> De acordo com o Artigo 196 da Constituição Federal de 1988, “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

porém, se visamos a democracia, precisamos sempre lembrar: todos precisam ter voz.

\* \* \*

O Brasil é um país enorme. Suas diferentes regiões apresentam diferentes costumes, gostos, sotaques, temperos, ritmos etc. Acredito que cada pedacinho da terra brasileira sofreu e sofre alguma influência de outros povos, de outros países. Para mim é nítido que haja tanta variedade e é óbvio que o país seja povoado pelos mais diversos indivíduos. Aqui residem negros, brancos, pardos, estrangeiros, ricos, pobres etc. Mesmo diferentes, seres humanos. É um país rico, diverso. Me surpreende o fato de que ainda existem pessoas que enxergam as outras como diferentes, como menos dignas de empatia, como “outras”.

Machado de Assis nasceu em 1839 e publicou sua primeira obra, *Ressurreição*, em 1872. Fitando essas datas, não posso deixar de ressaltar que a Lei Áurea<sup>123</sup> ainda não havia sido assinada pela Princesa Isabel – a lei que decretava a Abolição da Escravatura no Brasil. Acredito que, por essa razão, é possível compreender o porquê a sociedade da época tenha tido preconceito em relação ao autor no período em que suas primeiras obras foram publicadas. O que eu não entendo é o porquê um país constituído, em sua maioria, por pessoas negras, depois de tanto sofrimento ainda siga imerso no mar de preconceito, racismo e hipocrisia.

Eu defendo a ideia de que todos somos seres humanos dignos de igualdade. Esse deveria ser um princípio absoluto. Eu lamento muito o fato de ter existido a escravidão, sabemos que ela ainda existe. Bom, de 1888 a 2020 temos um salto de 132 anos. Deveríamos “nascer sabendo” que todos somos iguais, mas, infelizmente, ainda não é possível para alguns. 132 anos é muito tempo. Já deveríamos ter evoluído enquanto sociedade. O preconceito, o racismo e a discriminação deveriam estar no passado, deveriam ser uma memória que nos impulsiona a caminhar para frente e não para trás.

É óbvio que existem outras formas de preconceito. A de gênero, de sexualidade, a econômica, a de raça etc. Na história também tivemos as duas grandes guerras mundiais. Milhares de inocentes foram mortos, enviados aos

---

<sup>123</sup> Machado registra na coluna “A semana”, do jornal *Gazeta de Notícias*, o seguinte: “Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto”.

campos de concentração como cobaias dos mais horripilantes tipos de experimentos com roupagem de cientificidade. Muitas vidas foram tiradas por uma ideia tão rasa de “purificação da raça”, de melhoramento do patrimônio genético da nação.

Se fizermos uma pesquisa rápida a respeito do sistema de manicômios veremos que, em sua maioria, muitos são comparados a campos de concentração, de extermínio (como na obra de Daniela Arbex). A alusão é perfeita, pois esses lugares foram povoados pelas pessoas que “não se misturavam” com o restante da sociedade: mães solteiras, homossexuais, andarilhos, pessoas que discordavam e eram consideradas inimigas do governo, pessoas sem documentos, alcoolistas etc. Os manicômios, como visto no primeiro capítulo, eram as instituições que auxiliavam o governo no projeto de higienização social, no projeto de esconder a parte desigual da sociedade. Tudo isso assegurado cientificamente. A justificativa para tudo era a ciência.

Sobre o preconceito racial, fico impressionada que durante tanto tempo fomos enganados. Somente em 2018 foi publicada, pela primeira vez, uma foto de Machado de Assis que mostrava sua cor: negra. Fato interessante é que a fotografia foi encontrada pelo pesquisador Felipe Rissato<sup>124</sup>. Originalmente publicada na revista argentina *Caras y Caretas*, edição 486 de 25 de janeiro de 1908, ela foi encontrada por Rissato na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de España. Depois de tanto tempo, por que continuar escondendo a cor de Machado dando a entender que ele era branco? Para a época os negros eram considerados os mais propensos a desenvolver um quadro de degeneração e passar esse “problema” para as futuras gerações, por essa razão eram excluídos. No entanto, depois de tantos avanços em pesquisas científicas, sabemos que a cor e a raça de um indivíduo não influenciam em sua capacidade intelectual. Machado de Assis, por exemplo, é o maior autor da Língua Brasileira. Todos sabemos disso. No que a cor da pele poderia influenciar? Na inteligência? Duvido. Falta de inteligência tem quem acredita que a comunidade negra é menos digna, é suspeita e propensa ao crime.

---

<sup>124</sup> O pesquisador afirmou acreditar que a foto tenha sido capturada nos últimos três meses de 1907 ou ainda em janeiro de 1908. Informações retiradas do site do G1. G1. Machado de Assis: pesquisador diz ter encontrado possível última foto do escritor em vida. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/pop-art/noticia/machado-de-assis-pesquisador-diz-ter-encontrado-possivel-ultima-foto-do-escritor-em-vida-veja-a-imagem.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2018.

Imagem 10: Última fotografia de Machado de Assis - 1908.



Fonte: G1.

Recentemente, em maio de 2020, um afro-americano foi assassinado por dois policiais em Minneapolis, Minnesota – Estados Unidos. Seu nome era George Floyd e, de acordo com os policiais, eles o abordaram porque Floyd tentou trocar uma nota de vinte dólares falsa<sup>125</sup>. O assassinato gerou revolta nas redes sociais bem como vários protestos antirracistas e contra a violência policial. Apesar de todo o mundo estar em quarentena devido a pandemia do COVID-19, em diferentes países as pessoas saíram às ruas para protestar. Nas redes sociais a hashtag *#blacklivesmatter*<sup>126</sup> também foi utilizada como forma de protesto.

Acredito que, o que tenha faltado para os policiais foi o bom senso. Floyd sabia que a nota de vinte dólares que portava era falsa? Ou o mito de que o negro é mais propenso ao crime levou os policiais a agirem de tal forma que, além de colocar Floyd numa situação humilhante, o assassinaram? As pessoas se

<sup>125</sup> Informações retiradas do site da *BBC NEWS*. *BBC NEWS*. George Floyd: o que aconteceu antes da prisão e como foram seus últimos 30 minutos de vida. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/amp/international-52868252>. Acesso em: 02 jun. 2020.

<sup>126</sup> Em português “vidas negras importam”. É um movimento ativista internacional fundado em 2013 com origem na comunidade afro-americana, que campanha contra a violência às pessoas negras.



perguntam o porquê de muitos acreditam nessa ideia de que o negro é mais propenso ao crime? Talvez a resposta esteja nesse próprio pensamento. É deixando o negro à margem e enxergando-o como diferente que tiramos a oportunidade de igualdade. É com essas atitudes e pensamentos que regredimos, que, constantemente, revivemos o passado.

Parece que estamos acordando e enxergando que todas as vidas importam. Que todas são vidas, sem hierarquia. É triste que ao largo da história os negros tenham sido considerados como inferiores, os deficientes físicos tenham sido escondidos, as mulheres não tenham sido dignas de direitos, os povos indígenas tenham sido tratados como animais. É triste que tantos tenham precisado sofrer para que acordássemos. O caso de Floyd é apenas um de milhares que acontecem diariamente ao redor do globo terrestre e que, muitas vezes, não são divulgados nas mídias.

Coincidentemente, no dia 02 de junho de 2020, a editora Penguin lançou nos Estados Unidos<sup>127</sup> uma nova edição da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, que esgotou em um dia<sup>128</sup>. Flora Thomson-DeVeaux, tradutora da edição, comentou no *Twitter*:

*Memórias Póstumas de Brás Cubas é uma obra de seu tempo, mas, de maneiras que dão crédito a Machado e tiram créditos de nós, também é uma obra de nosso tempo. Há ecos – troque a febre amarela por covid. E há continuidade – racismo sistêmico, tão pungente hoje quanto era na época de 1880.*

Como estudante das Letras, é no mínimo gratificante ver uma obra de Machado sendo traduzida para outro idioma e, ainda, a versão sendo esgotada tão rapidamente, ainda mais neste momento de caos. Por outro lado, é deprimente ver que uma obra como *Memórias Póstumas* faça parte de uma lista de obras consideradas portadoras de “conteúdo inadequado”.

Digo isso porque, em fevereiro de 2020, a Secretaria de Educação de Rondônia divulgou um memorando com uma lista de quarenta e três livros que

---

<sup>127</sup> Hélio de Seixas Guimarães destaca que: “Vale relembra que, nos USA, Machado de Assis vem sendo classificado e lido como escritor negro desde a década de 1930 [...] encontrei fichas catalográficas das décadas de 30 e 40 em que Machado era identificado como ‘black author’ ou ‘negro author’”. Fonte: *Twitter*. TWITTER. Disponível em: <https://www.twitter.com.br>. Acesso em: 11 jun. 2020.

<sup>128</sup> Informações retiradas do perfil “História oculta”, da rede social Instagram. INSTAGRAM – HISTÓRIA OCULTA. “Tradução de obra de Machado de Assis em inglês esgota em um dia nos Estados Unidos”. Disponível: <https://www.instagram.com/p/CBLasE4J8rY/?igshid=y8991xdx85jw>. Acesso em: 08 jun. 2020.

deveriam ser recolhidos das bibliotecas das escolas por serem classificados como “conteúdos inadequados” a crianças e adolescentes. Estavam listados autores brasileiros como Machado de Assis, Caio Fernando Abreu, Carlos Heitor Cony, Euclides da Cunha, Ferreira Gullar, Nelson Rodrigues, Mário de Andrade e Rubem Fonseca. Clássicos da literatura universal também foram alvo de censura, como *O Castelo*, de Franz Kafka, e *Contos de Terror, de Mistério e de Morte*, de Edgar Allan Poe<sup>129</sup>. Essa atitude me leva a questionar se o governo de Rondônia sequer leu alguma das obras listadas. Esse governo se atentou ao Artigo 5º da Constituição Federal (1988)? – tópico IX: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, *independentemente de censura ou licença*”; e ao inciso 2º do Artigo 220 que diz que “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”. Percebo que a censura está sendo institucionalizada e legalizada. Seria essa atitude um traço de loucura?

Vejo que, nas propostas do presidente Jair Messias Bolsonaro, numa promessa de “um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e física”; de “tolerância zero com o crime, com a corrupção e com os privilégios”; de “liberdade de opinião, informação, imprensa, internet, política e religiosa”; e de “dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar”<sup>130</sup>, levamos pessoas perigosas ao poder. Me parece que a ideia é de doutrinar a idiotice, de privar a liberdade de informação (a começar pelos dados referentes às mortes por COVID-19) e de pregar a intolerância de todos os tipos.

Refletindo a respeito da censura aos livros, me recorro da fala da Professora Regina Dalcastagnè, na mesa “Artes e Revolução”, no XV Congresso Internacional da ABRALIC, na UERJ, Rio de Janeiro, no dia 9 de agosto de 2017 (publicada na *Revista Communitas* com o título de *Literatura e resistência no Brasil hoje*). A professora diz que:

Participar do debate político em um momento de ruptura da democracia, contaminar a própria escrita, ou a crítica, em busca do desmascaramento

<sup>129</sup> Informações retiradas do site *El país. EL PAÍS*. Censura de livros expõe “laboratório do conservadorismo” em Rondônia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-08/censura-de-livros-expoe-laboratorio-do-conservadorismo-em-rondonia.html>. Acesso em: 25 abr. 2020.

<sup>130</sup> Falas retiradas do site da Folha de São Paulo. *FOLHA DE SÃO PAULO*. Veja as promessas de Bolsonaro que não saíram do papel e as já cumpridas após 1º ano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-promessas-de-bolsonaro-que-nao-sairam-do-papel-e-as-ja-cumpridas-apos-1o-ano.shtml>. Acesso em: 08 jan. 2020.

de um processo autoritário é ainda acreditar – nos homens e mulheres e na própria literatura como instrumento de ação. Quando desistirmos de nossa capacidade de *acreditar*, a luta, enfim, estará perdida (DALCASTAGNÉ, 2017, p. 547).

Apesar do crescente silenciamento e da tentativa de censura, não podemos deixar, enquanto alunos, professores e pesquisadores, de ocupar os espaços públicos. Não podemos nos calar e deixar que os mecanismos e que as mais variadas formas de controle, existentes há tantos séculos, nos vendem os olhos e nos impeçam do direito de resistir, de lutar pela sobrevivência da literatura, que, para mim, é a nossa maior arma de contestação, de denúncia.

Dessa forma, a professora Regina Dalcastagnè observa que ela não se refere

Apenas à nossa carreira (o que já é muito sério), mas ao nosso entendimento da função dos estudos literários em nossa sociedade. O que vai muito além da simples ‘preservação’ de um cânone, ou de uma lista de nomes de obras fundadoras em um quadro negro. O historiador francês Lucien Bianco dizia que ‘as armas dos fracos são sempre fracas armas’, mas é com elas que teremos que lutar. Nossas soluções serão provisórias e, certamente, angustiadas, mas talvez nos permitam ficar de pé enquanto as coisas não mudam. Podemos usar o discurso, nossa arma principal, para referendar o que querem os poderosos (como fazem alguns colegas e escritores), mas também podemos usá-lo para desmascará-los ou, mesmo, para tirar-lhes o sossego. É tempo de disputar consciências e tentar preservar espaços democráticos de enunciação de discursos, de representações do mundo (DALCASTAGNÉ, 2017, p. 543).

Antes a censura e a privação do direito estavam atreladas somente aos loucos e aos negros. No entanto, hoje encontramos como vítimas de preconceito e de censura os judeus, os muçulmanos, o público LGBTQIAP+, etc. Vejo que hoje mudam-se as nomenclaturas, mas, no fundo, a repressão segue a mesma.

\* \* \*

Pensando nessa questão do racismo, do “ser diferente”, acredito que, durante esses poucos anos de vida que tive até aqui fui rodeada de pessoas que me disseram sim, que me acolheram e acreditaram no meu potencial de evolução enquanto ser humano.

Olho para as minhas prateleiras de livros e não deixo de pensar na imensidão de histórias e estudos que tenho juntos a mim. Durmo e acordo, todos os dias, rodeada de livros. Quando entrei na universidade com 17 anos eu tinha apenas um dicionário de Língua Portuguesa, outro de Língua Inglesa e o primeiro volume da

série “Noite Eterna<sup>131</sup>”, *Evernight*, de Claudia Gray. Eu ainda mantinha os livros da época de escola, mas eu os deixava longe do meu alcance, longe das minhas vistas. Por muito tempo privei meus livros de compartilharem comigo suas histórias, suas descobertas, seus estudos.

Ao longo da jornada da universidade meu acervo foi crescendo, hoje não tenho espaço sobrando para abrigar meus livros. Dei o braço a torcer a modernidade e adquiri meu primeiro Kindle, tem sido fantástico, mas nada troca o prazer do papel. Mas o que eu quero dizer é que muitos dos meus livros eu ganhei de amigos, queridos amigos.

Na UEPG (e espero que em outras instituições também), há um costume dos professores “passarem para frente” os livros que já não lhes são mais úteis. Num desses desapareços pude “adotar” diferentes títulos e começar minha biblioteca de teoria literária. Dentre os títulos que selecionei para levar para casa estava um livro pequenino, de poucas páginas, o *Dicionário nada convencional*, de Arlene Renk. Quem realizou esse desapareço foi a professora Dr.<sup>a</sup> Marly Catarina Soares, mas quando abri os livros, vi que se tratava de um desapareço anterior da professora Dr.<sup>a</sup> Luísa Cristina dos Santos Fontes. Não a conheço, mas sou grata por, em algum momento de sua vida, ela ter aberto mão desses títulos, sobretudo do livro de Arlene Renk, e ter me permitido o contato com tantos mundos novos.

Em *Dicionário nada convencional*, Renk traz sessenta temas, ou vocábulos, diferentes. Na apresentação da obra a autora diz que os vocábulos não se encontram em ordem alfabética como tradicionalmente, eles estão dispostos de acordo que um vocábulo evoque o seguinte. Além disso, os vocábulos são analisados e contextualizados apresentando os aspectos que contribuem para uma visão ampla de mundo, para a quebra de padrões e preconceitos tão presentes em nossa cultura.

Coincidindo com a minha pesquisa, o primeiro vocábulo explorado por Renk é ‘negro’. Segundo a autora, a palavra negro se designa a população africana:

A cor da pele foi indicadora de pertencimento a uma raça, a negra. A raça é uma criação da história da expansão colonialista europeia. Aqueles que não eram brancos e cristãos foram classificados de diferentes. E ser diferente era sinônimo de negativo, de atrasado, de inferior, considerado ‘menos gente, menos humano’. Era alguém com alma e menor dose de

---

<sup>131</sup> GRAY, Claudia. *Noite Eterna*. Tradução Martha Argel e Humberto Moura Neto. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

humanidade. Logo, entendiam que podiam escraviza-los, compra-los; vende-los e maltrata-los (RENK, 2000, p. 11).

Sendo assim, a área do conhecimento que demarcava as diferenças entre os seres humanos era a ciência. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, a ciência era a instância responsável por reconhecer as diferenças e as inferioridades (SCHWARCZ, 1993, p. 38). A ciência era capaz de afirmar que o Brasil era uma “nação degenerada de raças mistas” (SCHWARCZ, 1993, p. 48). Aqui vemos que a crença na ciência, ou seja, o cientificismo, estava atrelado a loucura e a raça, pois a doença “estaria” na raça.

Ao longo da história vemos que a ciência foi criada para “sanar” a nação, mas a qual ser humano ela defendia? A ciência disfarçava o processo de destruição, de extermínio, era inviável que ela amparasse todos os indivíduos. Apenas os mais fortes sobreviveriam.

\* \* \*

Se pararmos para pensar, estamos presos na Casa Verde, mas a loucura não é mais o único foco, apesar de alguns apresentarem muitos traços de loucura. Na história nos deparamos com a lepra, com a sífilis, com a meningite, com o sarampo, com o HIV e com tantos outros surtos virais e bacterianos. A falta de conhecimento da medicina e a falta de humanidade levou ao isolamento dessas pessoas, uma vez que a ideia de que somente o isolamento seria capaz de curar era vigente. É compreensível que essa medida foi tomada para que a população não se contaminasse ainda mais e acabasse sendo exterminada. No entanto, o que não é compreensível é que, quando a medicina viu que a loucura não era uma doença contagiosa, diferentemente da lepra e da sífilis, os indivíduos continuaram isolados, presos em celas, nus, sem água potável para beber e sem alimentação digna<sup>132</sup>.

---

<sup>132</sup> José Franco registra em “A sucursal do inferno”: “2.600 mulheres e 1.600 homens amontoam-se nos pavilhões da ‘casa dos horrores’, à espera da morte. O quadro é fantástico, indescritível. O mau cheiro empesta o pátio, os corredores e os imensos galpões ladrilhados, a que dão o nome de dormitórios. Dormitórios sem cama, sem colchões, na maioria das vezes. O comum são montes de capim fétido, ninho de moscas, espalhados pelo chão, ou simplesmente o ladrilho nu. Aí ‘dormem’ os loucos, jogados à ‘la diable’, na mais miserável e desprezível condição de higiene. No pátio dos homens, encanamentos arrebentados deixam escapar detritos de esgoto, nos quais os débeis mentais chafurdam como porcos, levando-os ao rosto e à boca, com inocente indiferença. Tal como naquele, o das mulheres retrata bem uma pocilga, cujo mau cheiro atrai urubus que esvoaçam em ronda sinistra. Parecem aves domésticas, tal a familiaridade delas com as pacientes do Hospital-Colônia. A água há muito não corre em alguns dos pavilhões destinados às mulheres. Elas saciam a sede com urina. Tão precária é a condição de higiene, que alas inteiras desses pavilhões são

É impossível negar o fato de que os manicômios foram utilizados como depósitos das sobras, daqueles que não eram homogêneos a sociedade. Comparando os capítulos anteriores percebo que em todos há a demarcação do lugar e do não lugar do louco, a privação da autonomia do ser. O ponto de encontro das obras analisadas, isto é, *O alienista* e *Diário do Hospício*, é justamente esse: a conotação de morte, do uso, exclusivo, de pacientes para experimentos científicos. Não é à toa que *O cemitério dos vivos* leve esse título. A loucura denunciava a morte em vida, o fim.

Nesse sentido, o que difere as obras é que, em *OA*, o que o leitor sabe é que o alienista utiliza os cidadãos de Itaguaí como “ratos de laboratório”, e em *DH*, Lima Barreto se usa como cobaia literária, a fim de tentar reverter os estigmas sobre ele e sobre os negros e loucos. Diferentemente de *O alienista*, em *Diário do Hospício*, Lima Barreto relata uma medicina vista e criticada pelo olhar do paciente, um paciente desapropriado<sup>133</sup> da cidadania, detido e inserido no processo homogeneizador da sociedade.

Se a visão que temos da Casa Verde se encerra em seus portões, no *Diário do Hospício* temos uma visão escancarada do hospício. Ao contrário de Machado que nos mostrou a “versão” do médico e da sociedade de Itaguaí em relação aos estudos psiquiátricos, Lima nos traz um compilado de anotações a respeito da vivência enquanto interno, enquanto um indivíduo que sofreu num hospício sem mesmo ter certeza se era louco ou não. É a partir disso que o louco desconstrói a época da crença na ciência.

Envolto de uma roupagem científica e funcionando como uma venda de olhos, o bom discurso de Simão Bacamarte colocou na condição de impossibilitados aqueles que recolhia na Casa Verde. Louvando o alienista em toda a narrativa, o narrador também tenta nos levar à cegueira, nos seduzir. Nesse sentido, acredito que M.A. indaga os limites entre loucura e normalidade, que emergem do discurso científico positivista do século XIX. Ele enuncia o poder da palavra, antecipa o

---

tomadas pelas moléstias intercorrentes, entre as quais predomina a disenteria bacilar” (FRANCO, 1961, p. 119).

<sup>133</sup> O indivíduo, que por razões diversas acabasse no hospício, aos poucos ia perdendo sua subjetividade, tendo como fio condutor a medicina: “Tinha perdido toda a proteção social, todo o direito sobre o meu próprio corpo, era assim como um cadáver de anfiteatro de anatomia. Felizmente, fui logo transferido, mas não sem passar dolorosos minutos à espera de ser vítima desse vício mental dos nossos métodos. Poucos lógicos, por isso demasiadamente objetivos, impacientes, por isso aceitando em globo a ‘autoridade’, arriscam-se a de boa fé cometer os erros mais grosseiros e funestos no exercício de sua profissão” (BARRETO, 2004b, p. 231).

comportamento de segregação coletiva. Para José Costa Lima (1976, p. 32), Machado de Assis pôde indicar ser a loucura “menos uma doença do que uma linguagem excluída pela sociedade [...] sua alegoria questiona as concepções modernas de ‘doença mental’, sobre a autonomia e a objetividade da ciência”.

Se o que faz de Simão Bacamarte o único louco de Itaguaí é o fato de ele ser o único cientista da cidade, como apontou Abel Barros Baptista, me pergunto: e se Machado quis mostrar ao leitor que todo esse projeto de internamento era um traço, um indício de loucura por si só?

Assim como Machado que questionou a crença na ciência, Lima também o fez. O caráter inovador do olhar em primeira pessoa, além de conferir ao campo literário uma nova ramificação, a da ficção testemunhal, possibilitou que L.B. questionasse a crença na onipotência da ciência. A crítica e o questionamento dessa crença são componentes que abrangem as duas obras literárias analisadas. De um lado a crítica é mascarada, mais intelectual, de outro, Lima Barreto confessa, nos relata fatos, é explícita. Esse é o contraste. A crítica de L.B. é mais explícita, é declarada, é vivida como exclusão.

Machado usava sua literatura para atingir as classes mais altas da sociedade. Apresentando personagens de alto prestígio em seus contos, crônicas e romances, tecia críticas a essa classe social. Dessa forma, a perspectiva parte do topo da hierarquia das raças e das classes sociais. Já Lima Barreto destacava em seus contos e romances a parte da sociedade menos favorecida. O escritor dá voz aos indivíduos silenciados, ele é um observador<sup>134</sup> do Rio de Janeiro do seu tempo. Sevcenko (2003, p. 298) diz que “o estilo composto de Lima Barreto, entre o alto e o baixo, que encampa simultaneamente o trágico e o cômico, revestindo de dignidade o cotidiano prosaico do homem simples é, sem dúvida, a chave de seu realismo social”.

Em *Lima Barreto e o espaço romanesco*, Osman Lins observa que “Lima Barreto é talvez o autor brasileiro que nos viu até hoje com maior verdade e lucidez” (LINS, 1976, p. 12). Talvez essa seja uma das citações que escolhi que mais fazem sentido ao todo. Ao registrar em sua literatura de escape, Lima Barreto nos revela

---

<sup>134</sup> Como por exemplo nessa passagem de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*: “Subi a rua. Evitando os grupos parados no centro e nas calçadas, eu ia caminhando como quem navegava entre escolhos, recolhendo frases soltas, ditos, pilhérias e grossos palavrões também. Cruzava com mulheres bonitas e feias, grandes e pequenas, de plumas e laçarotes, farfalhantes de sedas: eram como grandes embarcações movidas pelo vento brando que lhes enfunasse igualmente o velame” (BARRETO, 2001b, p. 142).

seu olhar atento de observador do seu tempo. Não só de observador, mas de crítico, de questionador.

Ao passo que o “laboratório”<sup>135</sup> de Simão Bacamarte é a própria cidade de Itaguaí, o “laboratório” de Lima Barreto é o cotidiano, o cenário de exclusão, o hospício. Ambos os autores nos mostram um desequilíbrio social, um desnível, em que a medicina científicista não seria capaz de salvar a pátria, como se acreditou por muito tempo. Eles nos mostram que o povo é o lado mais fraco e que o ideal de “nação” é uma idealização, uma fantasia. M.A. e L.B. nos mostram que a ciência não podia tudo, sendo as obras meios de contestação dos papéis determinados pela sociedade numa época em que a ideia de que a identidade racial poderia levar a loucura. Ao mesmo tempo, as obras nos mostram que o pensamento científico estava mais próximo da ideologia.

Lima Barreto acreditava que, por ter nascido pobre e mulato, haveria de conquistar e ascender a posições “pela inteligência e pelo saber” (BARBOSA, 2017, p. 37). Sabemos que isso de fato aconteceu, mas muitos anos após a morte do autor. Machado, também mulato, chegou às classes dominantes ainda em vida: “Machado, nascido pobre e mulato, reverteu características consideradas negativas na sociedade escravocrata de seu tempo, sendo bem-vindo à intelectualidade” (HIDALGO, 2008a, p. 65), mas não deixou de ser visto como negro.

Como admitir que um escritor mulato ganhasse espaço dentro da cultura nacional? Era inadmissível e, no mínimo preocupante a partir da ótica do positivismo. Como visto anteriormente, Sílvio Romero escreve *Machado de Assis* a fim de desqualificar a literatura de M.A. O mesmo problema de negação atingiu Lima Barreto, o levando ao alcoolismo e ao hospício, como formas de confirmar e controlar a degenerescência.

É curioso o fato de que L.B. nasceu no ano em que foi M.A. publicou *O alienista*. Isso revela a permanência da ciência positivista. Por meio da crítica ao científicismo, as obras nos mostram a face em que a medicina era tida como sociologia da exclusão<sup>136</sup>, como falsa e não científica. Machado e Lima nos mostram

---

<sup>135</sup> “Analisava os hábitos de cada louco, as horas de acesso, as aversões, as simpatias, as palavras, os gestos, as tendências... cada dia notava uma observação nova, uma descoberta interessante, um fenômeno extraordinário” (ASSIS, 2005, p. 15).

<sup>136</sup> Sobre a sociologia da exclusão, vemos em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* que o protagonista-narrador sofre sucessivas humilhações, todas por conta de sua cor. No início do romance, quando desembarca no Rio de Janeiro, Isaías, com fome, compra o que comer. Vendo certa demora em receber o troco, reclama. O caixeiro responde: “Oh! Que pressa tem você?! Aqui



a potência do discurso científico que, dentro e fora da literatura, isola e oprime. Os métodos aplicados em nome da ciência, sobretudo em *O alienista*, revelam sua ineficácia.

Temos dois escritores diferentes, extremos. Enquanto um mascara<sup>137</sup> sua vida pessoal, o outro escancara. Da mesma forma que sua crítica, Machado tentou esconder sua doença. A loucura em M.A. era a epilepsia<sup>138</sup>. Já em Lima, a loucura era o alcoolismo<sup>139</sup>. Mesmo vítimas de preconceito, os dois escritores foram enterrados no Cemitério São João Batista<sup>140</sup>, na cidade do Rio de Janeiro. O cemitério que abriga milhares de corpos e ossos de figuras ilustres e de políticos. Parece que, no fim da vida, a morte foi tida como niveladora.

A morte foi tida como niveladora “às fortunas”, mas não como um fim. É após a morte que Lima Barreto recebe o reconhecimento merecido. É após a morte que seus escritos ecoam no hoje, no agora. Na condição de exilado, sua ruína o leva à escrita. Ele encontrou foça na impotência, bem como apontou Bosi (2004). Ele foi capaz de encarar o exílio como “uma passagem pelo negativo ou pelo próprio ato da

---

não se rouba, fique sabendo!”. Ao lado de Isaías havia um rapaz “alourado”, que também reclamava o troco “que lhe foi prazenteiramente entregue. O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti, durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos. Não atinei” (BARRETO, 2001b, p. 128-129). Quando estava no bonde, um sujeito lhe dá um “grande safanão” atirando-lhe “o jornal ao colo, e não se desculpou. Esse incidente fez-me voltar de novo aos meus pensamentos amargos, ao ódio já sopitado, ao sentimento de opressão da sociedade inteira... [...] Senti-me humilhado, esmagado” (BARRETO, 2001b, p. 153). Isaías é chamado à delegacia. Acusado de roubo, é referido como “mulatinho”: “quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos [...] sentia na baixeza do tratamento todo o desconhecimento das minhas qualidades, o julgamento anterior da minha personalidade que não queriam ouvir, sentir e examinar” (BARRETO, 2001b, p. 157). No episódio em que concorre ao emprego em uma padaria, Isaías tem sua aparência examinada e recebe como resposta: “não me serve” (BARRETO, 2001b, p. 167). Ao encontrar uma “rapariga de cor”, Isaías novamente é hostilizado, pois tem um comportamento que foge aos paradigmas sociais que lhe são atribuídos: “Considerarei-a um instante e continuei a ler o livro, cheio de uma natural indiferença pela vizinha. A rapariga começou a murmurar, perguntou-me qualquer coisa que respondi sem me voltar. Subitamente, depois de fazer estalar um desprezível muxoxo, disse-me ela à queima roupa: - Que tipo! Pensa mesmo que é doutor...” Nesse momento uma melancolia o invade, olha os pobres e os ricos, e conclui: “Eu estava só” (BARRETO, 2001b, p. 169). “Era uma desigualdade absurda, estúpida [...] Aquela sociedade com pessoas que me tinham suspeitado ladrão, passava-me, abatia-me” (BARRETO, 2001b, p. 168).

<sup>137</sup> Para Lúcia Miguel Pereira, “como os homens da caverna de Platão, só vemos os fatos de sua vida nas sombras projetadas por ele sobre a obra” (PEREIRA, 2019, p. 37).

<sup>138</sup> “Joaquim Maria foi um menino doentio, pois se lembrava de ter tido, na infância, umas “coisas esquisitas”, certamente os primeiros sintomas do mal que o atormentou durante toda a vida” (PEREIRA, 2019, p. 45).

<sup>139</sup> Em *Prosa de Ficção*, Lúcia Miguel Pereira observa: “[...] se não padeceu, como Machado, de moléstia nervosa, o seu alcoolismo – que há de estar ligado à loucura do pai – mais de uma vez o colocou à beira da insânia” (PEREIRA, 1973, p. 290).

<sup>140</sup> Em *Esau e Jacó*, Machado diz que “o mundo acaba no cemitério de S. João Batista” (ASSIS, [1904], p. 118).

negatividade que é compreendida como o motor, o recurso ou uma mediação que garante que a expropriação termine por se (re)converter numa (re)apropriação” (NANCY, 1996, p. 36; tradução nossa).

Por fim, concluo esta seção dizendo que, ao ler as obras, percebo que o leitor é convidado a indagar as fronteiras entre loucura e razão. Sendo assim, “é o reino do possível: inclui não só o real historicamente testemunhável, mas o que poderia ter acontecido ou vir a acontecer [...] onde cabe ao leitor discernir em cada figurante o que é máscara e o que é a face verdadeira” (BOSI, 2000, p. 44 e 72). M.A. e L.B. nos mostram o avesso<sup>141</sup> das crenças de sua época. Eles negam as teses arianas de raça pura do Brasil. Eles nos levam a indagar: *quem é o louco?, estaria a loucura atrelada às figuras que detém o poder de decidir o destino da sociedade, de quem morre e de quem sobrevive?*

Por que a loucura é um perigo? Porque, se vista como sinônimo de fraqueza da nação e de descaso, a loucura representa um perigo para aqueles que são acometidos por ela, não por ser uma doença, mas por ela ser tratada com falta de seriedade, como uma ameaça. Sobre isso, Laeng observa que “a psiquiatria erroneamente estigmatiza as enfermidades mentais porque essas não se ajustam às normas sociais” (O livro da psicologia, 2012, p. 150).

Será que a normalidade está atrelada ao sujeito enlouquecido ou à noção de padrão e de moral?

O que demonstra Foucault é que o saber sobre a loucura não é o itinerário da razão para a verdade, como é a ciência para a epistemologia, mas a progressiva descaracterização e dominação da loucura para sua cada vez maior integração à ordem da razão. Eis o que é a história da loucura: a história da fabricação de uma grande mentira (MACHADO, 1981, p. 95).

\* \* \*

Lendo *O espetáculo das raças*, encontrei o seguinte trecho: “Não é verdade que pelas leis que regem um povo se pode com segurança encontrar e calcular o grão de civilização que um povo atingiu?” (SCHWARCZ, 1993, p. 196) (frase de um bacharelado da turma de 1900, ao justificar a inserção do direito no rol das

---

<sup>141</sup> Sobre “construção social”, Renk (2000, p. 15) destaca: “Sendo os homens e as mulheres frutos de uma sociedade, esta age sobre nós e nos aprisiona. É importante que se pense a respeito do mundo que nos circunda, do nosso papel nesse mundo, e que o questionemos constantemente. Quem sabe, possamos fazer um pequeno exercício de pensar as coisas ao avesso? Por que as coisas do mundo não são de outra forma?”

disciplinas científicas). Não sei o porquê selecionei o trecho na época, mas fico feliz por ter feito. Essa fala me fez refletir a respeito das leis, nas Constituições Brasileiras. Vemos que, mesmo com as leis, ainda não somos civilizados o suficiente para respeitá-las. O ideal de progresso está a léguas de distância de nós. Se seguirmos nesse mar de hipocrisia e cegueira, talvez ele se torne inalcançável.

Como é possível acreditar em um país que sequer respeita sua própria Constituição Federal (1988)? Como acreditar em um país que defende que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (Artigo 5º), sendo que em 2016 a primeira condenação do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA) completou dez anos?

Damião Ximenes Lopes, que, na época era paciente da Casa de Repouso do Guararapes, morreu espancado na instituição, localizada em Sobral, norte do Ceará. A busca da família por justiça resultou na primeira condenação do Brasil por violação dos direitos humanos. Depois de sete anos da morte de Damião, a sentença, anunciada em 2006, foi a primeira contra o governo brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

A mãe de Damião, Albertina, contou para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos:

Ele veio caindo até a mim, com as mãos amarradas para trás. Estava sangrando pelo nariz, com a cabeça toda inchada e com os olhos quase fechados, vindo a cair a meus pés, todo sujo e com cheiro de urina. O Damião só conseguia dizer: 'polícia, polícia, polícia'. Ele estava cheio de manchas roxas pelo corpo e com a cabeça tão inchada que nem parecia ele (G1, 30/08/2016).

A família não se conformou com o laudo da morte: “parada cardiorrespiratória”, pois sabiam que Damião sofria maus tratos na instituição. Com um pedido de exumação, “o corpo foi levado de Sobral para o Instituto Médico Legal (IML), em Fortaleza, onde o exame cadavérico apontou ‘causa da morte inconclusiva’. No mesmo documento os peritos apontaram escoriações em diversas partes do corpo, como olhos, joelhos e nariz” (G1, 30/08/2016).

A médica psiquiatra Lídia Dias Costa, quem acompanhou o caso, descreveu que foram encontradas lesões na parte craniana de Damião, que apontavam para morte em decorrência de traumatismo craniano. Provada a morte por maus tratos, a Comissão Interamericana sobre Direitos Humanos aprovou um relatório descrevendo que o governo brasileiro havia violado cinco artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Em 2006, foi realizada a última assembleia sobre o caso, na sede da Corte, na Costa Rica. "Pode-se concluir que Damião Ximenes Lopes teve uma morte violenta causada por agentes externos, pelas lesões traumáticas que tinha no corpo" (G1, 30/08/2016), afirmou a médica Lídia Dias Costa.

A entidade "declarou que foram violados o direito à integridade pessoal de Damião e de sua família, os direitos às garantias judiciais e à proteção judicial devidos a seus familiares" (G1, 30/08/2016). Por essa razão, o governo brasileiro "foi condenado a pagar indenização de R\$ 278 mil por danos morais e materiais à família de Damião Ximenes. A Corte Interamericana também estabeleceu que fossem criados programas de capacitação para profissionais de atendimento psiquiátricos no Brasil" (G1, 30/08/2016).

Mesmo após 10 anos do caso, a sentença não foi cumprida totalmente pelo Brasil. "A Casa de Repouso Guararapes, o médico Francisco Ivo de Vasconcelos e o diretor clínico, Sérgio Antunes Ferreira Gomes, foram condenados - em ação cível -, pela Justiça do Ceará a pagar R\$ 150 mil de indenização aos familiares de Damião, pagamento que ainda não foi efetivado" (G1, 30/08/2016).

Na ação penal, os réus foram condenados por "lesão corporal com base no artigo 136 do Código Penal Brasileiro, que diz que em caso de lesão corporal grave que resulte em morte, a pena é de um a quatro anos de reclusão" (G1, 30/08/2016). No entanto, atendendo à solicitação da defesa dos réus

A corte do Tribunal de Justiça do Ceará, seguindo o voto do relator, o desembargador Luiz Evaldo de Sousa Leite, decidiu pela desclassificação do crime de lesão corporal grave para maus tratos na sua forma simples. Além disso, a corte do Tribunal de Justiça votou pela extinção da punibilidade, uma vez que já havia transcorrido mais de quatro anos entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória (G1, 30/08/2016).

Como acreditar que "a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais" (Artigo 5º da Constituição Federal de 1988), mas que, desde sempre, colocou a natureza a seu favor e jogou à margem os considerados "refugos humanos"? Que sempre encontrou "desculpas" e brechas para que as leis não fossem cumpridas? Para que a justiça fosse apenas um ideal?

Como acreditar que os "princípios fundamentais" da República, como visa o Artigo 1º, tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político, tendo como objetivos fundamentais (Artigo 3º) "construir uma sociedade livre, justa e

solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Como acreditar num país que defende que todos são iguais perante a lei (Artigo 5º) e que repudia o terrorismo e o racismo, sendo esse um “crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”, mas que, na verdade, delimita, a todo instante, a diferença entre os indivíduos?

\* \* \*

É uma pena que a imagem que abre este capítulo seja uma idealização. Uma idealização porque, mais do que nunca, a força dos manicômios segue em vigor. A força das camisas de força, dos métodos arcaicos de contenção ainda vigoram em muitas instituições. A partir da Lei n. 10.216, o sistema brasileiro<sup>142</sup> passou por uma reforma psiquiátrica<sup>143</sup>, isso é verdade, mas a mudança precisa vir, sobretudo, a partir de cada indivíduo. É preciso uma mudança interna para que assim seja externa.

Imagem 11: Luta antimanicomial.



Fonte: *CONTATO: Revista do Conselho Regional de Psicologia no Paraná*. Ano 21. Edição 123. Maio/Junho 2019.

<sup>142</sup> Até aqui destaquei o cenário do Brasil, mas não posso deixar de mencionar que em outros países, como “República Tcheca, Alemanha, Bélgica e Japão, ainda seguem com muitos leitos psiquiátricos e alto investimento no sistema asilar”. (NEMITZ, 2019, p. 18).

<sup>143</sup> Sobre a reforma psiquiátrica, Daniela Arbex observa que ela é, “de certa forma, a abolição da escravidão do doente mental, seu fim como mercadoria de lucro dos hospitais fechados, da exploração do sofrimento humano com objetivos mercadológicos”. (ARBEX, 2013, p. 208).

O modelo humanizado tornou o Brasil referência no âmbito da saúde mental, mas a luta é constante, diária. Longe de acabar, ainda mais com o atual governo que enxerga a saúde mental como algo sem importância e que não merece investimento.

O ideal de progresso da nação não é de todo errado. É preciso progredir na educação, na saúde, mas, infelizmente os meios justificam os fins. Ao privar uma sociedade dos direitos básicos de “ser”, de livre arbítrio e de liberdade de expressão, o governo gera revolta, resultando em protestos e manifestações. Para se “estabelecer a ordem” ele intervém na tentativa de tirar a voz do povo, negando, por fim, o direito à democracia. Infelizmente, “a loucura ainda é usada como justificativa para a manutenção da violência e da medicalização da vida”. (ARBEX, 2013, p. 232).

No entanto, percebo que, ainda no século XXI, a ideia de progresso seja voltada à ótica da teoria eugenista, isto é, da prática do darwinismo social, a fim de que as minorias sejam cada vez mais deixadas à margem até que sejam eliminadas. Hoje são consideradas “raças inferiores” o público LGBTQIAP+, os povos indígenas, os negros, deficientes físicos etc. Mas, e amanhã, quem serão elas? É um caso de intolerância social. Para Arbex, “ontem foram os judeus e os loucos, hoje os indesejáveis são os pobres, os negros, os dependentes químicos, e, com eles, temos o retorno das internações compulsórias temporárias”. (ARBEX, 2013, p. 232).

\*\*\*

## PARA ONDE ME LEVARAM MACHADO DE ASSIS E LIMA BARRETO

*Há muitas formas de loucura e algumas permitem aos doentes momentos de verdadeira e completa lucidez.*

Lima Barreto

Acredito que o ato de dissertar esteja relacionado à uma ideia de melhor compreensão do mundo. Bom, devo dizer que terminei a empreitada com mais questionamentos do que quando comecei. A dúvida me levou a caminhos estreitos e sinuosos, mas a curiosidade me fez enxergar novos horizontes onde a paisagem era, ainda que nebulosa e tempestuosa, vasta... infinita. A dúvida e a curiosidade me levaram a lugares nunca antes visitados por mim... a lugares que me permitiram novas formas de pensar, lugares que me permitiram compreender que um texto nunca tem fim, de que ele é, na verdade, um rizoma em que, toda partezinha me permite um novo olhar, um novo discurso.

Gosto de pensar na minha dissertação como se fosse constituída por camadas. São camadas pois, ao tratarmos da loucura, nos deparamos com questões raciais, com a literatura, com a crítica literária, com a História e com tantas outras áreas do pensamento. É curioso ver que o título da minha dissertação é “O estigma da loucura em ficções de Machado de Assis e Lima Barreto, ecos no agora” e perceber que tantos outros temas dialogam com a loucura.

Na medida em que fui chegando até o fim desta jornada, me dei conta de que ela não tem fim. Por essa razão não trago uma seção intitulada “Considerações finais” ou “Conclusão”. Eu apenas direciono onde cheguei.

Em *Seis passeios pelos bosques da ficção*<sup>144</sup>, Umberto Eco diz que dentro de uma narrativa o leitor é obrigado, constantemente, a fazer escolhas. No decorrer desse caminho fiz inúmeras pesquisas e leituras. Dentre elas escolhi os caminhos que me foram oportunos, que colaboraram comigo de alguma maneira. Da mesma forma, espero que agora, o leitor que esteja a ler o bosque “O estigma da loucura em ficções de Machado de Assis e Lima Barreto, ecos no agora”, opte por seus caminhos de leitura, encontre bifurcações em que haja a possibilidade de uma nova interpretação e ressignificação.

---

<sup>144</sup> ECO, U. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Espero que num futuro, quando eu volte a ler este trabalho, a nossa sociedade esteja evoluída. Espero viver em um Brasil onde a palavra tenha valor, onde haja igualdade, democracia. Espero viver em uma sociedade que não veja o outro como uma ameaça latente e que não dê ao outro que pensa diferente o destino de ser minoria. Espero que num futuro próximo a sociedade veja o outro como um eu. Desde o início dos tempos estamos evoluindo, não podemos tropeçar no meio do caminho dar meia volta e retornar ao ponto inicial. Só haverá progresso quando a cor da pele não oprimir, não dividir e não matar. Quando o outro deixar de ser outro.

Encerro a jornada com uma fala de Daniela Arbex, em *Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*, a respeito da realidade:

Ao ignorá-la, nos tornamos cúmplices dos crimes que se repetem diariamente diante de nossos olhos. Enquanto o silêncio acoberta a indiferença, a sociedade continuará avançando em direção ao passado de barbárie. É tempo de escrever uma nova história e de mudar o final (ARBEX, 2013, p. 233).

\*\*\*



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. Da humana comédia ou No teatro em Itaguaí. In: SECCHIN, Antonio Carlos; Almeida, José Maurício Gomes de; Souza, Ronaldo de Melo e (org.) *Machado de Assis, uma revisão*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998. p. 167-177.

AMARANTE, Paulo. Rumo ao fim dos manicômios. *Revista Mente & Cérebro*. Setembro de 2006. p. 30-35. Disponível em: <https://rl.art.br/arquivos/542889.pdf?1182956075>. Acesso em: 09 maio 2020.

ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ASSIS, Machado. A nova geração. In: ASSIS, Machado. *Obra Completa, Machado de Assis*. Volume II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994a. p. 1-22. Disponível em: [https://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/91\\_d8b5f77c1aa58ad5f5bb8473b91b45f0](https://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/91_d8b5f77c1aa58ad5f5bb8473b91b45f0). Acesso em: 27 jul. 2020.

ASSIS, Machado. Epistolário de Machado de Assis. In: ASSIS, Machado. *Obra Completa, Machado de Assis*. Volume III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994b. p. 1-62. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000081pdf.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. São Paulo: Gráfica e Editora Edigraf. [1904].

ASSIS, Machado. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de Nacionalidade. In: ASSIS, Machado. *Obra Completa, Machado de Assis*. Volume III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994c. p. 1-7. Disponível em: <https://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/95a0342209a67594696a9b556534ff73116>. Acesso em: 27 jul. 2020.

ASSIS, Machado de. O alienista. In: ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Edição preparada por Ivan Teixeira. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 5-83.

ASSIS, Machado de. Pai contra mãe. In: ASSIS, Machado de. *Obra Completa, Machado de Assis*. Volume II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994d. p. 2-9. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/24-conto>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ASSIS, Machado de. Quincas Borba. In: ASSIS, Machado de. *Obra Completa, Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994e. p. 1-158. Disponível em: [https://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/14\\_7bbc6c42393beeac1fd963c16d935f40](https://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/14_7bbc6c42393beeac1fd963c16d935f40). Acesso em: 31 jul. 2020.

BAPTISTA, Abel Barros. O paradoxo do alienista. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.) *Machado de Assis: lido e relido*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2016. p. 541-556.

BARBIERI, Ivo. Sob o disfarce da ciência. In ROCHA, João Cezar de Castro (org.) *Machado de Assis: lido e relido*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2016. p. 575-595.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 11. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BARBOSA, Ivan Fontes. *A Escola do Recife e a Sociologia no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9300/1/arquivo412\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9300/1/arquivo412_1.pdf). Acesso em: 30 jun. 2020.

BARRETO, Lima. *Carta a J. P. da Veiga Miranda*. 2017. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/427117>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BARRETO, Lima. Diário do Hospício. In: BARRETO, Lima. *O cemitério dos vivos*. Org. e notas Diogo de Hollanda. Prefácio Fábio Lucas. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004a. - Biblioteca Invisível. p. 17-114.

BARRETO, Lima. Diário Íntimo. In: BARRETO, Lima. *Lima Barreto: prosa seleta*. (org.) Eliane Vasconcellos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001a. p. 1207-1331.

BARRETO, Lima. *Marginália*. [1919]. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=16820](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16820). Acesso em: 27 jul. 2020.

BARRETO, Lima. O cemitério. In BARRETO, Lima. *Contos Completos*. Org. e introd. Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. p. 304-305.

BARRETO, Lima. O cemitério dos vivos. In: BARRETO, Lima. *O cemitério dos vivos*. Org e notas Diogo de Hollanda. Prefácio Fábio Lucas. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004b. - Biblioteca Invisível. p. 115-236.

BARRETO, Lima. O pecado. In: BARRETO, Lima. *Contos completos de Lima Barreto*. Org. e introd. Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. p. 546-547.

BARRETO, Lima. Recordações do Escrivão Isaías Caminha. In: BARRETO, Lima. *Lima Barreto: prosa seleta*. (org.) Eliane Vasconcellos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001b. p. 113-257.

BARRETO, Lima. *Toda crônica*. Vol. I, 1890-1919. Rio de Janeiro: Agir. 2004c.

BBC NEWS. George Floyd: o que aconteceu antes da prisão e como foram seus últimos 30 minutos de vida. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/amp/international-52868252>. Acesso em: 02 jun. 2020.

BLACK LIVES MATTER. Disponível em: <https://blacklivesmatter.com>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BOSI, A. A máscara e a fenda. In BOSI, Alfredo [et. al.]. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982. p. 437-457.

BOSI, A. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, A. *O pré-modernismo*. Vol. V. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1967.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm). Acesso em: 29 ago. 2020.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 1988). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 82, de 18 de julho de 1841. *Lex*: Fundando um hospital destinado privativamente para tratamento de alienados, com a denominação de Hospício de Pedro II. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/385725/publicacao/15742236>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 142-A, de 11 de janeiro de 1890. *Lex*: Desanexa do Hospital da Santa Casa da Misericórdia desta capital o Hospício de Pedro II, que passa a denominar-se Hospício Nacional de Alienados. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/386052/publicacao/15722222>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 1.132, de 22 de dezembro de 1903. *Lex*: Reorganiza a Assistência a Alienados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1132-22-dezembro-1903-585004-publicacaooriginal-107902-pi.html>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. *Lex*: Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm). Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. *Lex*: Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html).

Acesso em: 01 jun. 2020.

BRUM, Eliane. Os loucos somos nós. In ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2013. p. 13-16.

CANDIDO, Antonio. A nova narrativa. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987a. p. 199-215.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 2004a. p. 15-32.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 2004b. p. 169-191.

CANDIDO, Antonio. Os olhos, a barca e o espelho. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987b. p. 39-50.

CANDIDO, Antonio. Sílvio Romero: Crítico e Historiador da Literatura. In CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. *Sílvio Romero (1851/1914): Bibliografia e Estudos Críticos*. Salvador, 1999. p. 23-41. Disponível em: <http://www.cdpb.org.br/antigo/silvio%20romero.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COUTINHO, Fábio de Sousa. Biografia lapidar, biografado genial, biógrafa exemplar. In: PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e literário*. 6. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. p. 13-20.

DALGALARRONDO, Paulo. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

DALCASTAGNÈ, Regina. Literatura e resistência no Brasil hoje. *Revista Communitas*. V.1, n.2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/1504>. Acesso em: 30 out. 2019.

EL PAÍS. Censura de livros expõe “laboratório do conservadorismo” em Rondônia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-08/censura-de-livros-expoe-laboratorio-do-conservadorismo-em-rondonia.html>. Acesso em: 25 abr. 2020.

ESTADÃO. ‘Pessoa com HIV é despesa para todos no Brasil’, diz Bolsonaro. Disponível em: <https://saude-estadao-com->

[br.cdn.ampproject.org/v/s/saude.estadao.com.br/noticias/geral.pessoa-com-hiv-e-despesa-para-todos-no-brasil-diz-bolsonaro,70003186692.amp?amp\\_js\\_v=a3&amp\\_gsa=1&usqp=mq331AQCKAE%3D#aoh=15817741976269&csi=1&referrer](http://br.cdn.ampproject.org/v/s/saude.estadao.com.br/noticias/geral.pessoa-com-hiv-e-despesa-para-todos-no-brasil-diz-bolsonaro,70003186692.amp?amp_js_v=a3&amp_gsa=1&usqp=mq331AQCKAE%3D#aoh=15817741976269&csi=1&referrer). Acesso em: 08 abr. 2020.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio M.; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. *Psicologia: uma (nova) introdução*. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008.

FIGUEIREDO, Marianna Lima de Rolemberg; DELEVATI, Dalnei Minuzzi; TAVARES, Marcelo Góes. Entre loucos e manicômios: história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil. *Cadernos de graduação: ciências humanas e sociais*. Maceió: v. 2, n. 2., nov. 2014. p. 121-136. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/download/1797/1067>. Acesso em: 30 out. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Veja as promessas de Bolsonaro que não saíram do papel e as já cumpridas após 1º ano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-promessas-de-bolsonaro-que-nao-sairam-do-papel-e-as-ja-cumpridas-apos-1o-ano.shtml>. Acesso em: 08 jan. 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura: na idade clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FRANCO, José. A sucursal do inferno. *Revista O cruzeiro*. Ano 1961, n. 31, ed. 37. 13 de maio de 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=003581&PagFis=59228>. Acesso em: 21 jul. 2020.

G1. Caso Damião: 1ª condenação do Brasil na OEA completa 10 anos – 30/08/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/08/caso-damiao-1-condenacao-do-brasil-na-oea-completa-10-anos.html>. Acesso em: 15 ago. 2020.

G1. Machado de Assis: pesquisador diz ter encontrado possível última foto do escritor em vida. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/pop-art/noticia/machado-de-assis-pesquisador-diz-ter-encontrado-possivel-ultima-foto-do-escritor-em-vida-veja-a-imagem.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2018.

HESÍODO. O mito das cinco raças. In: HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. Tradução, introdução e notas de Luiz Otávio de Figueiredo Mantovaneli - São Paulo: Odysseus, 2011.

HIDALGO, Luciana. Machado de Assis, Lima Barreto e a 'verdade' da loucura. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, p. 140-154, jul./dez. 2008a. Disponível em: [https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/download/27891/199665&ved=2ahUKEwiN1Y\\_WlfXqAhVGHRkGHY1yCJsQFjABegQIBxAK&usq=AOvVaw3f6-oMDK-MkW\\_yij2bmVTu](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/download/27891/199665&ved=2ahUKEwiN1Y_WlfXqAhVGHRkGHY1yCJsQFjABegQIBxAK&usq=AOvVaw3f6-oMDK-MkW_yij2bmVTu). Acesso em: 07 ago. 2019.

HIDALGO, Luciana. *Literatura da urgência: Lima Barreto no domínio da loucura*. São Paulo: Annablume, 2008b.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/lahurb/wp-content/uploads/sites/31/2017/09/HOLANDA-S%C3%A9rgio-Buarque-Ra%C3%ADzes-do-Brasil.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

INSTAGRAM – HISTÓRIA OCULTA. “Tradução de obra de Machado de Assis em inglês esgota em um dia nos Estados Unidos”. Disponível: <https://www.instagram.com/p/CBLasE4J8rY/?igshid=y8991xdx85jw>. Acesso em: 08 jun. 2020.

LABIENO. *Vindiciae: o Sr. Sylvio Romero crítico e filósofo*. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1899. Disponível em: <https://www.2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242833>. Acesso em: 11 maio 2020.

LAJOLO, Marisa. Um arquiteto de personalidades. *In*: LAJOLO, Marisa. (org.) *Machado de Assis*. São Paulo: Nova Cultural, 1990.

LIMA, Luiz Costa. O palimpsesto de Itaguaí. *José*, n.3, Rio de Janeiro: Fontana, 1976. p. 27-32.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

LUCAS, Fábio. Confissões e fundamentos de Lima Barreto. *In*: BARRETO, Lima. *O cemitério dos vivos*. Org. e notas Diogo de Hollanda. Prefácio Fábio Lucas. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. - Biblioteca Invisível. p. 7-16.

MACHADO, Roberto (et. al.). *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: A trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MANTOVANELI, Luiz Otávio de Figueiredo. Trad., introd., notas. *In*: HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. São Paulo: Odysseus, 2011.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. Vol. VI (1915-1933). Ponta Grossa: EDUED, 2010.

MISKOLCI, Richard. Machado de Assis, o *outsider* estabelecido. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n. 15, jan./jun. 2006. p. 352-377. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1517-45222006000100013&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1517-45222006000100013&script=sci_arttext). Acesso em: 29 out. 2019.

MORAES FILHO, Evaristo. *Medo à utopia: o pensamento social de Tobias Barreto e Silvio Romero*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

NANCY, Jean-Luc. La existencia exilada. In *Archipiélago*. Madrid: Arco. n. 26-27, inverno de 1996. p. 34-39.

NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEMITZ, Ellen. Entre avanços e retrocessos: a saúde mental no Brasil e no mundo. *CONTATO: Revista do Conselho Regional de Psicologia no Paraná*. Ano 21. Edição 123. Maio/Jun. de 2019. p. 18-22.

OLIVEIRA, Silvana; ROCHA, Paraguassu Fátima. Literatura de minorias étnico-raciais e sexuais. In: OLIVEIRA, Silvana; ROCHA, Paraguassu Fátima. *Textualidades contemporâneas – as correntes da crítica literária nos séculos XX e XXI*. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2012. p. 129-150.

*O LIVRO DA PSICOLOGIA*. Trad. Clara. M. Hermeto e Ana Luisa Martins. São Paulo: Globo, 2012.

PEREGRINO JUNIOR. Preocupação da loucura. In: PEREGRINO JUNIOR. *Doença e constituição de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1976. p. 108-112.

PEREIRA, Ana Carolina Huguenin. *Da Casa Verde ao Subsolo: Machado de Assis e Dostoiévski entre modernidade e tradição*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1337.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

PEREIRA, Lucia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e literário*. 6. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

PEREIRA, Lucia Miguel. *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. Loucura & Civilização collection, v. 4. ISBN 978-85-7541-388-3. Disponível em SciELO Books: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 29 ago. 2020.

*PRIBERAM*. Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 29 ago. 2020.

RENK, Arlene. *Dicionário nada convencional*. Chapecó: Universitária Grifos, 2000.

RESENDE, Beatriz. Lima Barreto e Chico Barbosa. In BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 11. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 11-13.

RESENDE, Beatriz. Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

REZENDE, Rodrigo. Doutores da agonia: por dentro da ciência nazista. *Super interessante*. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/doutores-da-agonia/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ROMERO, Silvio. A poesia de hoje. In ROMERO, Silvio. *Cantos do fim do século*. Rio de Janeiro: Typographia Fuminense, 1878. V-XXII. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/25975>. Acesso em: 26 mar. 2020.

ROMERO, Silvio. *Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1897. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4476>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SAID, Edward W. Reflexões sobre o exílio. In: SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p. 46-60.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo (entrevista). In SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 220-226.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TWITTER. Disponível em: <https://www.twitter.com.br>. Acesso em: 11 jun. 2020.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



**ANEXO A – DECRETO N. 82 – DE 18 DE JULHO DE 1841**

**DECRETO N. 82 – DE 18 DE JULHO DE 1841**

Fundando um hospital destinado privativamente para tratamento de Alienados, com a denominação de Hospício de Pedro Segundo.

Desejando assignalar o fausto dia de Minha Sagração com a criação de um estabelecimento de publica beneficencia: Hei por bem fundar um Hospital destinado privativamente para tratamento de alienados, com a denominação de – Hospício de Pedro Segundo -, o qual ficará anexo ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia desta Côrte, debaixo da Minha Imperial Protecção, Applicando desde já para principio da sua fundação o producto das subscrições promovidas por uma Commissão da Praça do Commercio, e pelo Provedor da sobredita Santa Casa, além das quantias com que Eu Houver por bem contribuir.

Candido José de Araujo Vianne, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Julho de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Candido José de Araujo Viana.

**ANEXO B – DECRETO Nº 1.132, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1903**

**DECRETO Nº 1.132, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1903**

## Reorganiza a Assistencia a Alienados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º O individuo que, por molestia mental, congenita ou adquirida, comprometter a ordem publica ou a segurança das pessoas, será recolhido a um estabelecimento de alienados.

§ 1º A reclusão, porém, só se tornará effectiva em estabelecimento dessa especie, quer publico, quer particular, depois de provada a alienação.

§ 2º Si a ordem publica exigir a internação de um alienado, será provisoria sua admissão em asylo publico ou particular, devendo o director do estabelecimento, dentro em 24 horas, communicar ao juiz competente a admissão do enfermo e relatar-lhe todo o occorrido a respeito, instruindo o relatorio com a observação medica que houver sido feita.

Art. 2º A admissão nos asylos de alienados far-se-ha mediante requisição ou requerimento, conforme a reclame autoridade publica ou algum particular.

§ 1º No primeiro caso, a autoridade juntará á requisição:

- uma guia contendo o nome, filiação, naturalidade, idade, sexo, côr, profissão, domicilio, signaes physicos e physiomicos do individuo
- a) suspeito da alienação, ou a sua photographia, bem como outros esclarecimentos, quantos possa colligir e façam certa a identidade do enfermo;
  - b) uma exposição dos factos que comprovem a alienação, e dos motivos que determinaram a detenção do enfermo, caso tenha sido feita, acompanhada, sempre que possivel, de attestados medicos affirmativos da molestia mental;
  - c) o laudo do exame medico-legal, feito pelos peritos da Policia, quando seja esta a requisitante.

§ 2º No segundo caso, sendo a admissão requerida por algum particular, juntará este ao requerimento, além do que os regulamentos especiaes a cada estabelecimento possam exigir:

- a) as declarações do § 1º, letra a, documentadas quanto possível; dous pareceres de medicos que hajam examinado o enfermo 15 dias
- b) antes, no maximo, daquelle em que for datado o requerimento, ou certidão de exame de sanidade.

Art. 3º O enfermo de alienação mental poderá ser tratado em domicilio, sempre que lhe forem subministrados os cuidados necessarios.

Parapho unico. Si, porém, a molestia mental exceder o periodo de dous mezes, a pessoa que tenha á sua guarda o enfermo communicará o facto á autoridade competente, com todas as occurrencias relativas á molestia e ao tratamento empregado.

Art. 4º Salvo o caso de sentença, no qual logo será dada curatela ao alienado, a autoridade policial providenciará, segundo as circumstancias, sobre a guarda provisoria dos bens deste, communicando immediatamente o facto ao juiz competente, afim de providenciar como for de direito.

Art. 5º Em qualquer occasião será permittido ao individuo internado em estabelecimento publico ou particular, ou em domicilio, reclamar, por si ou por pessoa interessada, novo exame de sanidade, ou denunciar a falta dessa formalidade.

Art. 6º Salvo o caso de perigo imminente para a ordem publica ou para o proprio enfermo, não será recusada sua retirada de qualquer estabelecimento, quando pedida por quem requereu a reclusão.

Art. 7º Quando recusada, naquelle caso, a sahida, o director do estabelecimento dará incontinentemente, em relatorio, á autoridade competente as razões da recusa, para o julgamento de sua procedencia.

Art. 8º Evadindo-se qualquer alienado de asylo publico ou particular, sómente poderá ser reinternado, sem nova formalidade, não havendo decorrido da evasão 15 dias.

Art. 9º Haverá acção penal, por denuncia do Ministerio Publico em todos os casos de violencia e attentados ao pudor, praticados nas pessoas dos alienados.

Art. 10. E' prohibido manter alienados em cadeias publicas ou entre criminosos.

Parapho unico. Onde quer que não exista hospicio, a autoridade competente fará alojar o alienado em casa expressamente destinada a esse fim, até que possa ser transportado para algum estabelecimento especial.

Art. 11. Enquanto não possuirem os Estados manicomios criminaes, os alienados delinquentes e os condemnados alienados sómente poderão permanecer em asylos publicos, nos pavilhões que especialmente se lhes reservem.

Art. 12. O Ministro da Justiça e Negocios Interiores, por intermedio de uma commissão composta, em cada Estado e no Districto Federal, do procurador da Republica, do curador de orphãos e de um profiissional de reconhecida competencia, designado pelo Governo, fará a suprema inspecção de todos os estabelecimentos de alienados, publicos e particulares, existentes no paiz.

Art. 13. Todo hospicio, asylo ou casa de saude, destinado a enfermos de molestias mentaes, deverá preencher as seguintes condições:

- 1ª ser dirigido por profiissional devidamente habilitado e residente no estabelecimento;
- 2ª installar-se e funcionar em edificio adequado, situado em logar saudavel, com dependencias que permittam aos enfermos exercicios ao ar livre;
- 3ª possuir compartimentos especiaes para evitar a promiscuidade de sexos, bem como para a separação e classificação dos doentes, segundo o numero destes e a natureza da molestia de que soffram;
- 4ª offerecer garantias de idoneidade, no tocante ao pessoal, para os serviços clinicos e administrativos.

Art. 14. Quem quer que pretenda fundar ou dirigir uma casa de saude destinada ao tratamento de alienados deverá requerer ao Ministerio do Interior ou aos presidentes ou governadores dos Estados a devida autorização.

Art. 15. O requerente annexará á sua petição:

1º documentos tendentes a provar que o local e o estabelecimento estão nas condições do art. 13;

2º o regulamento interno da casa de saude;  
3º declaração do numero de doentes que pretenda receber;

4º declaração de receber ou não o estabelecimento apenas alienados, e de ser, no ultimo caso, o local reservado a estes inteiramente separado do destinado aos outros doentes.

Art. 16. Estando esses documentos e declarações em fôrma, e sendo pelo deferimento da petição a commissão inspectora, recolherá o peticionario aos cofres publicos a quantia que arbitrar o Governo para a fiscalização do estabelecimento, annualmente.

Art. 17. Pretendendo a direcção do estabelecimento elevar o numero primitivo de pensionistas, submetterá ao Governo, devidamente informada pela commissão inspectora, uma nova planta do edificio, provando que as novas construcções comportam, na conformidade requerida, os novos pensionistas.

Art. 18. Os directores de asylos de alienados, publicos ou particulares, enviarão mensalmente á commissão inspectora uma relação circunstanciada dos doentes internados no mez anterior.

Art. 19. Ao Governo da União incumbe manter a assistencia aos alienados do Districto Federal, havendo da Prefeitura do Districto a diaria dos doentes.

Parapho unico. A diaria dos alienados remettidos pelos Estados será paga por estes, e pelos respectivos paizes a dos alienados estrangeiros.

Art. 20. O pessoal da Assistencia aos Alienados no Districto Federal compor-se-ha: no Hospicio Nacional, de um director, superintendendo o serviço clinico e administrativo, quatro alienistas effectivos, um adjunto, um cirurgião-gynecologista, um pediatra, um medico do pavilhão de molestias infecciosas, um opthalmologista, um director do laboratorio anatomopathologico, um assistente do mesmo, um chefe dos serviços kinesotherapicos, um dentista, quatro internos effectivos, um pharmaceutico, um administrador, um archivista, um primeiro, um segundo, um terceiro e um quarto escripturarios, um continuo e um porteiro; e nas colonias de alienados: de um director, que será medico, um alienista effectivo, um adjunto, um pharmaceutico, um almoxarife, um primeiro e um segundo escripturarios. No pavilhão de admissão, onde funcçionará a secção de clinica psychiatrica da Faculdade de Medicina, haverá um alienista, director do mesmo

pavilhão, cabendo o exercicio deste cargo ao lente da cadeira de psychiatria e de molestias nervosas.

Parapho unico. O almoxarife do Hospicio passará a exercer o cargo de administrador.

Art. 21. Serão providos mediante concurso os cargos de alienista-adjunto, de pediatra, de medico do pavilhão de molestias infecciosas, de assistente do laboratorio histo-quimico e de interno, devendo ser preferido no provimento de todos esses cargos, com excepção dos dous ultimos, o concurrente que haja exercido o cargo de assistente ou preparador das Faculdades de Medicina do paiz.

Art. 22. As infracções desta lei serão punidas com as penas de prisão até oito dias e de multa de 500\$ a 1:000\$, além das mais em que, pelas leis anteriores, incorra o infractor.

Parapho unico. Ao director reincidente será cassada a autorização para funcionar o estabelecimento.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1903, 15º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

*J. J. Seabra.*



**ANEXO C – PRONTUÁRIO DO HOSPÍCIO NACIONAL DE ALIENADOS (1917)**

N.º 98

7.4.917

## Assistencia a Alienados

### HOSPITAL NACIONAL

SECÇÃO ESQUIZOL

Nome <i>[Redacted]</i>	Nação Brasil	Classe D. P.
Sexo <i>(V. Observação)</i>		
Côr. preta Sexo feminino	Naturalidade	Entrada na Secção:
Idade 15 annos Estado civil solteira		Em 4-4-1917.
Profissão domestica		
Residencia		
Procedencia 6º Distrito Policial		
Internante Repartição Central da Policia Guia;		
nº 332, de 29 de Março de 1917.		
Entrada 29 de Março de 1917.		
Diagnostico <i>Doença mental</i>		



Em 7 de Maio de 1917

O Medico assistente *Champanier*

MATRICULE-SE

O Director Geral *Juda*

Matriculado a fl. *1* do Livro *90* Numero da ordem geral *21.807*

Em 9 de *8* de 1917 Numero da ordem annual *357*

*Champanier 1º 9/18*

Alta em de de 191	Falleceu em de de 191
<i>1917</i>	
Sahia em 1 de Setembro de 1917	
O Assistente	O Medico

O Director Geral

**PAPEICETA N.º 2**

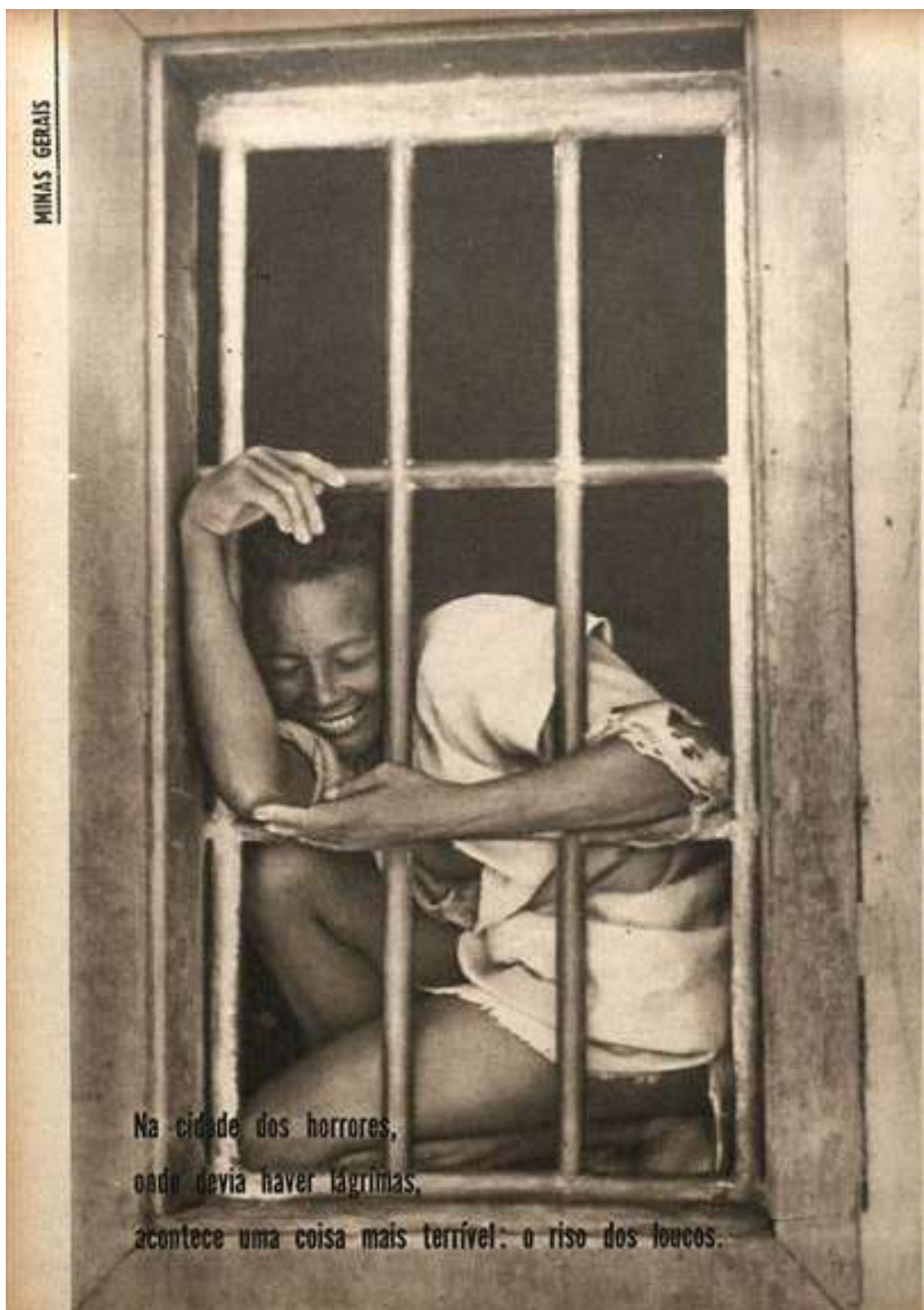
**N.º 6**

CLASSIFICAÇÃO <i>Doença</i>	HOSPICIO DE PEDRO SEGUNDO.	ENFERMARIA N.º	LEITO N.º				
<i>Doença</i>	Clinica	Entrou a <i>28</i> de <i>Março</i> de <i>1867</i>	Sabio a <i>de</i> de <i>1867</i>				
Livro de Matricula N.º <i>1</i> folhas <i>10</i>		Falleceu a <i>19</i> de <i>Outubro</i> de <i>1868</i>	Estada no Hospicio <i>320</i> dias				
Côr e raça <i>Branca</i>	Idade <i>66</i> annos	Temperamento					
Condição social <i>Libre</i>	Estado de familia <i>Solteiro</i>	Constituição					
Nação <i>Brasileira</i>	Profissão <i>Cantureiro</i>	Causa					
Naturalidade <i>Villa de Maracá (br. Município de N.º 2.º)</i>	Objectos em deposito	Moledias anteriores					
Residência		Tras de molestia					
		Diagnostico <i>Demencia</i>					
DIETAS.				REMEDIOS.			OBSERVAÇÕES.
DATA.	A.	J.	C.	DATA.	INTERNOS.	EXTERNOS.	
							<i>Cholera sacro</i>
							<i>Falleceu em tem a 9 horas de noite. Ho. de Pedro Seg. de outubro 1868</i>
							<i>Dr. Warburg</i> <i>3</i>

*Leand.*

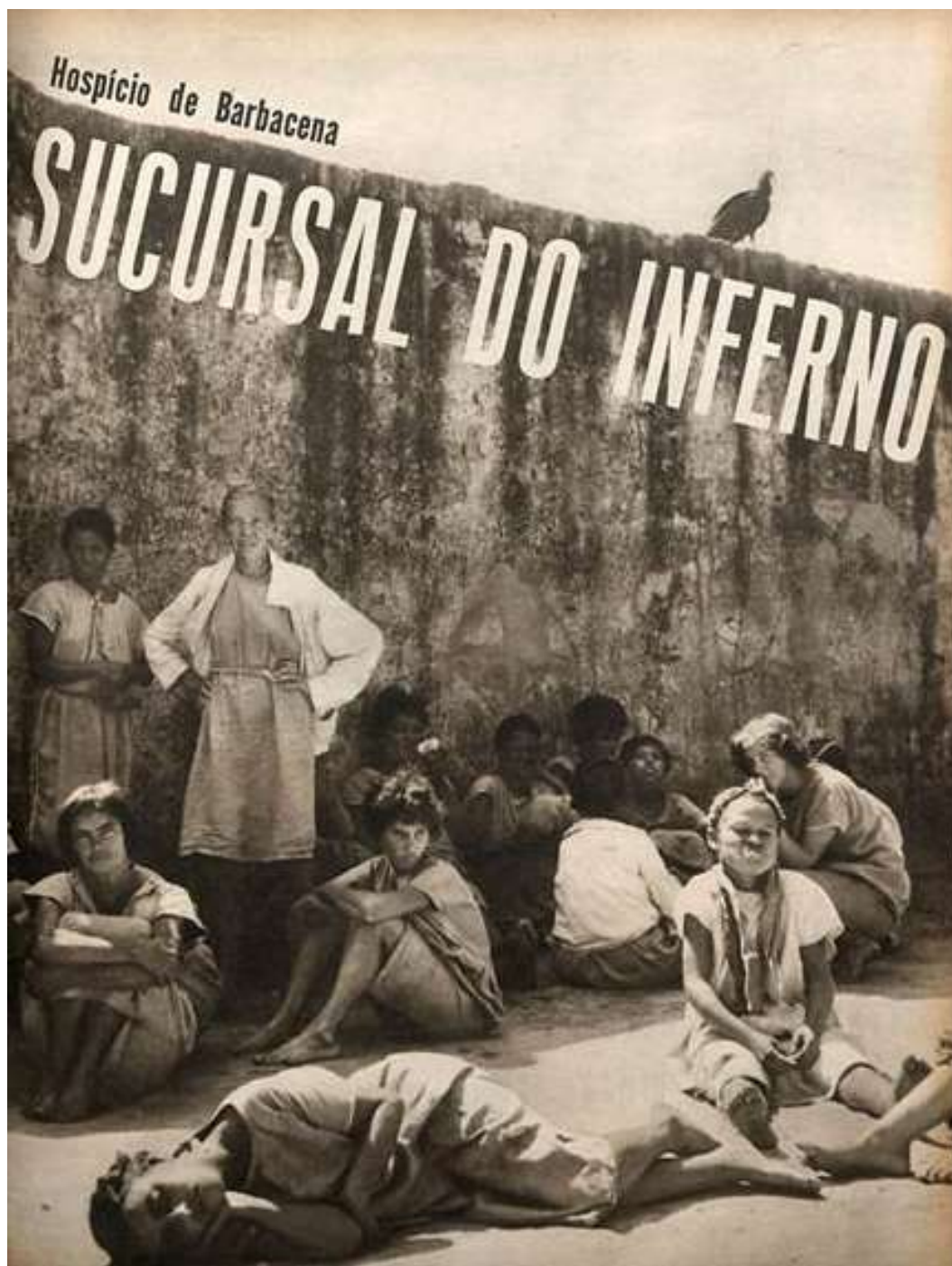
**ANEXO D – “A SUCURSAL DO INFERNO” – O *CRUZEIRO*, 13 DE MAIO DE  
1961**

Foto de Luiz Alfredo e texto de José Franco



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, n. 31, 1961

Foto de Luiz Alfredo e texto de José Franco



Fonte: Revista *O cruzeiro*, n. 31, 1961

Fotos de Luiz Alfredo e texto de José Franco



NOV. MULHERES ANOTOMIA-SE NOS PAVILHÃO DESA "CASA DOS HORRÓRIS". O BRASIL ESTÁ IMITANDO OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NAZISTAS.

feito, pilão de rubens agalhados pelo chão, os amplexos, a mais miserável e desumana realidade da vida. No país dos horrores, os manicômios são verdadeiros campos de concentração nazistas. Os pacientes são tratados como animais, sem qualquer consideração por sua dignidade humana. A situação é tão precária que os médicos e enfermeiros são obrigados a trabalhar em condições deploráveis, sem qualquer proteção social ou econômica. A falta de recursos financeiros e a ausência de vontade política para mudar a situação são os principais responsáveis por este estado de coisas. O Brasil está imitando os campos de concentração nazistas, e isso é uma vergonha para a nação.

COMBRANDO contrariamente, uma mulher que de pouco tempo em diante, se apresenta em estado de loucura. — Doutor, pelo nome de Jesus, não sei nada mais para dizer. — A impressão, até então, jamais havia ultrapassado o nível de uma simples tristeza. Hoje, porém, sinto uma carga de pesar e de angústia, e não consigo mais dormir. Minha consciência me diz que não posso mais continuar assim. Quero morrer. — O médico, ao ouvir estas palavras, não hesitou em chamar a atenção da paciente para a importância de procurar ajuda médica. No entanto, a situação não melhorou, e a paciente continuou a sofrer. Este caso ilustra a falta de conhecimento e a falta de recursos necessários para lidar com a loucura de forma adequada.

COM 5 MORTOS POR DIA, O HOSPÍCIO É BOM FORNECEDOR DE CASAVIBES PARA A MEDICINA.

**Brasil-1961**  
**Tratamento heróico**  
**da loucura: morte.**

O HOSPÍCIO DE BARRACONA E UM LIMENSO PATIO DOS MILAGRES, ONDE SE MISTURAM LOUCOS, DOENTES E ALCOOLATRAS DE TODAS AS IDADES.

ERES AMONTOAM-SE NOS PAVILHÕES DESSA "CASA DOS HORRORES". O BRA

**C**HORANDO convulsivamente, uma senhora caiu de joelhos em pleno gabinete, a implorar ao Secretário da Saúde de Minas Gerais, numa súplica comovente:

— Doutor, pelo amor de Deus, não mande minha mãe para Barbacena não, doutor. Conceda-me essa graça, pelo amor de Deus, doutor!

A Imprensa, até então, jamais havia ultrapassado os muros que dão acesso ao Hospital-Colônia de Barbacena. Houve sempre a preocupação, exercida zelosamente pelos governos, de guardar em segredo, fechado a sete chaves, aquela chaga que é ao mesmo tempo uma vergonha e um atentado à dignidade humana. Apesar do sigilo oficial, tinha-se firmado em Minas a convicção de que doente que entra no manicômio só muito raramente dali sai com vida. Quando aquela senhora suplicou ao Secretário da Saúde, ela o fez com o justo receio de perder para sempre a sua mãe, acometida de debilidade mental. Ninguém poderia supor, entretanto, que a verdade fosse tão mais dura, tão mais terrível. Muito mais do que se poderia supor, as sombrias paredes do Hospital-Colônia escondem, no silêncio de Barbacena, um campo de concentração nos moldes nazistas, onde criaturas humanas vivem e morrem como animais, no mais sórdido abandono.

Com capacidade máxima para dois mil doentes, o manicômio abriga mais do dobro de sua disponibilidade, de acordo com o último recenseamento feito pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais. 2 600 mulheres e 1 600 homens amontoam-se nos pavilhões da "casa dos horrores", à espera da morte. O quadro é fantástico, indescritível. O mau cheiro empesta o pátio, os corredores e os imensos galpões ladrilhados, a que dão o nome de dormitórios. Dormitórios sem cama, sem colchões, na maioria das vezes. O comum são montes de capim







5". O BRASIL ESTÁ IMITANDO OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NAZISTAS.

hos  
de  
ara  
nor  
nu-  
ve  
ios,  
aga  
ni-  
em  
só  
pra  
elo  
ade  
ade  
que  
nia  
ra-  
e  
ni-  
rdo  
de  
m-  
rte.  
a o  
que  
ol-  
sim

fétido, ninho de moscas, espalhados pelo chão, ou simplesmente o ladrilho nu. Aí "dormem" os loucos, jogados à "la diable", na mais miserável e desprezível condição de higiene. No pátio dos homens, encanamentos arreventados deixam escapar detritos de esgoto, nos quais os débeis mentais chafurdam como porcos, levando-os ao rosto e à boca, com inocente indiferença. Tal como naquele, o das mulheres retrata bem uma pocilga, cujo mau cheiro atraí urubus que esvoaçam em ronda sinistra. Parecem aves domésticas, tal a familiaridade delas com as pacientes do Hospital-Colônia. A água há muito não corre em alguns dos pavilhões destinados às mulheres. Elas saciam a sede com urina. Tão precária é a condição de higiene, que alas inteiras desses pavilhões são tomadas pelas moléstias intercorrentes, entre as quais predomina a disenteria bacilar. Doença que poderia ser curada rapidamente, deixa de sê-lo porque os pacientes não recebem qualquer tratamento em virtude da absoluta falta de medicamentos. Como consequência, esse problema de infecção intestinal conduz o doente para a morte, ou, quando isso não acontece, para a diarréia crônica. É certo que cinco médicos, em Barbacena, são pagos pelo Estado para atender os psicopatas do Hospital-Colônia. Muito raramente, entretanto, fazem consultas. Por quê? Consideram tempo perdido examinar e receitar, quando se sabe que tudo ficará na mesma, devido à inexistência do remédio. Os casos de anemia profunda são numerosos.

Resumindo: a falta de higiene nos alojamentos, a má alimentação, a falta de medicamentos e os esgotos arrombados no pátio, derramando fezes com as quais os pacientes lidam, constituem foco permanente de infecção que é motivo das doenças e da mortalidade no tristemente célebre manicômio.

CONTINUA





ALGUNS aspectos dessa "Casa da Morte" superam o que se possa imaginar de mais desumano, criminoso e cruel. Acima podemos ver a "higiene" com que é preparada a "comida" (todas as palavras aqui deveriam vir entre aspas porque, em face de coisas assim, a gente nota, de repente, que os vocábulos não dizem nada, ou dizem muito menos do que a verdade). No pórtico dos homens (à direita) há encanamentos de esgoto arrebitados, onde os loucos chafurdam e lavam a boca, os olhos etc.

**É** UMA verdadeira fábrica de cadáveres (cinco, em média, por dia) com frequência certa: Escola de Medicina.

Num domingo, uma senhorita de Viçosa foi visitar o irmão, em Barbacena. Teve a informação de que ele havia morrido dois dias antes. Desesperada com a notícia, caiu em prantos. Depois, quis ver a sepultura. Nada mais restava senão rezar pela alma do ente querido. Indicaram-lhe o cemitério. A moça, depois de procurar por várias horas, não encontrou o túmulo. Voltou ao Hospital e reclamou. O cadáver estava no necrotério, junto com seis outros, metidos no formol, pronto para ser encaminhado à Escola de Medicina.

O novo secretário da Saúde, Dr. Roberto Resende, é homem sensível aos problemas de sua Pasta. Médico dos mais eminentes, não faz política e não permite que esta se instale na sua área de comando. Quando ele abriu as portas do Hospital-Colônia aos repórteres Flávio Ferreira e José Inácio, do "Diário da Tarde" de Belo Horizonte, e a estes de "O Cruzeiro", ele o fez com a pura intenção de mostrar o que estava errado e o que deveria ser reparado. No seu entender, nada, na administração, deve ficar oculto ao conhecimento do povo. Nem ele nem o atual diretor do Hospital-Colônia, Dr. Geraldo Xavier, têm culpa pelo abandono do manicômio. Estão começando, ambos, agora. E já têm planos para modificar aquele próprio do Estado, transformando-o num hospital humano.

Há 57 anos nenhum repórter havia penetrado, com máquina fotográfica, atrás dos muros daquele campo de concentração, terrivelmente sinistro. Talvez seja por isto que um dos loucos estranhou o "flash" e implorou aflito:

— Moço, não mata nós não. Por que ocê vai matar nós? Num mata nós não, moço!

Ficou constatado, pelo titular da Saúde, que também o tratamento da doença mental, em Barbacena, não tem merecido a devida atenção. Isto sem falar nas moléstias intercorrentes. Viu-se que grande parte dos doentes que lá estão poderiam recuperar-se, mas que, não sendo convenientemente tratados, como até agora, nada mais os espera senão a morte. O próprio diretor da Colônia revelou a existência de um grande número de alcoólatras naquele nosocômio. Este fato, por si só, evidencia a gravidade da situação. E aí aparece um paradoxo administrativo: o Instituto Raul Soares, outro estabelecimento do gênero, em Minas, destina-se aos casos de doenças mentais recuperáveis, enquanto que o Hospital-Colônia de Barbacena, às formas crônicas. No entanto, verifica-se a existência de uma grande percentagem de pacientes crônicos no Raul Soares, e uma grande percentagem de recuperáveis no Hospital-Colônia. Por descuido administrativo, o Raul Soares deixou de ser um hospital de atividade dinâmica. E os doentes recuperáveis vão, paulatinamente, se tornando crônicos em Barbacena. Contribui para isso: a falta absoluta de assistência, de meios disponíveis para a alimentação, de espaço, de agasalhos, de camas e colchões. Falta de ordem administrativa, enfim. Tanto os homens como as mulheres dormem em "mutirões", isto é, empilhados pelo chão, na mais trágica promiscuidade. Mas o que mais horroriza, o que mais impressiona e, sobretudo, o que mais repugna, nesse rosário de misérias, é o fato de se permitir que se instale num Estado como o de Minas Gerais, de tão caras tradições, um campo de concentração tão repulente, onde os doentes andam nus por falta de roupa, e onde tuberculosos e leprosos se misturam com psicopatas de todos os gêneros e grande número de pessoas que, tidas como débeis mentais em verdade são apenas alcoólatras e anêmicas.

VIVE

**ANEXO E – FOLDER DO MUSEU DA LOUCURA**



Fonte: Arquivo pessoal.

## Histórico

### MUSEU DA LOUCURA

# 1979

Em novembro de 1979 aconteceu em Belo Horizonte, o III Congresso Mineiro de Psiquiatria, com o objetivo de deflagrar um processo político de mudanças na área da Psiquiatria, em Minas Gerais. Assim durante a realização do congresso foi mostrada uma Exposição de fotos tiradas no então Hospital Colônia de Barbacena, audiovisuais sobre assistência psiquiátrica e um banco de dados referente à psiquiatria em todo o Estado de Minas Gerais, inclusive apontando a primeira vinda do psiquiatra italiano Franco Basaglia ao Hospital Colônia em julho de 1979. A partir desta exposição surge pela primeira vez a ideia de se criar um Museu de Psiquiatria.



FOTO DIA DO TRABALHADOR, operários que construíram o prédio do Hospital Colônia - 1922  
Reprodução - Arquivo Museu da Loucura

# 1987

Em fevereiro de 1987 uma nova exposição é montada no Palácio das Artes em Belo Horizonte, também com fotos, documentos, reportagens, objetos e instrumentos sobre o antigo Hospital Colônia e com isso o projeto de criação do Museu ganha força, definindo como objetivo o resgate da história da assistência psiquiátrica pública em Minas Gerais e ainda servir como centro de documentação e pesquisa na área da psiquiatria. Assim, tem início as negociações para a instalação do Museu, com a definição inclusive do local, o Pavilhão Antônio Carlos, escolhido pela beleza de sua arquitetura de início do século. Porém, nessa época não foi possível concretizar o projeto.



PINTURAS  
Arte dos pacientes do DIPP  
Arquivo Museu da Loucura

Apenas no ano de 1996 conseguiu-se retomar o projeto do Museu quando a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, através do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, firmou o convênio com a Prefeitura Municipal de Barbacena - Fundação Municipal de Cultura para concretizar a instalação do Museu dentro do projeto Memória-Viva com o objetivo de resgatar a história de Barbacena, mantendo em seus locais originais o núcleo histórico.

1996

Assim através da parceria entre a FHEMIG - Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena e a FUNDAC, foi escolhido um novo local para a instalação do Museu, ou seja, o Torreão do hospital, com expressivas beleza e suntuosidade arquitetônica, e nessa época começa a restauração e adequação do prédio. Também foi feito um trabalho de pesquisa, coleta de peças e textos com a finalidade de montar o acervo. Surge então o nome definitivo - Museu da Loucura - e sua inauguração aconteceu em 16 de agosto de 1996.

ROSAS  
Reprodução - Ativos  
Museu da Loucura



2014

Em junho de 2014 iniciou-se um Projeto de Revitalização do Museu da Loucura, com ampla reestruturação do prédio, adequação de área física e restauração e ampliação do acervo.

2016

A nova exposição permanente mostra além da história do hospital, informações sobre, a reforma psiquiátrica, a trajetória da luta antimanicomial e os serviços substitutivos em Barbacena, ampliando o conceito histórico e acrescentando recursos tecnológicos. Modernizando, assim, o circuito expositivo.

Ao evoluir na ideia de refletir sobre o percurso que a saúde mental vem trilhando possibilita um espaço para discussão e interatividade com o visitante. Assim, é o elo entre a instituição e a sociedade, tendo a expectativa de proporcionar a quebra do estigma contra o portador de sofrimento mental, despertando reflexões sobre as fronteiras entre a loucura e a razão.

Assumindo, portanto, um desejo de se estabelecer como um espaço da memória, da reflexão e da contemporaneidade, o Museu da Loucura busca ampliar ainda mais os horizontes, aprimorar o seu processo de gestão cultural, incorporando tecnologias e tendências museográficas para que por meio de suas ações, a cultura vista como fator de desenvolvimento contribua para a formação e valorização individual produzindo, assim, benefícios sociais.

Por isto, o Museu da Loucura, ao desempenhar um papel cultural, comunica, sensibiliza e convida o visitante a usufruir do seu direito à apropriação da memória, a se superar no refazer da solidariedade percebendo que a contribuição de cada um é fundamental para a transformação social.

**ANEXO F – CONTO O *PECADO***



## *O Pecado*

Quando naquele dia são Pedro despertou, despertou risonho e de bom humor. E, terminados os cuidados higiênicos da manhã, ele se foi à competente repartição celestial buscar ordens do Supremo e saber que almas chegariam na próxima leva.

Em uma mesa longa, larga e baixa, em grande livro aberto se estendia e debruçado sobre ele, todo entregue ao serviço, um guarda-livros punha em dia a escrituração das almas, de acordo com as mortes que anjos mensageiros e noticiosos traziam de toda extensão da terra. Da pena do empregado celeste escorriam grossas letras, e de quando em quando ele mudava a caneta para melhor talhar um outro caráter caligráfico.

Assim, páginas ia ele enchendo, enfeitadas, iluminadas nos mais preciosos tipos de letras. Havia, no emprego de cada um deles, uma certa razão de ser e entre si guardavam tão feliz disposição que encantava o ver uma página escrita do livro. O nome era escrito em bastardo, letra forte e larga; a filiação, em gótico, tinha um ar religioso, antigo, as faltas, em bastardo e as qualidades em ronde arabescado.

Ao entrar são Pedro, o escriturário do Eterno, voltou-se, saudou-o e, à reclamação da lista d'almas pelo santo, ele respondeu com algum enfado (enfadado do ofício) que viesse à tarde buscá-la.

Aí pela tardinha, ao findar a escrita, o funcionário celeste (um velho jesuíta encanecido no tráfico de açúcar da América do Sul) tirava uma lista explicativa e entregava a são Pedro, a fim deste se preparar convenientemente para receber os ex-vivos no dia seguinte.

Dessa vez, ao contrário de todo o sempre, são Pedro, antes de sair, leu de antemão a lista; e essa sua leitura foi útil, pois que se a não fizesse talvez, dali em diante, para o resto das idades – quem sabe? –, o Céu ficasse de todo estragado. Leu são Pedro a relação: havia muitas almas, muitas mesmo, delas todas, à vista das explicações apenas, uma lhe assanhou o espanto e a estranheza. Leu novamente. Vinha assim: P. L. C., filho de..., neto de..., bisneto de... – Carregador, 48 anos. Casado. Casto. Honesto. Caridoso. Pobre de espírito.

Ignaro. Bom como são Francisco de Assis. Virtuoso como são Bernardo e meigo como o próprio Cristo. É um justo.

Deveras, pensou o Santo Porteiro, é uma alma excepcional; como tão extraordinárias qualidades bem merecia assentar-se à direita do Eterno e lá ficar, *per saecula saeculorum*, gozando a glória perene de quem foi tantas vezes santo...

“E por que não ia”? deu-lhe vontade de perguntar ao seráfico burocrata.

— Não sei – retrucou-lhe este. – Você sabe – acrescentou –, sou mandado...

— Veja bem nos assentamentos. Não vá ter você se enganado. Procure – retrucou por sua vez o velho pescador canonizado.

Acompanhado de dolorosos rangidos da mesa, o guarda-livros foi folheando o enorme *Registro*, até encontrar a página própria, onde, com certo esforço, achou a linha adequada e com o dedo afinal apontou o assentamento e leu alto:

— P. L. C., filho de... neto de... bisneto de... – Carregador. 48 anos. Casado. Honesto. Caridoso. Leal. Pobre de espírito. Ignaro. Bom como são Francisco de Assis. Virtuoso como são Bernardo e meigo como o próprio Cristo. É um justo.

Depois, com o dedo pela pauta horizontal e nas *Observações*, deparou qualquer coisa que o fez dizer de súbito:

— Esquecia-me... Houve engano. É! Foi bom você falar. Essa alma é a de um negro. Vai pro purgatório.

Lima Barreto,

Revista *Souza Cruz*, ano VII, n. 92, agosto de 1924.

**ANEXO G – LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001**

**LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001**

Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;

II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;

III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;

IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas;

V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;

VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;

VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;

VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;

IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de

transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

§ 3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º.

Art. 5º O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário.

Art. 6º A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica:

I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;

II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e

III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.

Art. 7º A pessoa que solicita voluntariamente sua internação, ou que a consente, deve assinar, no momento da admissão, uma declaração de que optou por esse regime de tratamento.

Parágrafo único. O término da internação voluntária dar-se-á por solicitação escrita do paciente ou por determinação do médico assistente.

Art. 8º A internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento.

§ 1º A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.

§ 2º O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento.

Art. 9º A internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários.

Art. 10. Evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave e falecimento serão comunicados pela direção do estabelecimento de saúde mental aos familiares, ou ao representante legal do paciente, bem como à autoridade sanitária responsável, no prazo máximo de vinte e quatro horas da data da ocorrência.

Art. 11. Pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos não poderão ser realizadas sem o consentimento expresso do paciente, ou de seu representante legal, e sem a devida comunicação aos conselhos profissionais competentes e ao Conselho Nacional de Saúde.

Art. 12. O Conselho Nacional de Saúde, no âmbito de sua atuação, criará comissão nacional para acompanhar a implementação desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de abril de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Jose Gregori*

*José Serra*

*Roberto Brant*

**ANEXO H – PERFIL DE MACHADO DE ASSIS, 1904**



Fonte: Arquivo Nacional. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Machado\\_de\\_Assis](https://pt.wikipedia.org/wiki/Machado_de_Assis). Acesso em: 17 jun. 2019.



**ANEXO I – QUATRO FOTOS DE LIMA BARRETO**


**Superior esquerda:** ficha da segunda internação de Afonso Henriques de Lima Barreto em 1919 (2017, p. 30). **Superior direita:** manuscrito de *O cemitério dos vivos* (2017, p. 48). **Inferior esquerda:** Lima Barreto em sua primeira internação (2017, p. 33). **Inferior direita:** ficha da primeira internação de Lima Barreto, em 1914 (2017, p. 32).

INSTITUTO DE NEUROPATHOLOGIA

Nome *Afonso H. de Lima Barreto*  
 para *para* Idade *38 annos*  
 nacionalidade *brasileira* Estado civil *solteiro*  
 Profissão *jornalista*

Admissão *em 25 de Dezembro de 1919*  
 Motivo *transferido em 26 de Dezembro de 1919*  
 Internamento *Casa n.º 11*

Diagnóstico *Alcoolismo*



8 de 25 entradas  
 Deu-se a primeira em 18 de Agosto de 1914, sendo abreviada no livro n.º 161, pag. 315.  
 A última entrada foi em de de 19

OBSERVAÇÃO — Estado actual do doente

Manuscrito de *O cemitério dos vivos*, showing dense handwritten text in cursive script.



Alcoolismo



Estado de saúde	Estado de espírito	Estado de sensibilidade
1. 1. 1.	1. 1. 1.	1. 1. 1.
2. 2. 2.	2. 2. 2.	2. 2. 2.
3. 3. 3.	3. 3. 3.	3. 3. 3.
4. 4. 4.	4. 4. 4.	4. 4. 4.
5. 5. 5.	5. 5. 5.	5. 5. 5.
6. 6. 6.	6. 6. 6.	6. 6. 6.
7. 7. 7.	7. 7. 7.	7. 7. 7.
8. 8. 8.	8. 8. 8.	8. 8. 8.
9. 9. 9.	9. 9. 9.	9. 9. 9.
10. 10. 10.	10. 10. 10.	10. 10. 10.

Obs. para o estado de saúde

Obs. para o estado de espírito

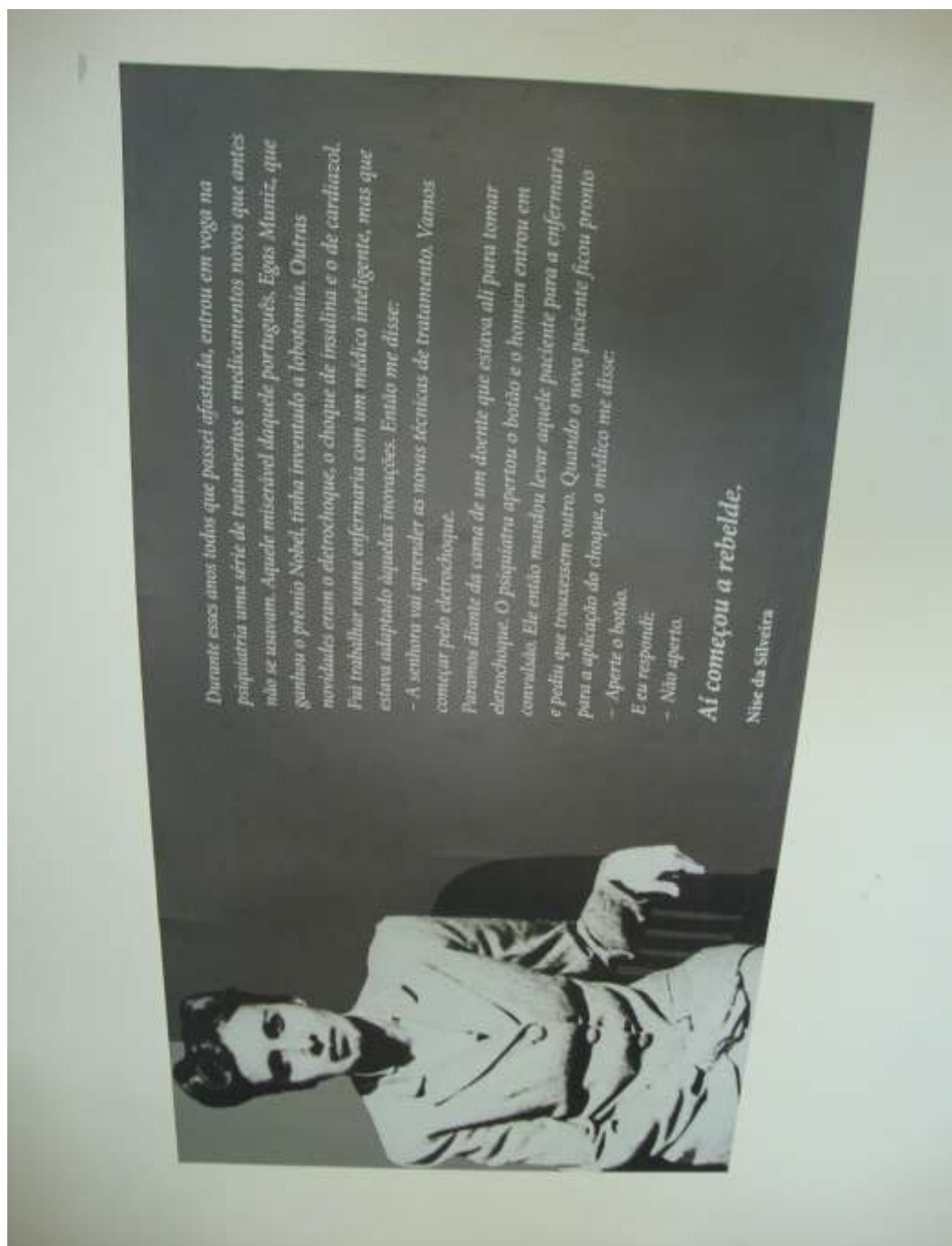
Obs. para o estado de sensibilidade

Obs. para o estado de sensibilidade

Fonte: BARRETO, Lima. *O cemitério dos vivos*. Org e notas Augusto Massi, Murilo Marcondes de Moura. Prefácio Alfredo Bosi São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

**ANEXO J – FOTO E RELATO DE NISE DA SILVEIRA**

Banner estampado na recepção do Museu de Imagens do Inconsciente Nise da Silveira, localizado no bairro Engenho Novo, Rio de Janeiro – RJ.



Fonte: arquivo pessoal.

**ANEXO K – FRASE DO PSIQUIATRA LOPES RODRIGUES**

Banner estampado na parede que liga o primeiro e o segundo andar do Museu da loucura, onde funcionou o Hospital Colônia de Barbacena – MG.



Fonte: arquivo pessoal.

**ANEXO L – MORTE EM HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS VERSUS MORTES NAS  
GUERRAS**



Fonte: Psiquiatria, uma indústria de morte. Disponível em: [https://www.urantiagaia.org/mental/cchr/psiquiatria\\_industria\\_morte2.html](https://www.urantiagaia.org/mental/cchr/psiquiatria_industria_morte2.html). Acesso em: 13 ago. 2020.